

I. INTRODUÇÃO

I.1 Enquadramento Legal

O Executivo Municipal apresenta, nos termos legais da alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os **Documentos de Prestação de Contas** (DPC) da Gerência referente ao exercício financeiro de 2006, cabendo à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Os DPC são apresentados em obediência à Resolução n.º 4/2001 - 2.ª Secção - Tribunal de Contas, de 12 de Julho de 2001 - Instruções n.º 01/2001 - 2.ª S - *Instruções para a organização e documentação das contas das Autarquias Locais e Entidades Equiparadas, abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL)*, publicada no DR II.ª Série, n.º 191, de 18/08/2001.

Em conformidade com esta Resolução, resultam para o Município de Estarreja, e como elementos de prestação de contas, os documentos descritos no quadro seguinte.

Quadro nº 1 – Documentos de Prestação de Contas (1/2)

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS			
Nº	Designação	Código POCAL	Grupo I
1	↗ Balanço	5	X
2	↗ Demonstração de Resultados	6	X
3	↗ Plano Plurianual de Investimentos	7.1	X
4	↗ Orçamento (Resumo)	7.2	X
5	↗ Orçamento	7.2	X
6	↗ Controlo Orçamental da Despesa	7.3.1	X
7	↗ Controlo Orçamental da Receita	7.3.2	X
8	↗ Execução do Plano Plurianual de Investimentos	7.4	X
9	↗ Fluxos de Caixa	7.5	X
10	↗ Contas de Ordem	7.5	X
11	↗ Operações de Tesouraria	7.6	X
12	↗ Caracterização de Entidade	8.1	X
13	↗ Notas ao Balanço e á Demonstração de Resultados	8.2	X
14	↗ Modificações do Orçamento - Receita	8.3.1.1	X
15	↗ Modificações do Orçamento - Despesa	8.3.1.2	X
16	↗ Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos	8.3.2	X
17	↗ Contratação Administrativa – Situação dos Contratos	8.3.3	X
18	↗ Transferências Correntes - Despesa	8.3.4.1	X
19	↗ Transferências de Capital - Despesa	8.3.4.2	X
20	↗ Subsídios Concedidos	8.3.4.3	X
21	↗ Transferências Correntes - Receita	8.3.4.4	X
22	↗ Transferências de Capital - Receita	8.3.4.5	X
23	↗ Subsídios Obtidos	8.3.4.6	X
24	↗ Activos de rendimento fixo	8.3.5.1	X
25	↗ Activos de rendimento variável	8.3.5.2	X
26	↗ Empréstimos	8.3.6.1	X
27	↗ Outras Dívidas a terceiros	8.3.6.2	X

Quadro nº1 – Documentos de Prestação de Contas (2/2)

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Nº	Designação	Código POCAL	Grupo I
28	↳ Relatório de Gestão	13	X
29	↳ Guia de Remessa		X
30	↳ Acta da reunião em que foi discutida e votada a Conta		X
31	↳ Norma de controlo interno e suas alterações	2.9	X
32	↳ Resumo Diário de Tesouraria	12.2.9	X
33	↳ Síntese das Reconciliações Bancárias		X
34	↳ Mapa de Fundos de Maneio		X
35	↳ Relação de emolumentos notariais e custas de execuções fiscais		X
36	↳ Relação de acumulação de funções		X
37	↳ Relação nominal de responsáveis		X

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro “POCAL”, o executivo camarário apresenta o **Relatório de Gestão** referente ao ano financeiro de 2006, que constitui um dos documentos de prestação de contas, conforme ponto n.º 13 do POCAL e n.º 28 das Instruções n.º 1/2001 – 2.ª Secção – Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, atrás referidas.

O **Relatório de Gestão** apresenta uma análise da situação económica e financeira do município, de uma forma sucinta, expondo e justificando a execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano e procedendo a uma análise da situação patrimonial do mesmo.

1.2 Enquadramento Macroeconómico e Político

1.2.1. Economia mundial

Pese embora as condições mais exigentes da envolvente macroeconómica, consubstanciadas no agravamento dos custos de financiamento global e da subida generalizada dos preços das matérias-primas, com destaque para o preço do petróleo, a economia mundial apresentou, pelo terceiro ano consecutivo, um crescimento económico estimado em 5,1% (estimativa do FMI).

A manutenção do crescimento económico em 2006 foi em parte sustentada no contributo dos países europeus – Zona Euro, Reino Unido, Países Escandinavos e da Europa de Leste –, por contrapartida ao menor vigor dos Estados Unidos.

A conjuntura económica do ano de 2006 ficou marcada por uma aceleração do crescimento económico mundial, embora pautada por uma maior divergência entre os diferentes blocos económicos, destacando-se o desempenho das economias emergentes, com uma variação do PIB de 7,3%. Dentro deste grupo, sobressaiu o dinamismo da Ásia, com um crescimento de 8,7%.

O ano de 2006 assinala também o fim do período de deflação no Japão, com o Banco Central a anunciar o fim da política de taxa de juro zero; a permanência de um crescimento robusto na América Latina, num ano em que se realizaram eleições no Brasil e no México; a depreciação do dólar face às principais divisas internacionais, no contexto de um menor diferencial de taxas de juro entre os EUA e os restantes blocos mundiais.



A conjuntura económica foi, ainda, caracterizada pela subida do preço do petróleo nos primeiros oito meses do ano, atingindo no final deste período um máximo nominal histórico de USD 78/barril, que se explica pela persistência de uma procura forte, por restrições à expansão da oferta e por movimentos especulativos relacionados, sobretudo, com questões geopolíticas.

Após um conjunto de 5 anos com um ritmo de expansão média anual de 1,4%, a área do euro dá sinais de inverter o ciclo de fraqueza económica registado. As diversas previsões de crescimento formuladas no início de 2006, mesmo as mais optimistas, foram largamente suplantadas pelo desempenho da economia.

Na Europa, o ano de 2006 ficou marcado por uma recuperação económica largamente superior ao inicialmente esperado, o que levou os principais organismos internacionais a rever sucessivamente em alta as suas previsões de crescimento e inflação. O crescimento do PIB subiu de 1,4% para 2,6%, sobretudo em função de um comportamento favorável da procura externa, e na qual se destacou o peso crescente da procura oriunda da Ásia Emergente e do Médio Oriente.

A inflação na área do euro manteve-se, pelo sétimo ano consecutivo, acima de 2%. Segundo o Eurostat, a taxa de inflação anual no conjunto da zona euro, para o ano de 2006, situou-se nos 2,2%.

O crescimento da economia reflectiu-se, por sua vez, numa melhoria das condições do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a descer de 8,5% para 8%, em termos médios anuais.

Perante os progressos no mercado de trabalho, os fundos acumulados pelo sector empresarial, o forte crescimento da massa monetária e de crédito e com a taxa de inflação acima do objectivo de 2,0%, o Banco Central Europeu (BCE) prosseguiu a política de normalização monetária, elevando a taxa directora em 125 pontos base (pb) para 3,50%. O BCE adoptou, desde Dezembro de 2005, uma política monetária agressiva com seis subidas de taxas de juro até uma última subida em Dezembro de 2006. Partindo de uma taxa mínima de 2,0%, o BCE colocou a taxa de referência em 3,5% no final do ano. O estreitamento do diferencial de juros face aos Estados Unidos contribuiu para uma apreciação de 12% do euro face ao dólar, para EUR/USD 1,319.

Nos Estados Unidos, a economia cresceu 3,3% em 2006, em ligeira aceleração face ao registo de 3,2% observado em 2005. No que respeita ao comportamento dos preços nos EUA, estima-se que a taxa de inflação corrente tenha aumentado 3,6% em 2006, face a 3,4% em 2005, resultado essencialmente da subida do preço do petróleo (17%, em termos anuais).

A Ásia reforçou o seu papel como um dos principais motores de crescimento da economia mundial. Algumas das principais economias asiáticas terão registado um crescimento acima do patamar de 8,0%, em resultado do forte dinamismo da China (10,7%) e da Índia (8,3%), cujas procuras internas têm por sua vez ajudado a incrementar significativamente o volume de trocas comerciais a nível global.

O desempenho da economia chinesa constituiu um estímulo importante para as restantes economias asiáticas, incluindo o Japão, que apresentou em 2006 um ritmo de crescimento de 2,7%, em linha com os 2,6% registados em 2005. A economia japonesa conseguiu finalmente dissociar-se do processo de deflação, com a taxa de inflação homóloga a registar uma variação positiva de 0,3%. Perante a subida generalizada dos indicadores de confiança empresarial e com o crescimento do emprego (a taxa de desemprego diminuiu de 4,4% para 4,1%) a conferir suporte à expansão do consumo privado, o Banco do Japão abandonou, em Julho de 2006, a política de taxa de juro zero, em vigor desde 2001, elevando a taxa directora para 0,25%.

A América Latina registou uma aceleração do crescimento de 4,3%, verificado em 2005 para 4,8% em 2006, com a taxa de inflação a diminuir de 6,3% para 5,6%, no mesmo período. A procura doméstica foi o grande motor de crescimento do bloco latino-americano, enquanto o crescimento da economia americana e o estímulo da procura externa da China, assim como o comportamento favorável dos preços das matérias-primas, beneficiaram o sector exportador.

1.2.2 Economia Portuguesa

O ano de 2006 assinala o início da recuperação da economia portuguesa. Segundo estimativas do Banco de Portugal, a economia terá registado uma aceleração no seu ritmo de crescimento, com o PIB a crescer a 1,3% face a 0,5% no ano transacto.

O maior dinamismo da actividade económica assentou, sobretudo, no forte crescimento das exportações de bens e serviços, beneficiando do maior dinamismo na Zona Euro, entre os quais sobressai a Espanha (que impulsionou de forma notável as nossas exportações) e de uma maior ligação das empresas portuguesas a áreas económicas com crescimento forte, entre as quais se destacam os países asiáticos, norte de África (Marrocos) e em particular Angola e Brasil.

Em 2006, o contributo das exportações líquidas para o crescimento do PIB extremamente importante, na medida em que as importações deverão evidenciar um crescimento mais moderado. A trajetória de contenção da procura interna, em particular no que se refere ao investimento empresarial, componente de elevada importância nas relações externas, influencia esta evolução das importações.

Apesar de a recuperação da procura externa se ter reflectido numa subida dos índices de confiança nos sectores dos serviços e da indústria, as empresas mostraram-se ainda cautelosas nas suas decisões de investimento, perante a vulnerabilidade da procura interna, que se manteve condicionada pelos níveis elevados dos preços dos bens energéticos e pelo crescimento moderado do rendimento disponível.

A moderação do crescimento da procura interna e o forte dinamismo das exportações de bens e serviços não evitaram uma deterioração do saldo conjunto das balanças corrente e de capital, com as necessidades líquidas de financiamento externo da economia portuguesa a subirem de 8,1% para 8,7% do PIB. Ao nível da Balança de Pagamentos, destaca-se ainda a evolução positiva do investimento directo em Portugal, o qual atingiu, em termos líquidos, um valor próximo de 5,8 mil milhões de euros.

O mercado de trabalho em Portugal acompanhou a evolução da actividade económica nacional, registando-se alguma melhoria, sendo que o emprego cresceu cerca de 0,6% e a taxa de desemprego interrompeu a trajetória ascendente dos anos anteriores. De acordo com o FMI e a Comissão Europeia, a taxa média anual de desemprego situar-se-á, assim, entre os 7,5 e os 7,7% em 2006.

No que diz respeito à inflação, o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) deverá ter registado um crescimento de 3,1% face a 2,1% em 2005. A aceleração dos preços em 2006 é explicada pelo aumento dos preços dos bens energéticos na primeira metade do ano e pelo impacto da subida de alguns impostos indirectos (o IVA em Julho de 2005 e alguns impostos sobre o consumo em Janeiro de 2006).

O consumo privado vem evidenciando desde meados de 2005 uma tendência de desaceleração, que se manteve em 2006. A inversão da tendência descendente das taxas de juro, num contexto de elevado endividamento dos particulares, limita o crescimento do consumo privado a uma taxa moderada.

1.2.3 Finanças Públicas

A consolidação das finanças públicas e a promoção do crescimento económico permanecem como importantes desafios para a economia portuguesa. De referir, que o ano de 2006 ficou marcado pela realização de eleições presidenciais, a 22 de Janeiro, tendo resultado na eleição de Aníbal Cavaco Silva, que em 9 de Março de 2006, prestou juramento como Presidente da República Portuguesa.

Portugal apresentou a 15 de Dezembro de 2006 uma nova actualização do seu Programa de Estabilidade, respeitante ao período 2006-2010. Esse programa tem como objectivo corrigir a situação de défice excessivo até 2008, prazo fixado pelo Conselho, com base em medidas estruturais num quadro a médio prazo. O OMP (objectivo de médio prazo) é atingir um défice de 0,5% do PIB em termos estruturais.

Globalmente, o programa é, em grande medida, coerente com uma correcção da situação de défice excessivo até 2008, na condição de as medidas nele anunciadas serem plena e eficazmente aplicadas e, eventualmente, reforçadas, se o crescimento económico for inferior ao projectado. Após a correcção da situação de défice excessivo, o programa prevê a realização de progressos adequados em direcção ao OMP. No que diz respeito à sustentabilidade a longo prazo das finanças públicas, Portugal continua sujeito a um risco elevado. Os esforços de consolidação passaram a ter um carácter mais estrutural e duradouro e uma qualidade mais elevada.

O novo pacto resultou numa maior apropriação nacional das regras em matéria de disciplina orçamental, em consequência de uma racionalidade económica mais sólida.

Foram fixados prazos realistas para a correcção das situações de défice excessivo, a fim de ter em conta as situações de crescimento económico mais lento, embora o ajustamento orçamental estrutural recomendado deva ser significativo.

Esta reforma permitiu que sejam tomadas em conta de forma mais adequada as circunstâncias específicas de cada país relativamente ao crescimento económico e à situação das respectivas finanças públicas, continuando-se todavia a sujeitar todos os países com défices superiores a 3% ao procedimento relativo aos défices excessivos.

Importa sublinhar que o início da recuperação económica verificada em 2006 foi acompanhada por uma efectiva consolidação orçamental, com o défice a diminuir de 6,0% para 3,9%. Este desempenho deve-se em grande medida à realização superior à esperada de receitas fiscais.

Do acréscimo, na receita fiscal, de cerca de 2590 milhões de euros registados em 2006, 1300 milhões ficaram-se a dever ao aumento de 4,2 por cento do PIB nominal, 300 milhões resultaram da melhoria da eficiência fiscal e os restantes 600 milhões foram consequência da subida de taxas no IVA, imposto sobre produtos petrolíferos e imposto sobre o tabaco.

Os números da receita e da despesa pública, em 2006, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) mostram, que a despesa total ficou nos 71.662 milhões de euros. Ao nível da receita, o valor total, foi de 65.601 milhões de euros.

Entre as poucas componentes em que as poupanças foram maiores que o esperado ficaram o investimento e as despesas com pessoal. Em contrapartida, as prestações sociais permaneceram mais altas que o estimado.

Quadro nº2– Reporte do défice e da dívida das Administrações Públicas (fonte: INE)

Estado Membro: Portugal Dados em Milhões de Euros Data: 19/03/2007	Códigos SEC 95	Ano				
		2003 Final	2004 Final	2005 Provisório	2006 Provisório	2007 Previsto
Capacidade/necessidade líquida de financiamento Administrações Públicas	PDE B.9					
S.13		-4.013,40	-4.791,80	-8.894,50	-6.054,80	-5.909,50
- Administração Central	S.1311	-5.221,30	-8.219,90	-8.937,50	-6.624,80	-6.209,40
- Administração Local	S.1313	-342,90	59,30	-436,90	60,60	1,10
- Fundos de Segurança Social	S.1314	1.550,80	3.368,80	479,90	509,40	298,80
Dívida Bruta das Administrações Públicas (consolidada) Valor nominal no final do ano		78.748,10	83.921,30	94.717,30	100.526,00	106.176,50
<i>Por categoria</i>						
Moeda e depósitos	AF.2	11.080,50	10.921,20	11.185,30	13.002,30	
Títulos excepto acções, excluído derivados financeiros	AF.33	61.390,40	65.567,00	76.120,70	80.168,40	
Curto Prazo	AF.331	3.803,90	9.583,20	12.109,80	8.900,60	
Longo Prazo	AF.332	57.586,50	55.983,80	64.010,90	71.267,80	
Empréstimos	AF.4	6.277,20	7.433,10	7.411,30	7.355,30	
Curto Prazo	AF.41	454,10	1.456,30	929,50	1.845,90	
Longo Prazo	AF.42	5.823,10	5.976,80	6.481,80	5.509,40	
Despesa da Administração Pública em: Formação Bruta de Capital Fixo Juros (consolidado) p.m.: Juros (consolidado)	P.51 PDE D.41 D.41 (Empregos)	4.303,30 3.774,90 3.838,90	4.479,50 3.819,60 3.852,00	4.183,10 4.028,80 3.954,80	3.558,00 4.354,30 4.360,10	3.678,40 4.770,20 4.770,20
Produto Interno Bruto a preços de mercado	B.1g	138.581,60	144.274,40	149.021,40	155.289,30	162.332,8 (a)
<i>Por Memória</i>						
Rácio Capacidade/necessidade líquida de financiamento no PIBpm		-2,9%	-3,3%	-6,0%	-3,9%	-3,6%
Rácio dívida Bruta das Administrações Públicas (consolidada) no PIBj		56,8%	58,2%	63,6%	64,7%	65,4%

(a) Valor estimado pela DGO

A contribuir para a melhoria das contas públicas esteve, sobretudo, o défice da administração central, que baixou 26 por cento, ou seja, 2,3 mil milhões de euros. A administração local também passou de um défice de 436 milhões de euros para um excedente de 60,6 milhões de euros, ao mesmo tempo que o saldo positivo da segurança social melhorou 29 milhões de euros.

Quando se compara os valores de 2006 com os registados em 2005 (ano em que o défice ascendeu aos seis por cento do PIB), a conclusão é que o contributo em percentagem do PIB para a diminuição do défice foi dado, em partes iguais, pela contenção da despesa corrente primária e pela receita fiscal. Os impostos arrecadados aumentaram o seu peso no PIB em 0,7 pontos percentuais. A despesa corrente sem juros diminuiu a sua importância na economia também em 0,7 pontos percentuais. A ajuda restante foi dada, na sua grande maioria pelo investimento, que viu o seu peso no PIB diminuir 0,5 pontos percentuais.

Em percentagem do PIB, o total da despesa contribuiu com uma descida de 1,2 pontos, ou seja, cerca de 60 por cento do total, em que cerca de 25 por cento correspondem a investimento e 35 por cento à despesa corrente primária. Os restantes 40 por cento da redução do défice foram conseguidos graças à arrecadação de mais receita fiscal. Podemos ainda confirmar que a despesa corrente primária teve um contributo maior que o investimento.

A despesa total em capital fixo foi ainda restringida pelos esforços de consolidação orçamental, que se traduziram numa queda do investimento público, e pela continuação do ajustamento das despesas de investimento em habitação por parte das famílias.

O consumo público caiu 0,3%, a partir de uma diminuição das despesas com o pessoal e das despesas em bens e serviços. Em conjunto com a queda do investimento público e com o forte aumento das receitas fiscais e não fiscais (ligeiramente acima de 8%), este registo contribuiu para uma diminuição do défice global das Administrações Públicas, de 6% para um valor ligeiramente acima de 4% do PIB, um valor inferior ao previsto no Programa de Estabilidade e Crescimento.

1.2.4. Economia Municipal

Os Municípios representam, hoje em dia, em algumas regiões do País, a principal força dinamizadora da economia local e regional. Cabe, ao Município, como instituição política democraticamente legitimada, assegurar um papel de liderança, criando um clima de confiança e de estabilidade.

O desenvolvimento da nossa comunidade foi sustentado sempre que o concelho se associou às dinâmicas de mudança e inovação, colocando-se no centro dos processos de modernização a nível nacional.

O papel do Município na sociedade local não se deve reduzir a um papel de árbitro ou de um regulador passivo, mas deve assumir a missão de estratégia do desenvolvimento local e a prestação de serviços públicos essenciais, como a segurança, o ordenamento do território, a protecção ambiental, a educação e a solidariedade social em prol das pessoas mais vulneráveis.

De entre os grandes desafios para o desenvolvimento do nosso Município, merecem destaque: a qualificação das pessoas, a criação de emprego numa economia baseada no conhecimento, o combate à exclusão social, a protecção efectiva do nosso meio ambiente e a valorização da identidade cultural.

Relativamente ao ano de 2005, o endividamento líquido municipal decresceu, aproximadamente 500 milhões de euros, tendo a diminuição do endividamento municipal contribuído em 0,1%, para o decréscimo do défice público. A administração local passou de um défice de 436 milhões de euros para um excedente de 60,6 milhões de euros.

Em 2005, 70 municípios estavam acima da sua capacidade de endividamento e em 2006 esse número diminuiu para 58.

No que refere ao acesso ao crédito, a Lei do Orçamento de Estado (Rectificativo) para 2002 e as leis do Orçamento de Estado para 2003, 2004, 2005 e 2006 suspenderam, na prática, a Lei das Finanças Locais, no seu artigo 24.º, durante estes cinco anos.

A situação decorrente destas proibições de recurso ao crédito foi de uma estagnação generalizada do investimento programado, situação esta que não será possível manter, face às necessidades e compromissos envolvidos.

É ainda pertinente lembrar que a Administração Local é o principal investidor público, sendo responsável por mais de 50% do investimento efectuado nos últimos anos, apesar das limitações impostas pelos anteriores Orçamentos de Estado no acesso ao crédito.

O Governo em 2005, aprovou um conjunto de medidas que, de forma directa ou indirecta, afectaram os Municípios Portugueses durante o ano de 2006, nomeadamente os aumentos da taxa de IVA e das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações.

2. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

2.1 Identificação

O concelho de Estarreja, com uma área de 108,11 km², está integrado administrativamente no distrito de Aveiro e localiza-se na região Centro, mais precisamente na sub-região do Baixo-Vouga, e divide-se em sete freguesias: Avanca, Beduído, Canelas, Fermelã, Pardilhó, Salreu e Veiros.

É limitado a norte pelo município de Ovar, a leste por Oliveira de Azeméis, a leste e a sul por Albergaria-a-Velha e a oeste por Murtosa.

Estarreja integra-se numa individualidade regional - a Ria.

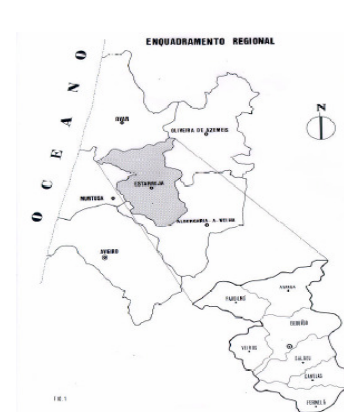
O concelho de Estarreja fica situado num território levemente acidentado a nascente e de planície a poente. É-lhe fronteira a Ria de Aveiro e o seu rio principal é o Antuã, que delimita as freguesias de Beduído, pelo Sul, e de Salreu, pelo Norte.

Atravessam o seu território a linha de caminho de ferro do norte, a AI, a EN109, A29 e fica-lhe próxima a A25.

De acordo com os dados estatísticos de 2001 (censos 2001), residiam no concelho de Estarreja 28 182 habitantes, dos quais 22.580 são eleitores (STAPE, Março 2001) e a densidade populacional é de 260,4 habitantes/km².

A maior concentração populacional regista-se nas freguesias de Beduído, Avanca, Pardilhó e Salreu, existindo cerca de 11.725 alojamentos familiares totais em todos o concelho, distribuídos em 10.424 edifícios.

Figura nº1



Quadro nº3

CONCELHO DE ESTARREJA	FREGUESIAS							Total do Concelho
	Avanca	Beduído	Canelas	Fermelã	Pardilhó	Salreu	Veiros	
População Residente HM	6.474	7.794	1.486	1.482	4.175	4.153	2.618	28.182
População Residente H	3.152	3.752	709	719	2.054	1.969	1.284	13.639
População Residente M	3.322	4.042	777	763	2.121	2.184	1.334	14.543
População Presente HM	6.161	7.462	1.464	1.439	4.078	4.062	2.478	27.144
População Presente H	2.977	3.569	693	691	1.993	1.915	1.211	13.049
População Presente M	3.184	3.893	771	748	2.085	2.147	1.267	14.095
Famílias Clássicas Residentes	1.966	2.652	482	487	1.369	1.406	834	9.196
Famílias Institucionais	4	1	0	0	1	2	1	9
Núcleos Familiares Residentes	1.898	2.328	460	441	1.220	1.247	766	8.360
Alojamentos Familiares - Total	2.285	3.357	577	600	1.863	1.859	1.184	11.725
Alojamentos Familiares - Clássicos	2.277	3.334	575	599	1.845	1.853	1.178	11.661
Alojamentos Familiares - Outros	8	23	2	1	18	6	6	64
Alojamentos Colectivos	7	4	0	0	1	4	1	17
Edifícios	2.144	2.409	559	585	1.747	1.816	1.164	10.424

Adaptado : INE, Recenseamento Geral da População e Habitação,2001

De acordo com os dados estatísticos de 2001, dos 28.182 indivíduos residentes no concelho de Estarreja, cerca de 12.135 pessoas encontravam-se empregadas e 878 estavam desempregadas. Confrontando-se os dados de 1991 com os de 2001, pode-se constatar que em Estarreja houve um aumento tanto da população empregada (1991: 10.564 pessoas; 2001: 12.135 pessoas) como da desempregada (1991: 643; 2001: 878)

Quadro 4 - Indicadores sobre a estrutura da população activa do concelho de Estarreja - 1991 e 2001

Freguesias	População Empregada		População Desempregada		População por Sector de Actividade						Taxa de Actividade		Taxa de Desemprego	
	1991	2001	1991	2001	I		II		III		1991	2001	1991	2001
					1991	2001	1991	2001	1991	2001				
Avanca	2570	2926	162	194	172	112	1506	1684	892	1130	42,5	48,2	5,9	6,2
Beduído	2780	3513	168	252	106	80	1217	1522	1457	1911	43,8	48,3	5,7	6,7
Canelas	592	557	15	54	145	30	213	223	234	304	40,5	41,1	2,5	8,8
Fermelã	643	631	46	32	97	29	319	312	227	290	43,6	44,7	6,7	4,8
Pardilhó	1506	1680	110	126	155	73	920	1020	431	587	38,2	43,3	6,8	7
Salreu	1653	1703	105	127	312	101	613	651	728	951	42,3	44,1	6	6,9
Veiros	820	1125	37	93	205	91	387	599	228	435	40,5	46,5	4,3	7,6
Concelho	10564	12135	643	878	1192	516	5175	6011	4197	5608	41,9	46,2	5,7	6,7

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População de 1991 e 2001.

Estarreja é um concelho cuja base económica é liderada pelo Sector Secundário, com 6.011 pessoas empregadas. De 1991 a 2001 o Sector Primário sofreu uma variação bastante significativa – 56,7%. Em contrapartida, o Sector Terciário tem vindo a ganhar cada vez mais, peso na estrutura económica.

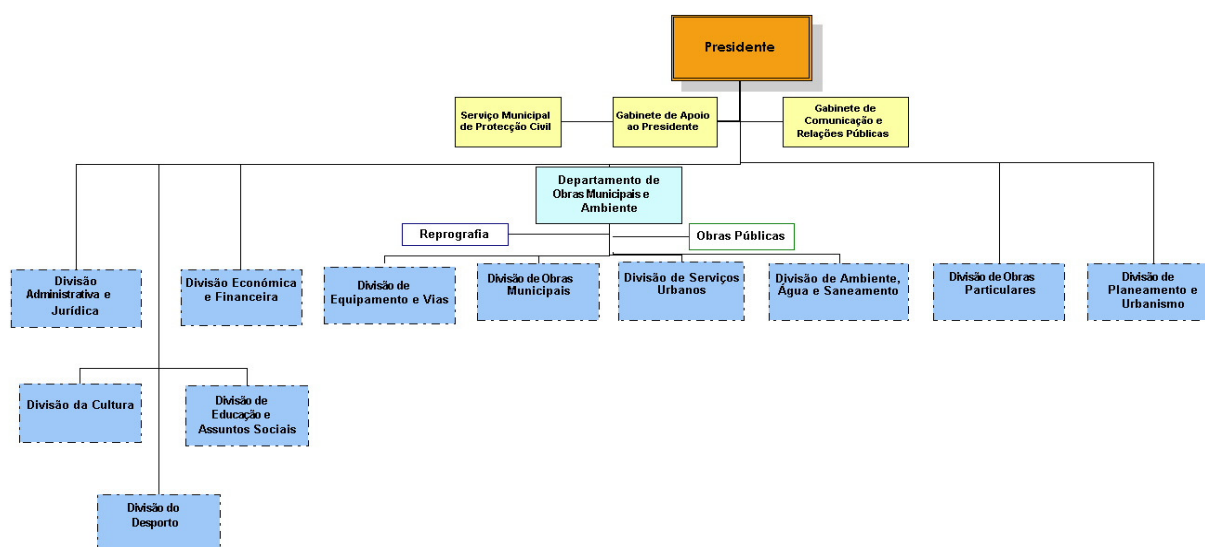
É de salientar que as indústrias transformadoras são as principais “responsáveis” pela economia local industrial (33,4%), sendo o ramo das Indústrias Metalúrgicas de Base e Produtos Metálicos o que gera mais emprego (4,9%). Em segundo lugar surge o ramo das Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco com 4,5%.

A Fabricação de Produtos Químicos e de Fibras Sintéticas ou Artificiais foi em tempos (Anos 50/60) o ramo dominador da oferta de emprego no concelho de Estarreja. A atestar a gradual perda de importância que este ramo de actividade tem vindo a sofrer, no âmbito do tecido produtivo local, regista-se o facto, de em 1981, ser o ramo mais importante relativamente à oferta de emprego, e que, volvidos dez anos (2001) constituísse a quarta actividade em termos de criação de emprego (3,7%), realçando-se, mais uma vez, a profunda reestruturação do tecido industrial, que ocorreu no concelho.

2.2 Estrutura Orgânica

Tendo em vista sistematizar uma adequação dos serviços às novas exigências da comunidade e no sentido de se adaptar às diferentes reformas administrativas e financeiras a desenrolar na Administração Pública, e especificamente na Administração Local, em 2004 foi criado um novo Regulamento Interno dos Serviços, Estrutura Orgânica e Quadro de Pessoal, publicado na II Série do Diário da República de 26 de Maio de 2004, pelo Aviso n.º 3998/2004 (2ª série) – AP.

Figura n.º 2



2.3 Sistema de Informação Contabilística Adotada / Contabilidade Autárquica

O sistema contabilístico consiste num conjunto de tarefas, métodos, regras e registos, através do qual se processam as operações como meio de manter a informação financeira e envolve a identificação, a agregação, a análise, o cálculo, a classificação, o lançamento nas contas, o resumo e o relato das várias operações e acontecimentos.

O sistema de informação contabilística das autarquias locais encontra-se regulamentada pela Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto (*Lei das Finanças Locais*), alterado pelas Leis n.º 87-B/98, de 31/12, n.º 3-B/2000, de 4/15/2001, de 5/6 e n.º 94/2001 de 20/8 e pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22/2 (POCAL), alterado pela Lei n.º 162/99, de 14/9, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, 2/12 e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5/4.

Este sistema contabilístico que segue, no seu essencial, as regras e princípios da contabilidade pública, revelando as operações que decorrem do conjunto de actos administrativos realizados pelo município, como sejam: o tratamento e registo das operações de arrecadação de receitas e a realização de despesas, preparação, controlo, detecção de desvios, elaboração de alterações e revisões, preparação da conta e apuramento do saldo final do exercício, tendo em conta os fins de natureza política e administrativa prosseguidos, não havendo preocupações do lucro mas sim do interesse público.

A principal função da contabilidade pública é garantir o controlo da legalidade, não consistindo apenas no registo dos factos patrimoniais à medida que eles ocorrem, mas também na expressão do conjunto de regras e princípios jurídicos que fundamentam toda a gestão económico-financeira dos organismos públicos.

Com aplicação do POCAL - Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais, procurou-se aproximar a contabilidade pública/autárquica das directrizes próprias da contabilidade empresarial, por forma a promover a obtenção de informações indispensáveis à gestão da entidade, nomeadamente da sua situação patrimonial, dos resultados obtidos e à formulação de políticas de planeamento e controlo das suas diversificadas actividades.

O novo sistema contabilístico aplicado nas autarquias locais e preconizado pelo POCAL incorpora, de forma integrada, três grandes subsistemas: Contabilidade Orçamental, Contabilidade Patrimonial e Contabilidade de Custos.

No cumprimento do calendário estabelecido legalmente, o Município de Estarreja aprovou o “sistema de controlo interno” em 12 de Novembro de 2001 e aprovou o inventário e balanço inicial (referentes a 1 de Janeiro de 2002) em 30 de Abril de 2002.

Desde Abril de 2002, o Município de Estarreja adoptou, em regime de exclusividade, o sistema contabilístico preconizado pelo POCAL, sendo este o quarto ano de apresentação do Relatório de Prestação de Contas “formatado” segundo linhas orientadoras do POCAL.

A contabilidade deste município é processada informaticamente através de um sistema de informação integrado que permite que a informação de diferentes aplicações informáticas seja recolhida pela aplicação “POCAL”.

Com a implementação do POCAL, em 2002, pretendeu esta autarquia local, implementar um sistema integrado de gestão operacional e de tratamento de informação económico-financeira, assente, fundamentalmente, na interligação de todas as aplicações informáticas de cariz administrativo, que permitisse uma melhoria significativa dos procedimentos (circulação documental) bem como, do controlo operacional dos procedimentos.

O sistema informático, assenta principalmente na partilha por todas as aplicações, de um conjunto de bases de dados informativas sobre, principalmente, os contribuintes e fornecedores.

Este sistema permite ainda a contabilização automática em todas as fases de um processo de despesa e/ou de receita, nos respectivos subsistemas da económica, patrimonial e de custos.

Relativamente a um processo de despesa, que apenas pode ser realizado na Secção de Aprovisionamento e Gestão Administrativa de Fornecimentos ou na Secção de Obras Públicas, sendo no entanto, apenas validado na Secção de Contabilidade.

No que concerne á receita, os Serviços competentes emitem, conferem e enviam as guias de receita para a tesouraria.

Em termos técnicos o sistema informático, utiliza uma rede ETHERNET, com servidor Windows 2003 Server. A aplicação POCAL, funciona em cliente /servidor, estando o programa principal instalado em servidor SUN SOLARIS. Nos postos de trabalho está instalada uma aplicação cliente, funcionando os PC's com sistemas operativos Windows 98, Windows 2000 e Windows XP.

3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Os documentos previsionais e de planeamento, concretamente as Grandes Opções do Plano e Orçamento, definiram para 2006, as principais escolhas de política de desenvolvimento para o concelho, identificando os projectos prioritários e mobilizando os recursos técnicos, humanos e financeiros necessários à sua execução.

Em matéria da Contabilidade Orçamental, a prestação de contas é feita em termos de execução dos documentos previsionais “Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2006”.

A execução dos documentos orçamentais consubstancia-se no desenvolvimento das acções necessárias à arrecadação de receitas previstas e à realização de despesas inscritas no Orçamento, visando alcançar os objectivos fixados nas Grandes Opções do Plano.

3.1. Modificações aos Documentos Previsionais - Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano

O Orçamento 2006 e as GOP's 2006-2009 obtiveram aprovação pelo órgão executivo em 30/12/2005 e pela Assembleia Municipal em 16/01/2006.

Durante a Gerência do ano 2006, foram efectuadas 9 (nove) alterações orçamentais, nos seguintes termos :

- 8 apenas tiveram impacto no Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
- 8 apenas tiveram impacto no Plano de Actividades Municipais (PAM);

3.2. Resumo da Execução Orçamental

Assistiu-se no ano económico 2006 a um crescimento das receitas arrecadas e das despesas pagas. Esta tendência contraria a verificada no ano 2005, onde se registou um decréscimo das receitas totais e das despesas totais, na ordem dos 0,36% e 1,25% respectivamente.

Comparando com a gerência do ano anterior, temos o seguinte quadro:

Quadro n° 5

(unidade monetária : €uros)

Designação	REALIZADO			ORÇADO	
	2005	2006	Diferença	2005	2006
Receitas Correntes	10.111.441,14	11.043.491,03	932.049,89	12.116.420,00	11.691.756,00
Receitas de Capital	7.176.974,13	6.352.475,69	-824.498,44	19.787.998,81	17.360.781,00
Receitas Totais	17.288.415,27	17.395.966,72	107.551,45	31.904.418,81	29.052.537,00
Despesas Correntes	8.314.322,79	9.899.520,89	1.585.198,10	10.628.444,00	11.036.615,87
Despesas de Capital	8.925.917,29	7.392.351,55	-1.533.565,74	21.275.974,81	18.015.921,13
Despesas Totais	17.240.240,08	17.291.872,44	51.632,36	31.904.418,81	29.052.537,00

Do quadro apresentado, verifica-se que relativamente ao ano de 2005, a arrecadação de Receitas Correntes aumentou 9,22%, tendo as Receitas de Capital apresentado um decréscimo de 11,49%.

As Despesas Correntes sofreram um acréscimo de 19,06% e as Despesas de Capital uma diminuição de 17,18% relativamente às realizadas no ano de 2005.

3.3. RECEITA

3.3.1. Execução Orçamental da Receita

Com base no quadro nº5, comparando o valor orçado das Receitas Totais (€29.052.537,00), com o efectivamente arrecadado (€17.395.966,72) no ano económico em análise, obtém-se uma taxa de execução a nível das receitas de 59,88 %, ou seja, o valor da cobrança efectiva foi inferior ao inicialmente previsto em €11.656.570,28.

Quadro nº6 - Execução das Receitas

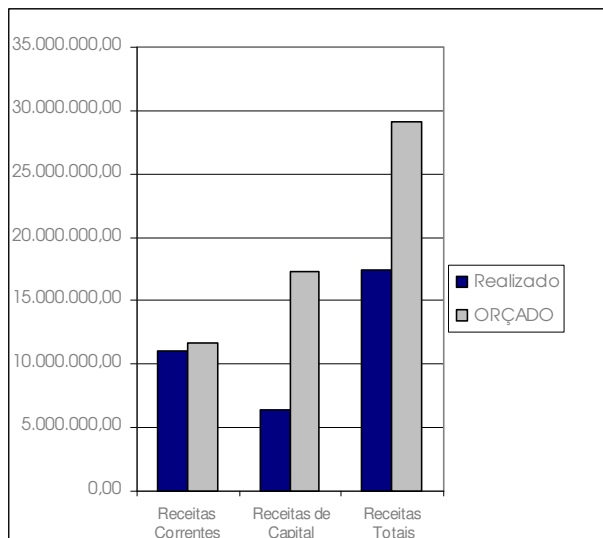
(unidade monetária : Euros)

Capítulos	Previsão		Valor da Execução (c)	Desvio		
	Inicial (a)	Final (b)		Valor (c)-(b)	Exec % (c)/(a)	Exec % (c)/(b)
Receitas Correntes	11.691.756,00	11.691.756,00	11.043.491,03	-648.264,97	94,46%	94,46%
Impostos Directos	3.162.617,00	3.162.617,00	3.195.644,14	33.027,14	101,04%	101,04%
Imposto municipal sobre Imóveis	1.163.617,00	1.163.617,00	1.430.989,81	267.372,81	122,98%	122,98%
Imposto sobre veículos	262.000,00	262.000,00	311.410,11	49.410,11	118,86%	118,86%
Imposto municipal s/ transmissões onerosas	351.000,00	351.000,00	567.176,03	216.176,03	161,59%	161,59%
Derrama	1.150.000,00	1.150.000,00	830.778,91	-319.221,09	72,24%	72,24%
Impostos abolidos	235.000,00	235.000,00	55.289,28	-179.710,72	23,53%	23,53%
Impostos Directos Diversos	1.000,00	1.000,00	0,00	-1.000,00	0,00%	0,00%
Impostos Indirectos	402.400,00	402.400,00	282.412,14	-119.987,86	70,18%	70,18%
Taxas, Multas e Outras Penal.	470.000,00	470.000,00	323.230,95	-146.769,05	68,77%	68,77%
Rendimentos de Propriedade	536.100,00	536.100,00	479.429,52	-56.670,48	89,43%	89,43%
Transferências Correntes	4.387.139,00	4.387.139,00	4.364.109,36	-23.029,64	99,48%	99,48%
Venda de Bens e Serviços Correntes	2.697.000,00	2.697.000,00	2.367.365,21	-329.634,79	87,78%	87,78%
Outras Receitas Correntes	36.500,00	36.500,00	31.299,71	-5.200,29	85,75%	85,75%
Receitas de Capital	17.355.781,00	17.355.781,00	6.350.458,83	-11.005.322,17	36,59%	36,59%
Venda de Bens de Investimento	3.152.900,00	3.152.900,00	261.579,68	-2.891.320,32	8,30%	8,30%
Transferências de Capital	13.540.881,00	13.540.881,00	4.863.814,24	-8.677.066,76	35,92%	35,92%
Passivos Financeiros	657.000,00	657.000,00	1.218.817,41	561.817,41	185,51%	185,51%
Emp. Contraídos a M/L Prazo	657.000,00	657.000,00	1.218.817,41	561.817,41	185,51%	185,51%
Outras Receitas de Capital	5.000,00	5.000,00	6.247,50	1.247,50	124,95%	124,95%
Outras Receitas	5.000,00	5.000,00	2.016,86	-2.983,14	40,34%	40,34%
Reposições Não Abatidas nos Pagam.	5.000,00	5.000,00	2.016,86	-2.983,14	40,34%	40,34%
Total da receita	29.052.537,00	29.052.537,00	17.395.966,72	-11.656.570,28	59,88%	59,88%

Relativamente às Receitas Correntes, verificou-se que a totalidade das receitas, efectivamente cobradas, são inferiores às orçadas, em € 648.264,97, correspondendo a uma taxa de execução do orçamento das receitas correntes de 94,46%.

Da análise do quadro, acima apresentado, denota-se que no geral as Receitas de Capital cobradas foram inferiores às orçamentadas, em € 11.005.322,17, correspondendo a uma taxa de execução de 36,59%.

Gráfico nº1



Em termos globais, a taxa de execução das Receitas Totais apresenta um acréscimo de cerca de 8,46 pontos percentuais, relativamente ao verificado no ano anterior. No entanto, se optarmos, por decompor a Receita nos seus principais itens – Receitas Correntes e Receitas de Capital – podemos constatar que o seu desempenho foi diferente face ao ano anterior. Enquanto que as primeiras tiveram uma execução bastante superior á do ano 2005, um acréscimo de 11,00 p.p., o mesmo não se passou com as segundas, que assistiram a um decréscimo de cerca de 1,04 p.p. .

A análise da execução das Receitas Correntes permite-nos apreciar a excelente performance a nível dos Impostos Directos , Rendimentos de Propriedade, Transferências e Venda de Bens e Serviços Correntes, todas elas com taxas de execução próximas ou superiores a 100%.

Por outro lado, as Receitas de Capital detiveram uma fraca taxa de execução, uma vez que no ano 2006 não foi possível concretizar a venda de terrenos do Eco-Parque Empresarial de Estarreja, dado as questões administrativas e burocráticas associadas ao processo de expropriações. Por outro, lado é de realçar ao não recebimento efectivo de verbas relativas a participações financeiras quer do INAG, para o Saneamento nas Freguesias de Avanca e Pardilhó – 2ª Fase (€870.930.86), quer da Estradas de Portugal ,E.P.E., para Rede Viária do Concelho (€ 188.050,00), quer de Fundos Comunitários, para a Concepção/Construção da Praça do Município e Arruamentos Envolventes, Beneficiação e Alargamento de Arruamentos na Freguesia de Salreu, Largo de Sto.Amaro, Eco-Parque Empresarial de Estarreja, Beneficiação e Conservação da Rua Joaquim Maria Resende, Beneficiação e Alargamento da Rua Dr. Fernando Gomes, Remodelação do Abastecimento de Água de Beduído, Equipamento do Cine-Teatro de Estarreja. Os Passivos Financeiros tiveram uma taxa de execução de 185,51%, decorrente de uma utilização de empréstimo contraído ao abrigo do rateio, que se revelou superior ao esperado.

3.3.2. Estrutura e Evolução da Receita

Com base nos valores descritos no quadro nº7 e atendendo à estrutura primária das receitas, verifica-se que no exercício económico de 2006, o Município de Estarreja arrecadou €11.021.228,55 de Receitas Correntes e €6.374.738,17 de Receitas de Capital, perfazendo um total de €17.395.966,72 de Receitas Municipais. Relativamente ao ano anterior, verifica-se um acréscimo de receitas arrecadadas de 0,62%.

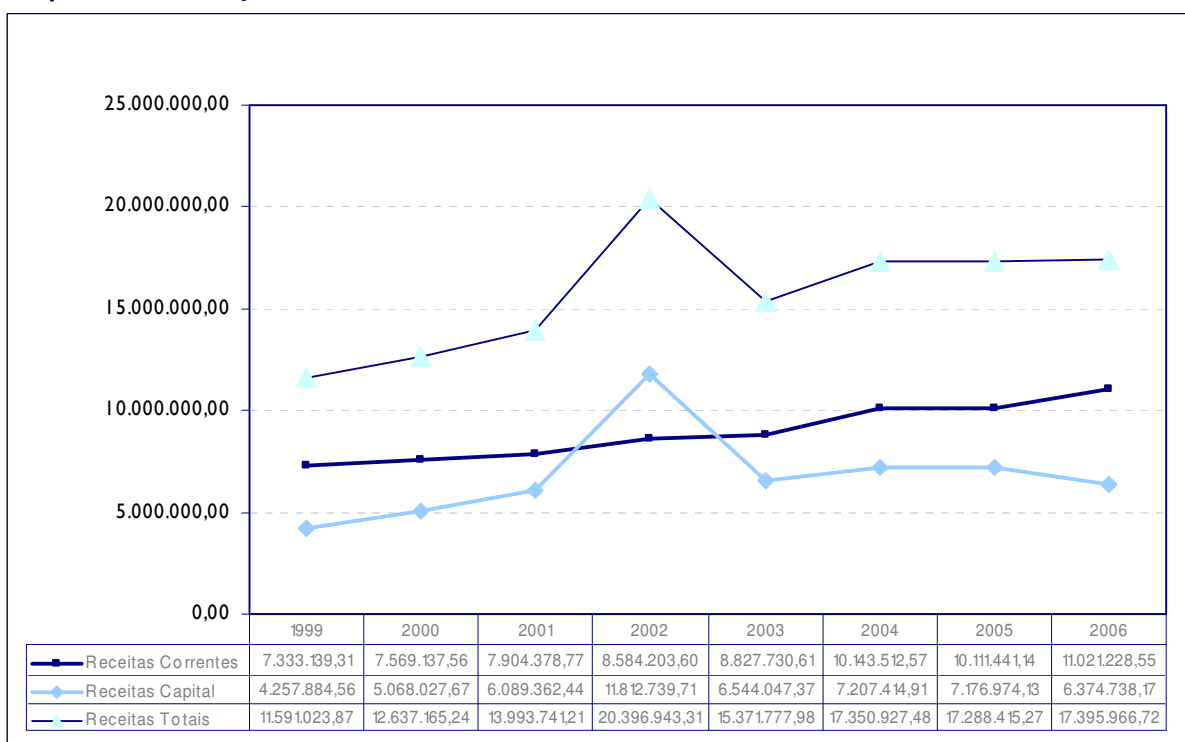
Quadro n.º 7

(unidade monetária : €uros)

Designação	2006		2005	
	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	11.043.491,03	63,48%	10.111.441,14	58,49%
Receitas de Capital	6.352.475,69	36,52%	7.176.974,13	41,51%
Rec.Totais	17.395.966,72	100,00%	17.288.415,27	100,00%

Verifica-se que 63,48% das Receitas Totais são relativas a receitas de natureza corrente enquanto que as receitas de capital representam 36,52% das Receitas Totais arrecadadas pelo município no ano de 2006. Comparativamente ao ano 2005 verifica-se que as Receitas de Capital diminuíram cerca de 11,49%, tendo as Receitas Correntes aumentaram 9,22%.

Gráfico n.º 2 – Evolução das Receitas



Quadro nº 8 -

(unidade monetária : €uros)

Receitas Correntes			Receitas de Capital / Outras Receitas		
Designação	Valor	%	Designação	Valor	%
Impostos Directos	3.195.644,14	28,94%	Venda de Bens de Investimento	261.579,68	4,12%
Imposto municipal sobre imóveis	1.430.989,81	12,96%	Transferências de Capital	4.863.814,24	76,57%
Imposto sobre veículos	311.410,11	2,82%	F.G.M.+F.C.M.+F.B.M.	2.625.471,00	41,33%
Imposto munic s/ transmissões onerosas	567.176,03	5,14%	Outras	2.238.343,24	35,24%
Derrama	830.778,91	7,52%	Passivos Financeiros	1.218.817,41	19,19%
Impostos abolidos	55.289,28	0,50%	Emp. Contraídos a M/L Prazo	1.218.817,41	19,19%
Impostos Directos Diversos	0,00	0,00%	Outras Receitas de Capital	6.247,50	0,10%
Impostos Indirectos	282.412,14	2,56%	Indeminizações	6.247,50	0,10%
Taxas, Multas e Outras Penal.	323.230,95	2,93%	Outras Receitas	2.016,86	0,03%
Rendimentos de Propriedade	479.429,52	4,34%	Reposições não abatidas nos pagam.	2.016,86	0,03%
Transferências Correntes	4.364.109,36	39,52%			
F.G.M.+F.C.M.+F.B.M.	3.938.207,00	35,66%			
Outras	425.902,36	3,86%			
Venda de Bens e Serviços Correntes	2.367.365,21	21,44%			
Venda de Bens	9.802,01	0,09%			
Prestações de Serviços	2.334.948,13	21,14%			
Rendas e Alugueres	22.615,07	0,20%			
Outras Receitas Correntes	31.299,71	0,28%			
Totais de Receitas Correntes	11.043.491,03	100,00%	Totais de Receitas de Capital /Outras	6.352.475,69	100,00%

Pela análise dos quadros nº 8 e nº9 constata-se que as principais fontes de recursos desta Autarquia Local, no ano de 2006, foram compostas, no seu essencial, por Transferências de Capital (27,96%), por Transferências Correntes (25,09%), Impostos Directos(18,37%), por Venda de Bens e Serviços (13,61%) e por Passivos Financeiros (7,01%).

Os fundos oriundos da cobrança de Impostos Directos, detêm um peso significativo no cômputo geral das receitas angariadas no ano de 2006, representando 29% das Receitas Correntes e 18,37% das Receitas Totais.

As Transferências – Correntes e Capital – têm um peso importante na estrutura da Receita , com uma ligeira vantagem das de capital, mostrando uma certa dependência que a autarquia tem perante os Fundos Municipais (Fundo Geral Municipal , Fundo de Coesão Municipal e Fundo Base Municipal). De salientar que a importância destes Fundos Municipais se revela maior nas transferências correntes.

Quadro nº 9

(unidade monetária : €uros)

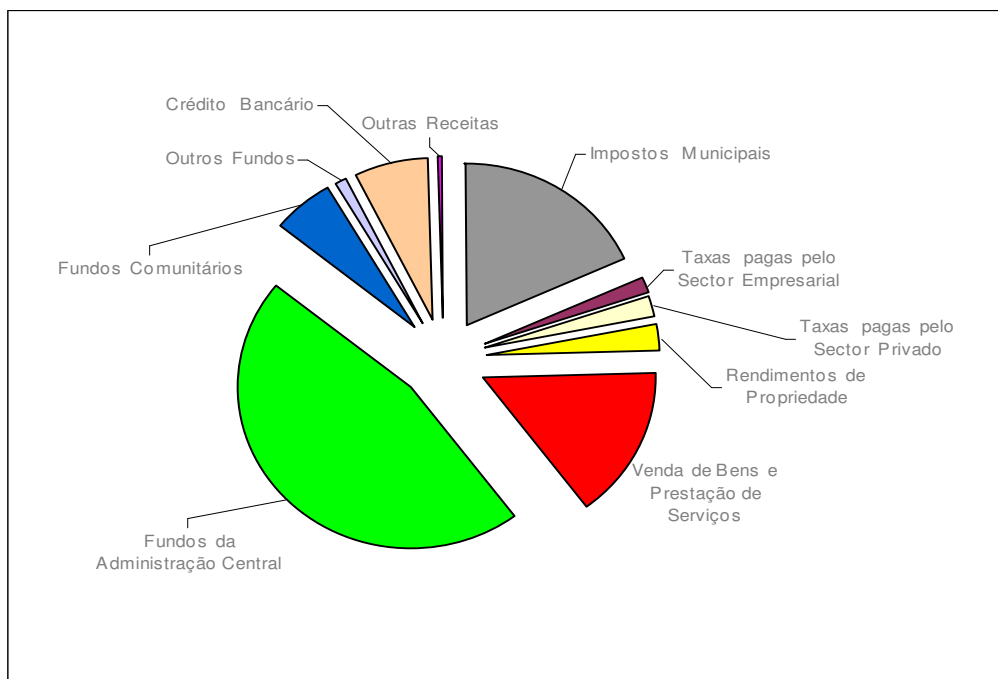
Receitas Correntes		
Designação	Valor	%
Impostos Directos	3.195.644,14	18,37%
Imposto municipal sobre imóveis	1.430.989,81	8,23%
Imposto sobre veículos	311.410,11	1,79%
Imposto munic sobre transmissões onerosas	567.176,03	3,26%
Derrama	830.778,91	4,78%
Impostos abolidos	55.289,28	0,32%
Impostos Indirectos	282.412,14	1,62%
Taxas, Multas e Outras Penal.	323.230,95	1,86%
Rendimentos de Propriedade	479.429,52	2,76%
Transferências Correntes	4.364.109,36	25,09%
F.G.M.+F.C.M.+F.B.M.	3.938.207,00	22,64%
Outras Transferências	425.902,36	2,45%
Venda de Bens e Serviços Correntes	2.367.365,21	13,61%
Venda de Bens	9.802,01	0,06%
Prestação de Serviços	2.334.948,13	13,42%
Rendas e Alugueres	22.615,07	0,13%
Outras Receitas Correntes	31.299,71	0,18%
Totais de Receitas Correntes	11.043.491,03	63,48%
Receitas de Capital / Outras Receitas		
Designação	Valor	%
Venda de Bens de Investimento	261.579,68	1,50%
Transferências de Capital	4.863.814,24	27,96%
F.G.M.+F.C.M.+F.B.M.	2.625.471,00	15,09%
Outras	2.238.343,24	12,87%
Passivos Financeiros	1.218.817,41	7,01%
Emp. Contraídos a M/L Prazo	1.218.817,41	7,01%
Outras Receitas de Capital	6.247,50	0,04%
Indeminizações	6.247,50	0,04%
Outras Receitas	2.016,86	0,01%
Totais de Receitas de Capital	6.352.475,69	36,52%
RECEITAS TOTAIS	17.395.966,72	100,00%

A repartição das receitas globais angariadas no ano 2006 podem ser vistas de outra forma conforme o descrito no gráfico e quadro apresentado de seguida:

Quadro n° 10

(unidade monetária : €uros)

Impostos Municipais	3.195.644,14	18,4%
Taxas pagas pelo Sector Empresarial	282.412,14	1,6%
Taxas pagas pelo Sector Privado	323.230,95	1,9%
Rendimentos de Propriedade	479.429,52	2,8%
Venda de Bens e Prestação de Serviços	2.628.944,89	15,1%
Fundos da Administração Central	8.029.392,22	46,2%
Fundos Comunitários	1.025.285,00	5,9%
Outros Fundos	173.246,38	1,0%
Crédito Bancário	1.218.817,41	7,0%
Outras Receitas	39.564,07	0,2%

17.395.966,72**Gráfico n° 3**

De seguida, procede-se à apresentação de um conjunto de conceitos importantes para uma percepção mais clara do tipo e natureza de receitas obtidas no ano de 2006 :

Quadro nº 11

(unidade monetária : €uros)

RECEITA	Valor	Peso %			
		Receita Global	Receita Local	Receita Própria	Receita Fiscal
Local	6.942.978,21	39,91%	100,00%	42,92%	
<i>Fiscal</i>	3.801.287,23	21,85%	54,75%	23,50%	100,00%
Impostos Directos	3.195.644,14	18,37%	46,03%	19,75%	84,07%
Impostos Indirectos	282.412,14	1,62%	4,07%	1,75%	7,43%
Taxas, Multas e Outras Penal.	323.230,95	1,86%	4,66%	2,00%	8,50%
<i>Não Fiscal</i>	3.141.690,98	18,06%	45,25%	19,42%	
Rendimentos de Propriedade	479.429,52	2,76%	6,91%	2,96%	
Venda de Bens e Serviços Correntes	2.367.365,21	13,61%	34,10%	14,63%	
Venda de Bens de Investimento	261.579,68	1,50%	3,77%	1,62%	
Outras Receitas Correntes	33.316,57	0,19%	0,48%	0,21%	
Própria	16.177.149,31	92,99%		100,00%	
Recursos Locais	6.942.978,21	39,91%		42,92%	
Fundos Municipais (FGM/FBM/FCM)	6.563.678,00	37,73%		40,57%	
Outras Transferências	2.664.245,60	15,32%		16,47%	
Outras Receitas	6.247,50	0,04%		0,04%	
Alheia	1.218.817,41	7,01%			
Passivos Financeiros	1.218.817,41	7,01%			
Total da receita	17.395.966,72	100,00%			

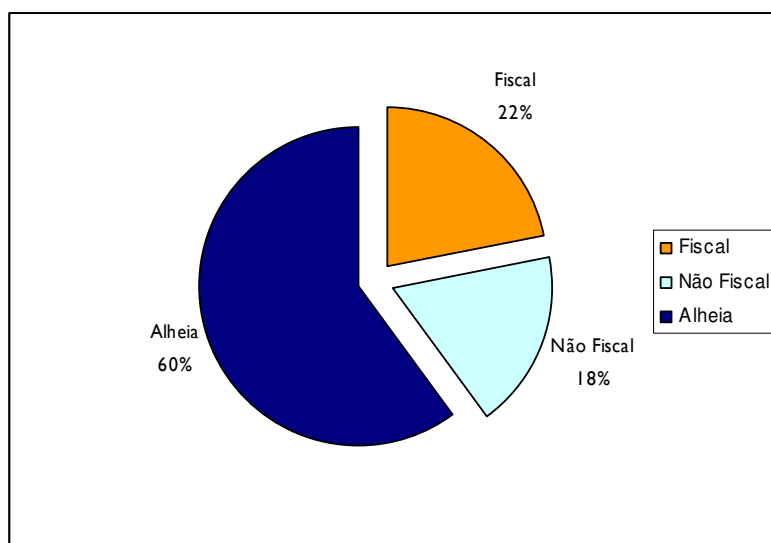
No exercício económico de 2006, é de realçar que 92,99% das Receitas angariadas advêm de **Recursos Próprios** do Município, dentro dos quais se destacam as Transferências (57,04% dos Recursos Próprios e 53,05% das Receitas Totais), as Receitas Fiscais (23,5% dos Recursos Próprios e 21,85% das Receitas Totais) e rendimentos resultantes da alienação de bens próprios e de serviços prestados (inerentes à gestão do património municipal e da cobrança da utilização dos seus serviços).

No Município de Estarreja no ano de 2006 os **Recursos Locais**, constituído por todas as receitas que não sejam Transferências ou Empréstimos, representam 39,91% das Receitas Totais. Importa referir que constituem Recursos Locais todas as receitas que a Autarquia **cobra** no âmbito de prossecução das suas competências e que se encontram previstas na Lei 42/98, de 6 de Agosto (Lei das Finanças Locais).

No ano de 2006 a Autarquia recorreu a financiamento alheio (crédito bancário) no valor de €1.218.817,41, representando 7,01% dos recursos arrecadados, conforme já foi referido no âmbito da análise do gráfico nº2. Verifica-se uma diminuição desta fonte de receita.

Existem análises, em que os Fundos Municipais e outras Transferências são consideradas como Receita Alheia, e neste caso teremos o cenário descrito no gráfico nº3, em que os fundos próprios (Fiscal e Não Fiscal) representam cerca de 40% do total da receita, enquanto que as receitas alheias têm um contributo de 60%, o que revela uma autonomia inconsistente.

Gráfico n.º 4



No entanto, é de esclarecer que as Transferências Correntes e de Capital constituem recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, tendo a sua origem em verbas transferidas directamente do Orçamento de Estado para o município (Fundo Geral Municipal, Fundo de Coesão Municipal e Fundo Base Municipal) e em verbas originárias de comparticipações, dotações e subsídios provenientes do Orçamento de Estado (contratos-programa, protocolos, acordos de colaboração) e do Orçamento da Comunidade Europeia (fundos comunitários). Desta forma, este tipo de fundos, dada a sua origem, não são considerados recursos financeiros locais, apesar de constituírem fundos próprios da Autarquia.

Os Fundos Municipais mencionados consubstanciam a participação dos municípios nos impostos do Estado nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 10.º da Lei das Finanças Locais.

No cumprimento da norma constitucional da participação nos impostos do Estado, a Lei das Finanças Locais preceitua a participação dos municípios nos impostos (directos e indirectos) do Estado, nos dois impostos directos mais importantes, sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e das pessoas colectivas (IRC) e ainda no principal imposto (indirecto) sobre a despesa, o Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA). Neste sentido, as transferências do Orçamento de Estado para os municípios deixaram de estar indexadas ao aumento percentual do IVA orçado, passando-se a lidar com a cobrança efectiva dos três impostos no penúltimo ano.

Especificamente, o **Fundo Base Municipal (FBM)** foi criado com o intuito de dotar os municípios de capacidade financeira mínima para o seu funcionamento, sendo repartido igualmente por todos os municípios (artigo 10.º-A da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto com a redacção dada pela Lei n.º 94/2001, de 20 de Agosto).

O **Fundo Geral Municipal (FGM)** procura dar aos municípios um financiamento ao nível das responsabilidades que vinham tendo, “dotando os municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, em função dos respectivos níveis de funcionamento e investimento.” (artigo 11.º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto).

O **Fundo de Coesão Municipal (FCM)** visa reforçar a coesão municipal, fomentando a correcção de assimetrias, em benefício dos municípios menos desenvolvidos, pretendendo-se, desta forma, realizar um esforço perequativo acentuado.

De seguida, efectua-se uma desagregação das rubricas das Receitas Municipais arrecadadas no exercício económico de 2006:

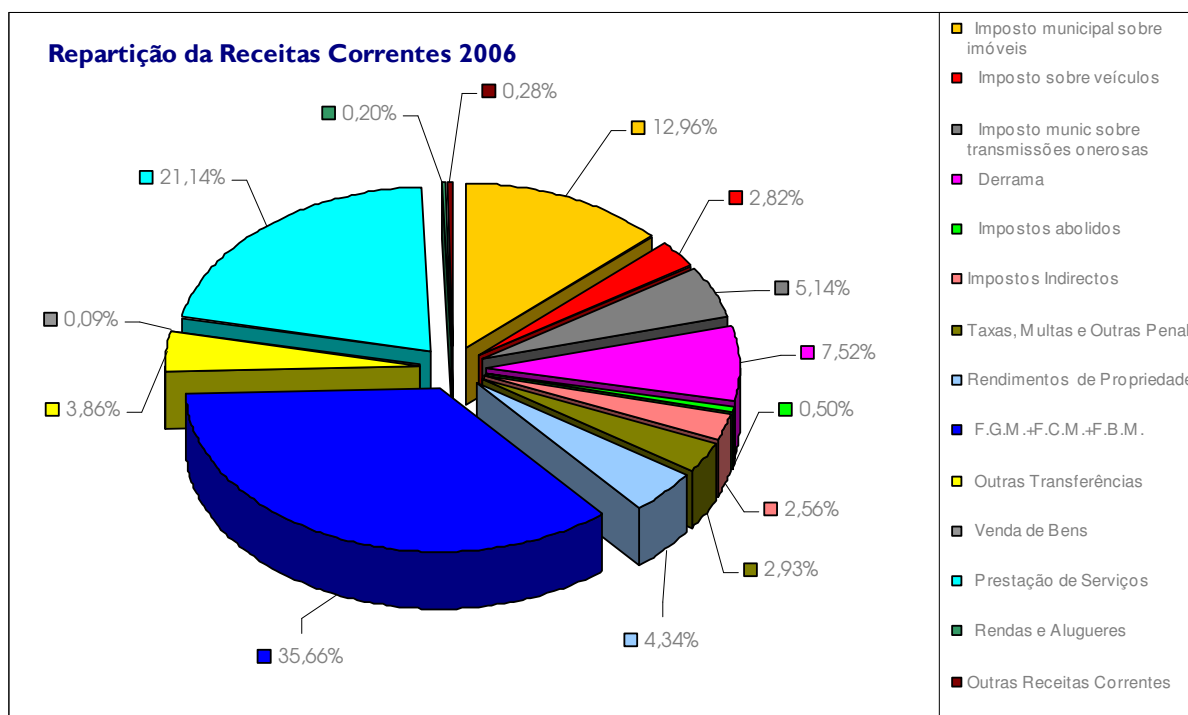
RECEITAS CORRENTES

A repartição das receitas de natureza corrente arrecadas pelo município, no ano 2006, encontra-se descrita no gráfico n.º 4.

Da análise do gráfico seguinte, destacam-se as receitas provenientes do Orçamento de Estado (Fundo Geral Municipal, Fundo de Coesão Municipal e Fundo de Base Municipal) que constituem 35,66% das Receitas Correntes. De destacar igualmente o somatório dos Impostos Directos (Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Sobre Veículos, Imposto Municipal de sobre Transmissões Onerosas (IMT) e Derrama), que representam 28,94% das Receitas Correntes.

A venda de bens e serviços correntes merece igualmente uma referência, pois conforme se pode verificar, apresenta um peso de 21,44% do total das Receitas Correntes.

Gráfico n.º 5 – Repartição das Receitas Correntes



A) IMPOSTOS DIRECTOS

Das Receitas Fiscais arrecadas pelo Município de Estarreja, €3.195.644,14 correspondem a impostos directos (84,07 % das Receitas Fiscais).

Quadro nº 12 - Desagregação dos Impostos Directos

(unidade monetária : €uros)

Designação	2006		2005		Var %
	Valor	%	Valor	%	
Imposto Municipal sobre Imóveis	1.430.989,81	44,78%	1.057.773,81	35,94%	35,28%
Imposto Municipal sobre veículos	311.410,11	9,74%	279.012,55	9,48%	11,61%
Imposto Municipal s/ Trans. Onerosas	567.176,03	17,75%	406.146,96	13,80%	39,65%
Derrama	830.778,91	26,00%	951.603,75	32,33%	-12,70%
Impostos abolidos	55.289,48	1,73%	248.951,48	8,46%	-77,79%
<i>Contribuição autárquica</i>	50.028,32	1,57%	144.404,87	4,91%	-65,36%
<i>Imp. Munc. SISA</i>	5.261,16	0,16%	104.546,61	3,55%	-94,97%
Impostos Directos Diversos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
TOTAL	3.195.644,34	100,00%	2.943.488,55	100,00%	8,57%

Analisando a desagregação dos Impostos Directos, podemos ver que o valor arrecadado aumentou, face ao ano 2005, em €252.155,79 (8,57%), tendo sofrido diferentes variações em termos do contributo de cada um dos impostos. Neste sentido, podemos constatar que relativamente aos impostos Abolidos (Contribuição Autárquica e SISA) houve um decréscimo significativo em cerca de 77,8%, face ao ano anterior. Quanto ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), Imposto Municipal sobre Veículos (IMV) o peso aumento de 35.94% para 44,78% , 13.80% para 17,75%, e 9,48% para 9,74%, respectivamente. Já os restantes Impostos Directos assistiram a uma diminuição do seu peso relativo. De destacar a tendência de decréscimo da derrama , que o ano anterior já tinha apontado para uma diminuição de cerca de

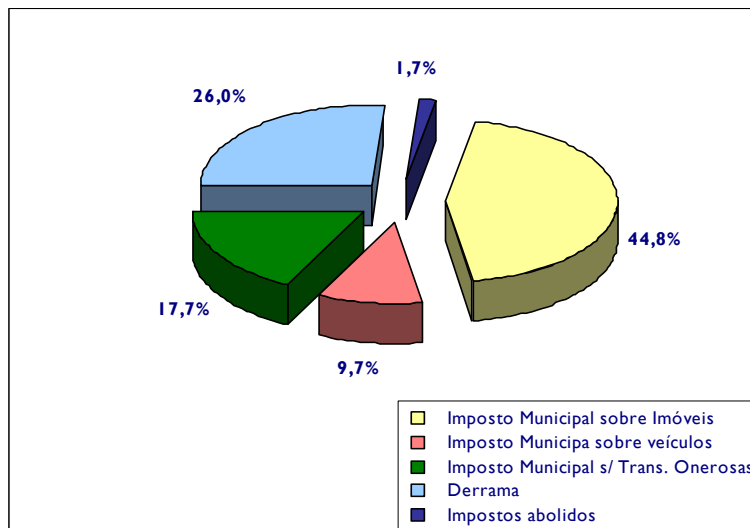
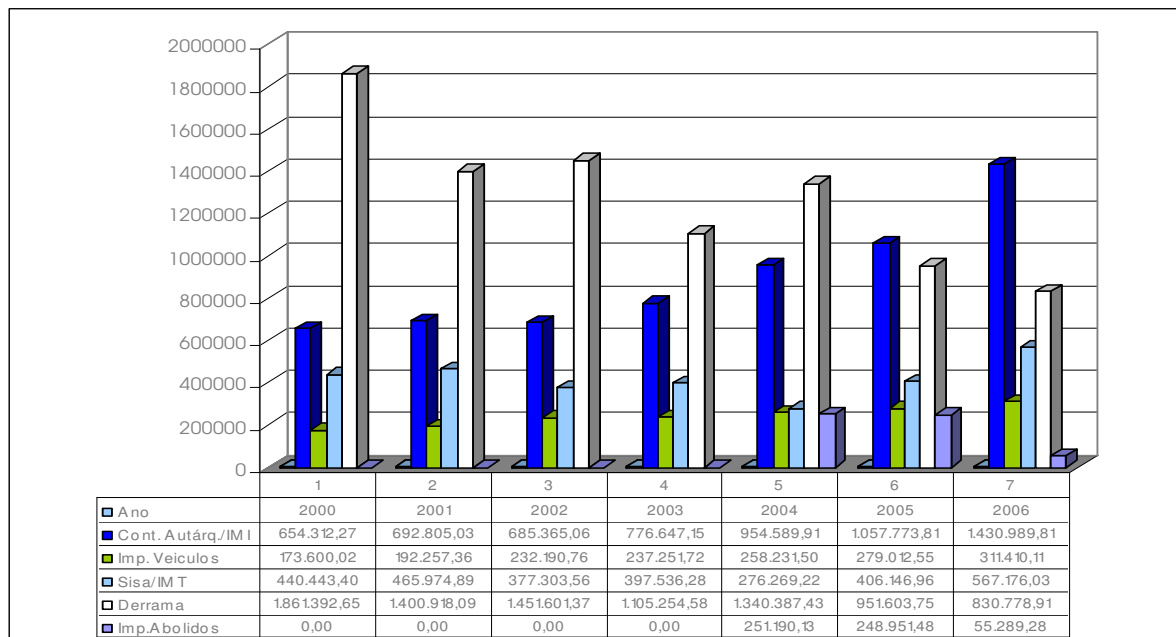
Gráfico nº6 – Distribuição dos Impostos Directos (Ano 2006)

Gráfico nº7 – Evolução dos Impostos Directos (2000-2006)



Da análise do gráfico nº7, podemos verificar que de 2000 a 2006, a derrama era o imposto com maior significado no computo geral dos imposto directos arrecadados pelo Município, sendo de realçar que a partir do ano de 2005, a derrama foi “destronada” pelo Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), mantendo-se a tendência de decréscimo desta receita fiscal.

B) IMPOSTOS INDIRECTOS

Os impostos indirectos são os que recaem exclusivamente sobre o sector produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou utilização de bens e serviços.

No ano económico de 2006, os impostos indirectos (receitas provenientes da cobrança de taxas, emolumentos, licenças e outras semelhantes pelo facto de serem pagas pelo sector produtivo) totalizaram €282.412,14 das Receitas Fiscais (7,43%). Destas taxas e serviços gerais pagos por unidades empresariais, a mais relevante foi a registada na sub-rubrica Mercados e Feiras.

Estas receitas tributárias, representam 1,62% das Receitas Totais e 2,56% das Receitas Correntes.

Quadro nº 13 - Desagregação dos Impostos Indirectos

(unidade monetária : €uros)

Designação	2006		2005		Var %
	Valor	%	Valor	%	
Impostos Indirectos Específicos das Autarquias					
Mercados e Feiras	152.163,94	53,88%	153.359,68	55,01%	-0,78%
Loteamentos e Obras	29.480,23	10,44%	23.353,54	8,38%	26,23%
Ocupação da Via Pública	26.343,86	9,33%	28.176,80	10,11%	-6,51%
Publicidade	45.018,94	15,94%	42.204,03	15,14%	6,67%
Saneamento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros	29.405,17	10,41%	31.678,94	11,36%	-7,18%
Taxas Municipal de Direito de passagem	753,77	0,27%	n.a.	n.a.	n.a.
Taxas de Depósito da Ficha Técn. Habitação	0,00	0,00%	n.a.	n.a.	n.a.
Outros	28.651,40	10,15%	31.678,94	11,36%	-9,56%
TOTAL	282.412,14	100,00%	278.772,99	100,00%	1,31%

De referir, que no ano 2006 se registou um aumento significativo (26,23%) da receita arrecadada de impostos indirectos da sub-rubrica de Loteamentos e obras, quando comparado com o ano de 2005. No entanto constatou-se a criação de duas novas taxas municipais, designadamente, a Taxa Municipal de Direito de Passagem e a Taxa de Depósito da Ficha Técnica da Habitação, sendo o montante da receita cobrada por aplicação destas taxas, pouco significativo (0,27%).

A **Taxa Municipal de Direito de Passagem**, tem incidência sobre os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal. Esta taxa foi aplicada atentando nos pressupostos inscritos na Lei n.º 5/2004 de 10 de Fevereiro, Lei das Comunicações Electrónicas. Este Diploma entrou em vigor no dia 11 de Fevereiro de 2004, embora a aplicação desta taxa municipal só apresente repercussões na receita do município em 2006.

No que respeita à **Taxa de Depósito da Ficha Técnica da Habitação**, esta corresponde ao pagamento de uma taxa, a fixar pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, antes da realização da escritura que envolva a aquisição da propriedade de prédio ou fracção destinada à habitação, estando os promotores imobiliários estão obrigados a depositar um exemplar da ficha técnica da habitação de cada prédio ou fracção no município onde correr o processo de licenciamento respectivo, conforme consta no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 68/2004 de 25 de Março.

C) TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES

Quadro n.º 14 - Desagregação das Taxas, Multas e Outras Penalidades

(unidade monetária : €uros)

Designação	2006		2005		Var %
	Valor	%	Valor	%	
Taxas Específicas das Autarquias					
Mercados e Feiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Loteamentos e Obras	144.515,06	44,71%	149.685,49	47,71%	-3,45%
Ocupação da Via Pública	3.636,11	1,12%	3.625,65	1,16%	0,29%
Caça,Uso e Porte de Armas	931,80	0,29%	1.466,08	0,47%	-36,44%
Saneamento	127.656,23	39,49%	115.833,19	36,92%	10,21%
Outros	16.742,50	5,18%	15.348,24	4,89%	9,08%
Taxas de Depósito da Ficha Técn. Habitação	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros	16.742,50	5,18%	15.348,24	4,89%	9,08%
SUBTOTAL	293.481,70	90,80%	285.958,65	91,14%	2,63%
Multas e Outras Penalidades					
Coimas e penalidades p/ contra-ordenações	16.676,59	5,16%	16.817,26	5,36%	-0,84%
Juros de Mora	4.444,54	1,38%	3.845,56	1,23%	15,58%
Multas e penalidades diversas	8.628,12	2,67%	7.125,39	2,27%	21,09%
SUBTOTAL	29.749,25	9,20%	27.788,21	8,86%	7,06%
TOTAL	323.230,95	100,00%	313.746,86	100,00%	3,02%

Taxas

A cobrança de taxas relativas a serviços prestados pela Autarquia a particulares rendeu €293.481,70, sendo os loteamentos de obras (44,71%) e o saneamento (39,49%), as principais fontes deste tipo de recursos.

A cobrança destas taxas representa 2,66% das Receitas Correntes e 1,69% das Receitas Totais.

Multas e Outras Penalidades

A efectivação de sanções pecuniárias produziu, no exercício de 2006, €29.749,25, traduzindo um acréscimo de 7,06% em relação ao valor verificado no ano anterior. Estas receitas punitivas e compensatórias representam 0,17% das Receitas Totais e 0,27% das Receitas Correntes.

D) RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE

As receitas provenientes de rendimentos de activos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos concedidos), terrenos e de activos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros), representam 0,19% das Receitas Totais e 0,12% das Receitas Correntes e as provenientes de rendas – bens de domínio público, representam 2,64,% das receitas totais e 4,16% das Receitas Correntes.

Quadro nº 15 - Desagregação dos Rendimentos de Propriedade

(unidade monetária : Euros)

Designação	2006		2005		Var %
	Valor	%	Valor	%	
Juros	18.188,75	3,79%	8.524,55	1,81%	113,37%
<i>Bancos e outras Inst.Financeiras</i>	18.188,75	3,79%	8.524,55	1,81%	113,37%
<i>Companhias de Seguros</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outros</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Dividendos e outras participações em lucros	2.354,47	0,49%	2.302,35	0,49%	2,26%
<i>Empresas municipais e intermunicipais</i>	2.354,47	0,49%	2.302,35	0,49%	2,26%
<i>Empresas privadas</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outras</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rendas	458.886,30	95,72%	458.886,28	97,69%	0,00%
<i>Edifícios</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Bens de Domínio Público</i>	458.883,70	95,71%	458.883,68	97,69%	0,00%
<i>Outras</i>	2,60	0,00%	2,60	0,00%	0,00%
TOTAL	479.429,52	100,00%	469.713,18	100,00%	2,07%

Os rendimentos de propriedade obtidos (**DOC-OD/D**), neste ano económico, dizem respeito, à remuneração de depósitos detidos por esta entidade em Instituições de Crédito, aos rendimentos resultantes da distribuição de dividendos em participações de capital detidas pela Autarquia em outras empresas e sistemas multimunicipais, nomeadamente, na empresa ERSUC,S.A. e à renda de concessão com a empresa EDP.

E) TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As Transferências Correntes compreendem os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afectação pré-estabelecida.

Os fundos consignados ao Município pelas Transferências Correntes globalizaram, em 2006, os €4.364.109,36,representando 25,09% das Receitas Totais e 39,52% das Receitas Correntes arrecadadas.

No actual enquadramento legal das Finanças Locais, expresso pela Lei nº42/ 98,de 6 de Agosto com a redacção dada pela Lei nº94/2001, de 20 de Agosto, a verba inscrita no Orçamento de Estado e transferida para os municípios subdivide-se nos seguintes fundos: Fundo Geral Municipal, Fundo de Coesão Municipal e de Fundo Base Municipal.

No seu conjunto, estas três verbas transferidas directamente do Orçamento do Estado para o município de Estarreja contribuíram com cerca de 90,24% do resultado apresentado pelas Transferências Correntes, tendo mantido o mesmo valor em relação ao transferido no ano económico de 2005.

Na subrubrica Famílias registam-se os pagamentos relativos a passes escolares e prolongamentos de horário do pré-escolar.

No cômputo geral esta rubrica económica apresenta um acréscimo relativamente à execução do ano anterior de 2,28%.

Quadro nº 16 - Desagregação das Transferências Correntes

(unidade monetária : €uros)

Designação	2006		2005		Var %
	Valor	%	Valor	%	
Sociedades e Quase Soc. Não Financeiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Públicas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Privadas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Sociedades Financeiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Comp. de Seguros e F. Pensões	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Administração Central	4.261.903,51	97,66%	4.211.802,43	98,71%	1,19%
Estado	4.261.903,51	97,66%	4.211.802,43	98,71%	1,19%
Fundo Geral Municipal	2.028.346,00	46,48%	1.822.224,00	42,71%	11,31%
Fundo de Coesão Municipal	1.261.700,00	28,91%	1.461.860,00	34,26%	-13,69%
Fundo Base Municipal	648.161,00	14,85%	654.123,00	15,33%	-0,91%
Outras	323.696,51	7,42%	273.595,43	6,41%	18,31%
Estado- Participação comunitária	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Famílias	63.770,52	1,46%	53.832,98	1,26%	18,46%
Resto do Mundo	38.435,33	0,88%	1.319,12	0,03%	2813,71%
TOTAL	4.364.109,36	100,00%	4.266.954,53	100,00%	2,28%

De forma discriminativa, no quadro nº17 identifica-se a origem das receitas de transferências correntes da Administração Central /Outras.

Quadro nº 17 - Transferências Correntes da Administração Central / Outras

(unidade monetária : €uros)

Designação	Valor
Acordo de Colaboração - Expansão da Rede Nacional de Educação Pré-Escolar	
Lei nº5/97 de 10 de Fevereiro e nº4 do artigo 32º do DL 147/97 de 11/06	51.316,66
Centro de Emprego de Aveiro -Inst de Emprego e Formação Profissional	
Programa Ocupacional para Trabalhadores Desempregados	20.710,11
Estágios Profissionais	10.673,48
Programa Vida-Emprego	2.377,33
Compensação pelos Encargos com Transportes Escolares	
Decreto-Lei nº 299/84 de 09/05 e Decreto-Lei nº 35/90 de 25/01	51.066,00
Direcção Regional dos Serviços Florestais	
Subsidio para Gabinete Florestal	18.000,00
Direcção Regional de Educação do Centro	
Comparticipação - Auxiliares de Acção Educativa	51.401,64
Contrato-Programa - Fornecimento de Refeições Escolares Al.1ºCiclo	8.848,00
Programa de Reordenamento da rede escolar do 1º Ciclo	1.000,00
Comparticipação nas Actividades de Enriquecimento Curricular	81.430,00
Instituto de Desenvolvimento Social	
Protocolo de Colaboração para a Comissão de Protecção de Crianças Menores	26.856,24
Participação nas taxas relativas à instalação, alteração e exploração dos estabelecimentos industriais	
Portaria n.º 470/2003 de 11 de Junho	17,05
TOTAL	323.696,51

Especificamente, as transferências correntes encontram-se descritas no Documento de Prestação de Contas **DOC -21/TC** - “Transferências Correntes – Receita” (Anexo às Demonstrações Financeiras).

F) VENDA DE BENS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS CORRENTES

A venda de bens e prestação de serviços correntes rendeu à autarquia €2.367.365,21, mais €560.671,64 que a receita arrecadada no ano anterior, ou seja, verificou-se um acréscimo de cerca de 31,03% deste tipo de receitas .

Quadro nº 18 - Desagregação da Venda de bens e Prestações de Serviços (unidade monetária : €uros)

Designação	2006		2005		Var %
	Valor	%	Valor	%	
Venda de Bens	9.802,01	0,41%	18.980,94	1,05%	-48,36%
Publicações e Impressos	6.786,41	0,29%	16.673,21	0,92%	-59,30%
Bens Inutilizados	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Desperdícios, Resíduos e Refugos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Produtos Acabados e Intermédios	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros	3.015,60	0,13%	2.307,73	0,13%	30,67%
Prestação de Serviços	2.334.948,13	98,63%	1.768.138,89	97,87%	32,06%
Aluguer de Espaços e Equipamentos	110,50	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Serviços Sociais, Recreativos, Culturais e Desp.	170.514,33	7,20%	125.898,73	6,97%	35,44%
<i>Serviços Recreativos</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Serviços Culturais</i>	38.715,12	1,64%	12.397,00	0,69%	212,29%
<i>Serviços Desportivos</i>	131.799,21	5,57%	113.501,73	6,28%	16,12%
Serviços Específicos das Autarquias	2.164.323,30	91,42%	1.642.240,16	90,90%	31,79%
<i>Saneamento</i>	881.766,82	37,25%	390.274,81	21,60%	125,93%
<i>Resíduos Sólidos</i>	66.853,14	2,82%	63.957,65	3,54%	4,53%
<i>Trabalho por conta de particulares</i>	197.862,13	8,36%	134.267,98	7,43%	47,36%
<i>Mercados e Feiras</i>	2.676,81	0,11%	576,18	0,03%	364,58%
<i>Distribuição de Água</i>	980.087,18	41,40%	1.011.277,33	55,97%	-3,08%
<i>Parques de Estacionamento</i>	2.153,53	0,09%	3.171,06	0,18%	-32,09%
<i>Outros</i>	32.923,69	1,39%	38.715,15	2,14%	-14,96%
Rendas e Alugueres	22.615,07	0,96%	19.573,74	1,08%	15,54%
Edifícios	22.615,07	0,96%	19.573,74	1,08%	15,54%
TOTAL	2.367.365,21	100,00%	1.806.693,57	100,00%	31,03%

Venda de Bens

O produto da venda de bens, permitiu a obtenção de receitas no valor de €9.802,01, sendo a venda de Cadernos de Encargos a principal fonte deste tipo de rendimentos.

A venda de bens representa 0,09% das Receitas Correntes e 0,06% das Receitas Totais.

Prestação de Serviços

A Autarquia presta um conjunto de serviços à comunidade, aos quais se encontra associado um preço, calculado com base nos custos de fornecimento dos diversos serviços.

A venda desse conjunto de serviços atingiu, em 2006, os €2.334.948,13, representando 21,14% das Receitas Correntes e 13,42% das Receitas Totais .

Em relação ao verificado no ano económico anterior, constata-se um acréscimo de 32,06% das receitas obtidas pela prestação de serviços, o que traduz, em termos absolutos, um acréscimo de €566.809,24.

Este aumento de receitas cobradas deve-se, fundamentalmente, às seguintes situações:

- ✎ Consolidação da aplicação da tarifação do serviço de saneamento, nomeadamente, junto do sector industrial;
- ✎ Reformulação da aplicação de preços de prestação de serviços por parte da autarquia, nomeadamente, construção de ramais domiciliários de água e de saneamento, de que foi exemplo a campanha promocional de 50% de desconto na ligação de água e saneamento.

As principais fontes de rendimento desta rubrica são a distribuição de água e o serviço de saneamento, que representam 41,40% e 37,25%, respectivamente, das receitas arrecadadas na prestação de serviços. Também é relevante o valor arrecadado pela realização de trabalhos requisitados ou da responsabilidade de pessoas singulares ou colectivas, nomeadamente a reconstrução de passeios, demolições e outra obras e serviços, renderam à autarquia €197.862,13 (8,47% do total da Prestação de Serviços).

As receitas resultantes da utilização das piscinas municipais (Piscina M^a de Lurdes Breu - Estarreja e da Piscina Coberta de Avanca), das actividades desenvolvidas no âmbito da Escola Municipal do Desporto, das actividades desenvolvidas no Cine-Teatro de Estarreja e das visitas da Casa Museu Egas Moniz, totalizaram €170.514,33, constituindo cerca de 7,2% das receitas arrecadadas com a Prestação de Serviços.

Na rubrica residual de venda de serviços, encontra-se englobada a receita da venda de refeições na cantina municipal, entre outros.

Rendas e Alugueres

Os rendimentos provenientes do arrendamento de casa ou outros edifícios para fins habitacionais totalizaram €22.615,07 (Urbanização da Teixugueira e da Póvoa de Baixo).

G) OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Quadro n.º 19 - Desagregação das Outras Receitas Correntes

(unidade monetária : €uros)

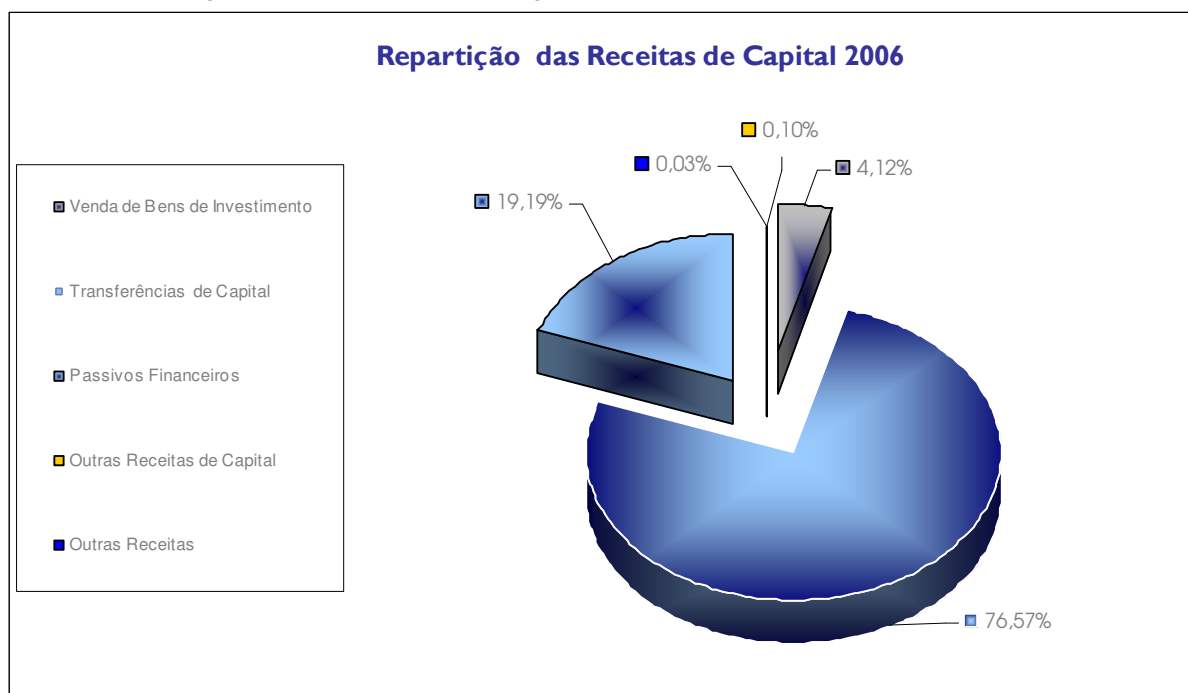
Designação	2006		2005		Var %
	Valor	%	Valor	%	
Indemnizações - deteiorização, roubo e extravio	1.999,44	6,39%	1.293,78	4,03%	54,54%
Indemnizações - estragos provocados por outrém	5.150,81	16,46%	2.951,75	9,20%	74,50%
IVA-Reembolsado	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Diversas	24.149,46	77,16%	27.825,93	86,76%	-13,21%
TOTAL	31.299,71	100,00%	32.071,46	100,00%	-2,41%

O montante proveniente deste tipo de receitas atingiu, em 2006, os €31.299,71, representando 0,28% das Receitas Correntes e 0,18% das Receitas Totais.

RECEITAS DE CAPITAL

A repartição das receitas de natureza capital arrecadas pelo município, no ano 2006, encontra-se descrita no gráfico apresentado de seguida:

Gráfico n.º 8 – Repartição das Receitas de Capital



A) VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO

Quadro n.º 20 - Desagregação da Venda de Bens de Investimento

(unidade monetária : €uros)

Designação	2006		2005		Var %
	Valor	%	Valor	%	
Terrenos e recursos naturais	185.490,00	70,91%	307.269,00	98,78%	-39,63%
Habitacões	73.731,48	28,19%	3.733,74	1,20%	1874,74%
Edifícios	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Equipamento de transporte	350,00	0,13%	50,00	0,02%	600,00%
Maquinaria e Equipamento	1.962,00	0,75%	0,00	0,00%	n.a
Outros	46,20	0,02%	0,00	0,00%	n.a
TOTAL	261.579,68	100,00%	311.052,74	100,00%	-15,91%

No exercício económico em análise, a venda de bens de investimento, rendeu €261.579,68, valor que se deve á celebração de contratos de promessa de compra e venda de lote de terrenos do Eco-Parque Empresarial de Estarreja, tendo os adquirentes procedido ao pagamento do valor correspondente a 30% do custo total do lote (artigo 12.º do Regulamento de venda de Lotes de terreno do Eco-Parque Empresarial de Estarreja), à venda (em prestações) da habitação do lote 55 inserido no Plano Habitacional da Póvoa de Baixo, à venda de apartamento na Avenida 25 de Abril (€70.500,00) e ao pagamento de rendas de habitações de contrato resolúvel da Urbanização do Gonde.

B) TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

As Transferências de Capital, em conjunto com as Transferências Correntes, representam um importante apoio financeiro da Autarquia Local.

As Transferências de Capital compreendem os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.

Quadro nº 21 - Desagregação das Transferências de Capital

(unidade monetária : €uros)

Designação	2006		2005		Var %
	Valor	%	Valor	%	
Sociedades Quase Soc Não Financ	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Privadas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Administração Central	3.767.488,71	77,46%	3.153.796,28	74,57%	19,46%
Estado	3.767.488,71	77,46%	3.153.796,28	74,57%	19,46%
<i>Fundo Geral Municipal</i>	1.352.231,00	27,80%	1.214.816,00	28,72%	11,31%
<i>Fundo de Coesão Municipal</i>	841.133,00	17,29%	974.573,00	23,04%	-13,69%
<i>Fundo Base Municipal</i>	432.107,00	8,88%	436.082,00	10,31%	-0,91%
<i>Cooperação Técnica e Financeira</i>	1.142.017,71	23,48%	528.325,28	12,49%	116,16%
Administração Local	109.475,86	2,25%	0,00	0,00%	n.a
Continente	109.475,86	2,25%	0,00	0,00%	n.a
Resto do Mundo	986.849,67	20,29%	1.075.641,84	25,43%	-8,25%
União Europeia - Instituições	986.849,67	20,29%	1.075.641,84	25,43%	-8,25%
TOTAL	4.863.814,24	100,00%	4.229.438,12	100,00%	15,00%

No ano de 2006, entraram nos cofres do município €4.863.814,24 de fundos relativos a verbas transferidas de orçamentos de outras entidades (Administração Central, Administração Local, Comunidade Europeia, empresas e outras), sendo 53,98% desses fundos, originários da verba inscrita no Orçamento de Estado destinada, propriamente, ao município de Estarreja ao abrigo do Fundo Geral Municipal, Fundo de Coesão Municipal e Fundo Base Municipal.

De referir, que, comparativamente com o arrecadado no ano anterior, o valor global destes 3 tipos de receitas não sofreu variação, devido à imposição do Orçamento do Estado para 2006, que no seu artigo 21º, refere "Em 2006, a participação das autarquias locais nos impostos do Estado mantém o mesmo nível do ano 2005".

As receitas resultantes de transferências da Administração Local, constituíram cerca de 2,25% das receitas arrecadadas com as Transferências de Capital. Este montante deve-se fundamentalmente, a transferências de capital de outros municípios, relativos a projectos de investimento intermunicipal.

Importa ainda salientar, que se assistiu a uma diminuição de cerca de 8,25% nas transferências de capital provenientes do resto do mundo, devido fundamentalmente ao decréscimo na obtenção de comparticipações financeiras de origem comunitária.

Em termos de apoio financeiros recebidos no âmbito da **Cooperação Técnica e Financeira**, no quadro n° 22 procede-se á descriminação da origem dos valores recebidos em 2006 :

Quadro n° 22 – Cooperação Técnica e Financeira

(unidade monetária : €uros)

Designação	Valor
Contrato Programa n° 1681/2004 - INAG	
Comparticipação no Projecto "Saneamento de Avanca e pardilhó"	869.022,46
Contrato Programa n° 2441/2001 - IPBL	
Comparticipação na Constr. da Biblioteca Municipal de Estarreja	5.243,00
Arruamentos do Concelho - EP-Estradas de Portugal	
Comparticipação no Projecto "Arruamentos do Concelho"	260.500,69
Espaço Internet de Estarreja	
Comparticipação no Projecto "Espaço Internet de Estarreja"	7.251,56
TOTAL	1.142.017,71

A nível de apoio financeiros de natureza comunitária, no quadro n°23 procede-se á descriminação da origem dos valores recebidos em 2006 :

Quadro nº 23 – União Europeia / Instituições

(unidade monetária : €uros)

Designação do Programa de Apoio	Valor
Programa Operacional da Região Centro	
EIXO I	
Medida I.1	
CM 1424- Estrda do Molarinho- Freguesia de Veiros	72.231,24
Beneficiação e Restauro da Escola Srª do Monte - Freguesia de Salreu	14.571,64
Medida I.2	
Saneamento na Freguesia de Avanca - Núcleo Central	81.060,64
Saneamento na Freguesia de Canelas	59.559,09
Saneamento na Freguesia de Veiros	90.305,08
Parque Municipal do Antuã	72.610,36
Medida I.7	
Remodelação do Cine-Teatro de Estarreja	42.747,28
EIXO III	
Medida 3.1	
Jardim de Infância de Pardilhó	102.180,07
Medida 3.12	
EN109 - Variante ao Hospital de Estarreja	24.995,52
Medida 3.13	
BioRia	44.020,63
Medida 2.5	
Pública nas Freguesias de Avanca e Pardilhó	118.008,62
Programa Operacional da Economia	
EIXO I	
Medida I.1	
URBCOM-Revitalização Comercial do Núcleo Central de Estarreja	36.453,72
Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento	
EIXO I	
Medida I.1	
Espaço Internet de Estarreja- componente FEDER	10.400,51
Medida I.1 - Aveiro Digital	
MEMDigital	72.056,91
SIGRia	49.228,06
AEI - Modernização Administrativa	51.151,58
Ambi-Ria	645,33
Secur-Ria	647,44
Espaço Internet Aveiro Digital	2.000,00
Programa Operacional da Educação - PRODEP III	
EIXO III	
Medida 9.1 - Apretechamento Informático de Escolas e Ligação à Internet	
Escolas EBI de Est@rreja na Web	33.963,19
Medida 9.1 - Conteúdos Multimédia Educativos	
Escolas EBI de Est@rreja aprendem com conteúdos Multimédia	8.012,76
TOTAL	986.849,67

Especificamente, as transferências de capital encontram-se descritas no Documento de Prestação de Contas **DOC -22/TC – “ Transferências de Capital – Receita”** (Anexo às Demonstrações Financeiras).

C) PASSIVOS FINANCEIROS

Segundo a alínea h) do artigo 16º da Lei nº42/98, de 6 de Agosto, um dos meios de financiamento ao dispor das autarquias locais é constituído pelo “ produto de empréstimos,...” , sendo , por lei , permitido aos municípios “...contrair empréstimos e utilizar aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito...” (artigo 23º da Lei das Finanças Locais) podendo os empréstimos contraídos pelos Municípios ser de curto prazo ou de médio e longo prazo.

O Município de Estarreja, durante o ano 2006, recorreu a utilização de verbas inerentes a financiamentos bancários de médio e longo prazo que se encontram, ainda em regime de conta-corrente (período de deferimento/utilização).

Quadro nº 24 – Passivos Financeiros

(unidade monetária : Euros)

Finalidade	Contratação		Valor Utilizado	
	Data	Valor	Anos anteriores	Ano 2006
Medida I.7 PORCentro – “ Revitalização Comercial de Estarreja . URBCOM”	20-08-03	207.521,37	170.440,87	13.395,41
Diversos Investimentos inscritos no PPI/2005	22-06-05	770.422,00	450.000,00	320.422,00
Parque Industrial PPI/2006	24-05-06	974.911,00	0,00	885.000,00
TOTAL		1.952.854,37	620.440,87	1.218.817,41

Pelo descrito, no ano de 2006 a Autarquia Local recorreu a financiamento alheio (crédito bancário), o qual representa 7,01% dos recursos totais arrecadados, de forma a suportar as despesas realizadas.

3.4. DESPESA

3.4.1. Execução Orçamental da Despesa

A análise do quadro nº21 permite-nos avaliar a despesa sob a perspectiva económica, identificando-se, por uma lado, o destino privilegiado das despesas – correntes e capital - e, por outro, a sua natureza - despesas com pessoal , aquisição de bens e serviços, transferências , encargos financeiros , investimento, , etc.

Podemos constatar que , a dotação da despesa sofreu alterações significativas com as modificações orçamentais realizadas durante o ano, beneficiando as despesas correntes em detrimento das despesas de capital .

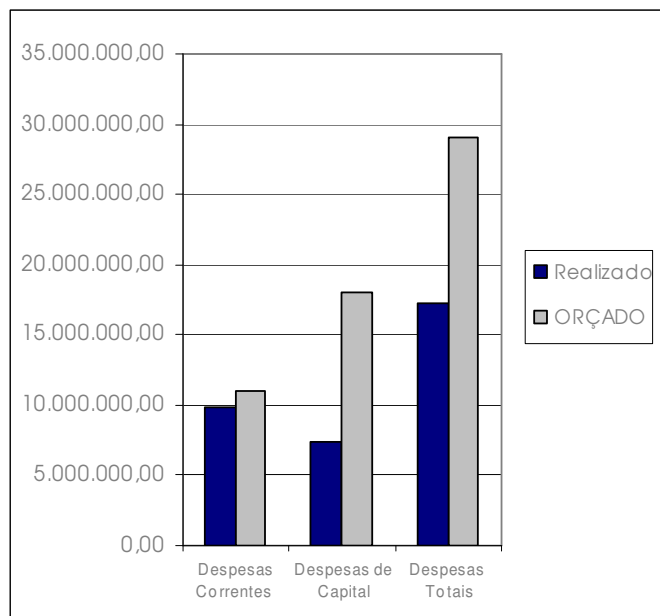
Quadro nº 25 – Execução da Despesa

(unidade monetária : €uros)

Capítulos	Dotação		Execução (c)	Desvio (c)-(b)	% Exec. (c)/(a)	% Exec. (c)/(b)
	Inicial (a)	Final (b)				
Despesas Correntes	11.036.615,87	11.232.503,63	9.899.520,89	-1.332.982,74	88,13%	89,70%
Pessoal	4.565.620,00	4.638.620,00	4.537.767,59	-100.852,41	97,83%	99,39%
Aquisição de Bens e Serviços	5.222.041,87	5.222.184,62	4.085.726,61	-1.136.458,01	78,24%	78,24%
Aquisição de Bens	574.600,00	755.798,39	503.039,18	-252.759,21	66,56%	87,55%
Aquisição de Serviços	4.647.441,87	4.466.386,23	3.582.687,43	-883.698,80	80,21%	77,09%
Juros e Outros Encargos Financeiros	325.000,00	412.000,00	385.849,04	-26.150,96	93,65%	118,72%
Juros da Dívida Pública	288.500,00	348.500,00	336.621,65	-11.878,35	96,59%	116,68%
Juros de Locação Financeira	28.500,00	23.500,00	18.521,20	-4.978,80	78,81%	64,99%
Juros Tributários	1.000,00	1.000,00	0,00	-1.000,00	0,00%	0,00%
Outros juros	6.000,00	37.000,00	30.706,19	-6.293,81	82,99%	511,77%
Outros encargos financeiros	1.000,00	2.000,00	0,00	-2.000,00	0,00%	0,00%
Transferências Correntes	834.100,00	872.445,01	827.247,53	-45.197,48	94,82%	99,18%
Administrações públicas	410.600,00	380.850,00	348.258,55	-32.591,45	91,44%	84,82%
Segurança Social	12.000,00	4.000,00	3.537,63	-462,37	88,44%	29,48%
Administrações privadas	316.500,00	428.690,00	426.939,82	-1.750,18	99,59%	134,89%
Famílias	95.000,00	58.905,01	48.511,53	-10.393,48	82,36%	51,06%
Outras Despesas Correntes	89.854,00	87.254,00	62.930,12	-24.323,88	72,12%	70,04%
Despesas de Capital	18.015.921,13	17.820.033,37	7.392.351,55	-10.427.681,82	41,48%	41,03%
Investimentos	16.692.212,13	16.471.074,05	6.251.643,84	-10.219.430,21	37,96%	37,45%
Terrenos	479.500,00	502.976,00	369.571,58	-133.404,42	73,48%	77,07%
Habitações	222.000,00	208.000,00	112.113,32	-95.886,68	53,90%	50,50%
Edifícios	1.321.681,14	1.188.570,92	628.433,23	-560.137,69	52,87%	47,55%
Construções Diversas	13.078.240,99	13.017.515,99	4.454.877,61	-8.562.638,38	34,22%	34,06%
Equipamento de Transporte	15.000,00	15.000,00	11.777,75	-3.222,25	78,52%	78,52%
Equipamento Informático	202.150,00	202.450,00	112.138,67	-90.311,33	55,39%	55,47%
Software Informático	276.500,00	259.800,00	149.065,46	-110.734,54	57,38%	53,91%
Equipamento Administrativo	198.000,00	178.000,00	129.194,40	-48.805,60	72,58%	65,25%
Equipamento Básico	440.000,00	532.300,00	124.788,48	-407.511,52	23,44%	28,36%
Ferramentas e Utensílios	8.000,00	8.000,00	1.046,73	-6.953,27	13,08%	13,08%
Outros Investimentos	178.230,00	142.230,00	15.149,53	-127.080,47	10,65%	8,50%
Locação Financeira	257.910,00	208.731,14	143.487,08	-65.244,06	68,74%	55,63%
Bens de Domínio Público	15.000,00	7.500,00	0,00	-7.500,00	0,00%	0,00%
Transferências de Capital	638.709,00	663.959,32	483.723,28	-180.236,04	72,85%	75,73%
Administrações públicas	293.709,00	258.959,32	111.461,28	-147.498,04	43,04%	37,95%
Administrações privadas	285.000,00	315.000,00	312.492,92	-2.507,08	99,20%	109,65%
Famílias	60.000,00	90.000,00	59.769,08	-30.230,92	66,41%	99,62%
Activos Financeiros	1.000,00	1.000,00	0,00	-1.000,00	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	678.000,00	678.000,00	656.860,10	-21.139,90	96,88%	96,88%
Amort. Emp. Contraídos a M/L Prazo	678.000,00	678.000,00	656.860,10	-21.139,90	96,88%	96,88%
Outras Despesas de Capital	6.000,00	6.000,00	124,33	-5.875,67	2,07%	2,07%
DESPESAS TOTAIS	29.052.537,00	29.052.537,00	17.291.872,44	-11.760.664,56	59,52%	59,52%

Com base no quadro acima , comparando o valor orçado das Despesas Totais (€29.052.537,00), com o efectivamente realizado (€17.291.872,44) no ano económico em análise , obtém-se uma taxa de execução a nível das despesas de 59,52 %, ou seja, o valor efectivo da despesa realizada foi inferior ao inicialmente previsto em €11.760.664,56..

Gráfico n.º9



Ao nível da realização das despesas, em 2006, a taxa de execução é inferior á das receitas em 3,14p.p. O montante pago em 2006 (17.291.872,44) foi superior ao de 2005 (€17.240.240,08), assim como a taxa de execução de 2006 de 59,52% comparada com a de 2005, teve um aumento de 5,52%.

Da análise dos dois agregados da despesa, verifica-se que a execução ao nível das despesas correntes foi cerca de 88,13% em contraposição com os 41,48% das despesas de capital. O menor desempenho das despesas de capital ficou-se a dever o investimento directo, cuja execução se limitou a 37,96%.

Do lado das despesas correntes, há a salientar o nível da execução das transferências, o que demonstra o apoio da autarquia a diversas entidades e instituições, nomeadamente sem fins lucrativos.

3.4.2. Estrutura e Evolução da Despesa

As despesas realizadas pela Autarquia, no ano de 2006, cifram-se em €17.291.872,44 verificando-se um acréscimo de cerca de 0,30% em relação aos gastos efectuados no exercício económico de 2005. Nesta linha, constata-se que as Despesas Correntes aumentaram cerca de 19,07% e as Despesas de Capital diminuíram 17,18%, em relação aos valores registados no exercício económico de 2005.

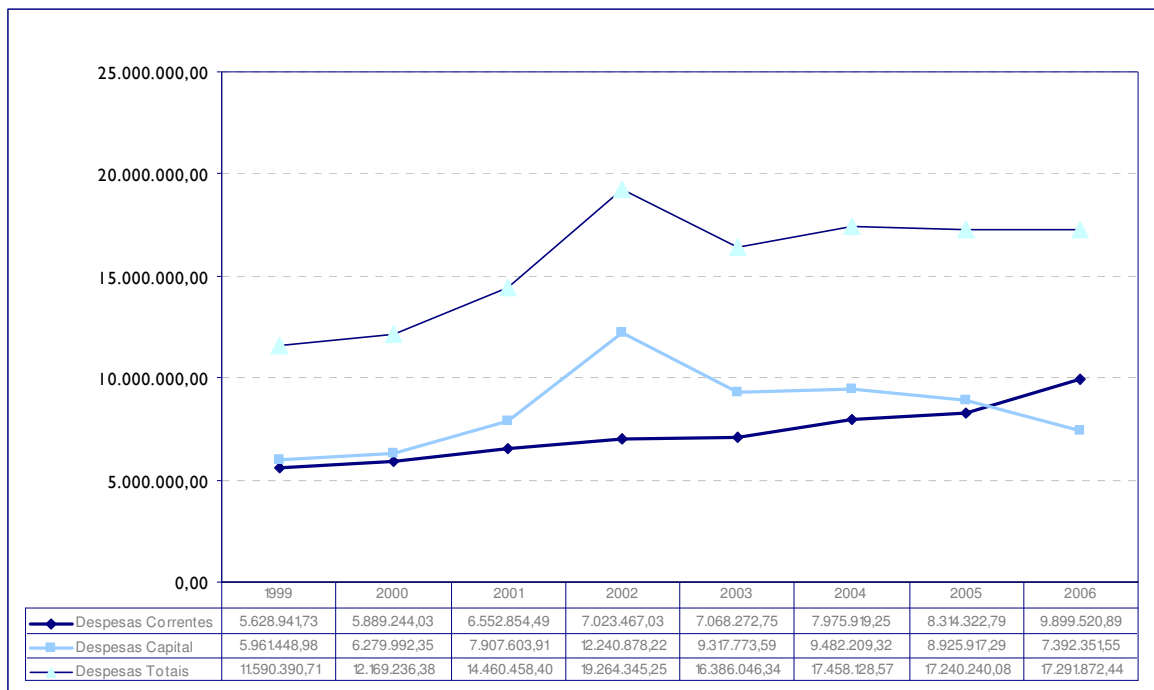
Quadro n.º 26

(unidade monetária : Euros)

Despesas	2006	%	2005	%
Despesas Correntes	9.899.520,89	57,25%	8.314.322,79	48,23%
Despesas de Capital	7.392.351,55	42,75%	8.925.917,29	51,77%
Despesas Totais	17.291.872,44	100,00%	17.240.240,08	100,00%

Pela análise do quadro n.º 26, conclui-se que as Despesas Correntes correspondem a 57,25% das Despesas Totais e as de Capital a 42,77%.

Gráfico nº10 – Evolução das Despesas



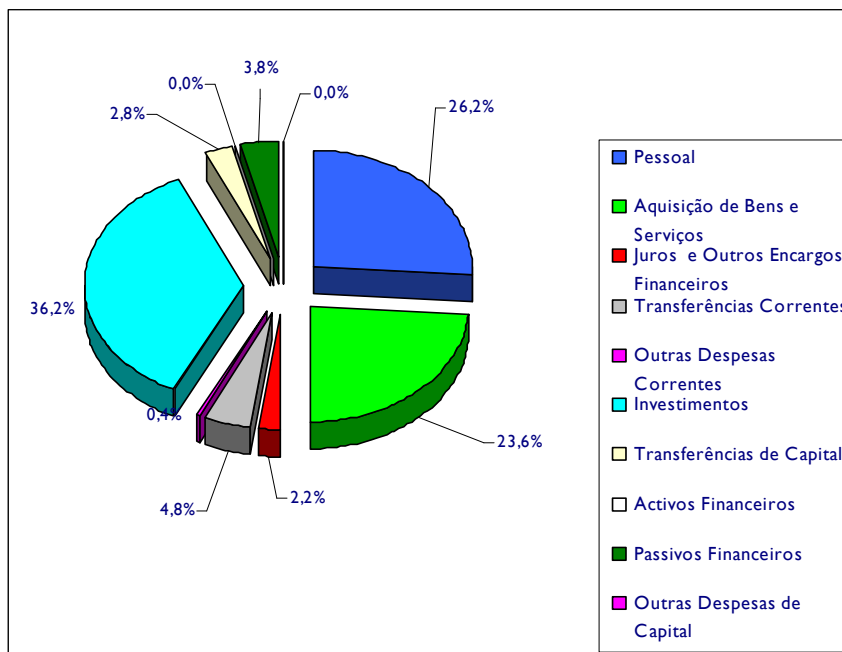
Para uma melhor percepção da repartição das despesas totais realizadas e pagas, durante o ano 2006, procede-se à apresentação dos seguintes quadros e gráfico (quadros nº23 , nº24 e o gráfico nº8):

Quadro nº 27

(unidade monetária : Euros)

Despesas Correntes			Despesas de Capital		
Designação	Valor	%	Designação	Valor	%
Despesas com Pessoal	4.537.767,59	45,84%	Investimentos	6.251.643,84	84,57%
Aquisição de Bens e Serviços	4.085.726,61	41,27%	Terrenos	369.571,58	5,00%
Aquisição de Bens	503.039,18	5,08%	Habitações	112.113,32	1,52%
Aquisição de Serviços	3.582.687,43	36,19%	Edifícios	628.433,23	8,50%
Juros e Outros Encargos	385.849,04	3,90%	Construções Diversas	4.454.877,61	60,26%
Juros da Dívida Pública	336.621,65	3,40%	Equipamento de Transporte	11.777,75	0,16%
Juros de Locação Financeira	18.521,20	0,19%	Equipamento Informático	112.138,67	1,52%
Juros Tributários	0,00	0,00%	Software Informático	149.065,46	2,02%
Outros juros	30.706,19	0,31%	Equipamento Administrativo	129.194,40	1,75%
Outros encargos financeiros	0,00	0,00%	Equipamento Básico	124.788,48	1,69%
Transferências Correntes	827.247,53	8,36%	Ferramentas e Utensílios	1.046,73	0,02%
Administrações públicas	348.258,55	3,52%	Outros Investimentos	15.149,53	0,20%
Segurança Social	3.537,63	0,04%	Locação Financeira - Mat.Transp	21.288,15	0,29%
Administrações privadas	426.939,82	4,31%	Locação Financeira - Outros Eq.	122.198,93	1,65%
Famílias	48.511,53	0,49%	Transferências de Capital	483.723,28	6,54%
Outras Despesas Correntes	62.930,12	0,64%	Administrações públicas	111.461,28	1,51%
			Administrações privadas	312.492,92	4,23%
			Famílias	59.769,08	0,81%
			Activos Financeiros	0,00	0,00%
			Passivos Financeiros	656.860,10	8,89%
			Amort. Emp. Contraídos a M/L Prazo	656.860,10	8,89%
			Outras Despesas de Capital	124,33	0,00%
Totais de Despesas Correntes	9.899.520,89	100,00%	Totais de Despesas de Capital	7.392.351,55	100,00%

Gráfico nº 11 – Desagregação das Despesas (Ano 2006)



Pela análise da estrutura da despesa paga no ano económico em questão temos que, em termos de execução as despesas correntes tiveram um peso maior que as despesas de capital.

Apesar de tudo, à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos, o contributo mais elevado para a totalidade das despesas pagas é o da Aquisição de Bens de Capital, seguindo-se as Despesas com Pessoal e a Aquisição de Bens e Serviços Correntes.

As transferências correntes e de capital, que têm a ver com participações do Município em investimentos intermunicipais, com transferências para freguesias e para diversas colectividades culturais, desportivas, recreativas e de solidariedade do concelho, continuam a deter um peso significativo na execução orçamental desta autarquia, representando, no ano económico de 2006, 7,58% das Despesas Totais.

Os encargos com a amortização de capital de empréstimos de longo prazo contraídos pela autarquia corresponderam a 8,89% das Despesas de Capital e 3,8 % das Despesas Totais.

Quadro n.º 28

(unidade monetária : €uros)

Despesas Correntes		
Designação	Valor	%
Pessoal	4.537.767,59	26,24%
Aquisição de Bens e Serviços	4.085.726,61	23,63%
Aquisição de Bens	503.039,18	2,91%
Aquisição de Serviços	3.582.687,43	20,72%
Juros e Outros Encargos Financeiros	385.849,04	2,23%
Juros da Dívida Pública	336.621,65	1,95%
Juros de Locação Financeira	18.521,20	0,11%
Juros Tributários	0,00	0,00%
Outros juros	30.706,19	0,18%
Outros encargos financeiros	0,00	0,00%
Transferências Correntes	827.247,53	4,78%
Administrações públicas	348.258,55	2,01%
Segurança Social	3.537,63	0,02%
Administrações privadas	426.939,82	2,47%
Famílias	48.511,53	0,28%
Outras Despesas Correntes	62.930,12	0,36%
Totais de Despesas Correntes	9.899.520,89	57,25%
Despesas de Capital		
Designação	Valor	%
Investimentos	6.251.643,84	36,15%
Terrenos	369.571,58	2,14%
Habitações	112.113,32	0,65%
Edifícios	628.433,23	3,63%
Construções Diversas	4.454.877,61	25,76%
Equipamento de Transporte	11.777,75	0,07%
Equipamento Informático	112.138,67	0,65%
Software Informático	149.065,46	0,86%
Equipamento Administrativo	129.194,40	0,75%
Equipamento Básico	124.788,48	0,72%
Ferramentas e Utensílios	1.046,73	0,01%
Outros Investimentos	15.149,53	0,09%
Locação Financeira	143.487,08	0,83%
Transferências de Capital	483.723,28	2,80%
Administrações públicas	111.461,28	0,64%
Administrações privadas	312.492,92	1,81%
Famílias	59.769,08	0,35%
Activos Financeiros	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	656.860,10	3,80%
Amort. Emp. Contraídos a M/L Prazo	656.860,10	3,80%
Outras Despesas de Capital	124,33	0,00%
Totais de Despesas de Capital	7.392.351,55	42,75%
DESPESAS TOTAIS	17.291.872,44	100,00%

**Quadro n.º 29 – Despesa de estrutura da Autarquia**

Componente	Valor
Pessoal	4.537.767,59
Transferências Correntes	827.247,53
Serviço de Dívida	
Juros e Outros Encargos Financeiros	385.849,04
Passivos Financeiros	656.860,10
Total	6.407.724,26

Quadro n.º 30 – Despesa de funcionamento da Autarquia

Componente	Valor
Aquisição de Bens e Serviços	4.085.726,61
Outras Despesas Correntes	62.930,12
Total	4.148.656,73

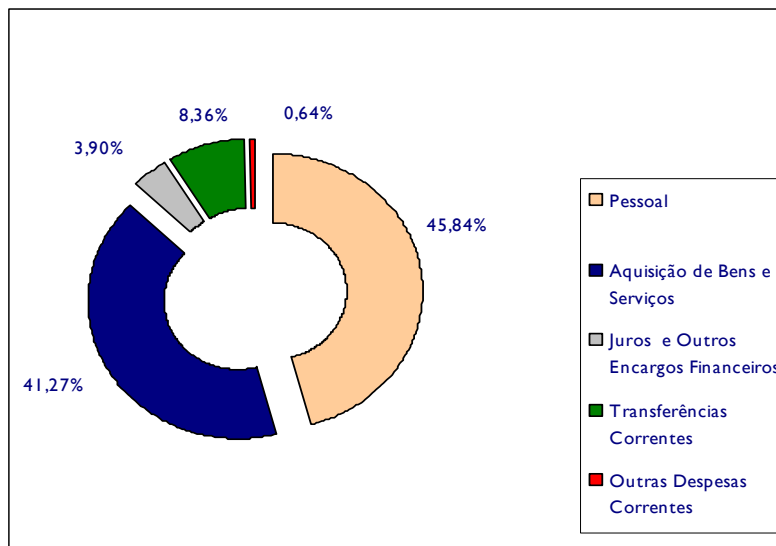
Quadro n.º 31 – Despesa básica da Autarquia

Componente	Valor
Pessoal	4.537.767,59
Transferências Correntes	827.247,53
Transferências de Capital	483.723,28
Serviço de Dívida	
Juros e Outros Encargos Financeiros	385.849,04
Passivos Financeiros	656.860,10
Total	6.891.447,54

DESPESAS CORRENTES

A repartição das despesas de natureza corrente efectuadas pelo município, no ano 2006, encontra-se descrita no gráfico apresentado de seguida :

Gráfico n° 12 - Repartição das Despesas Correntes

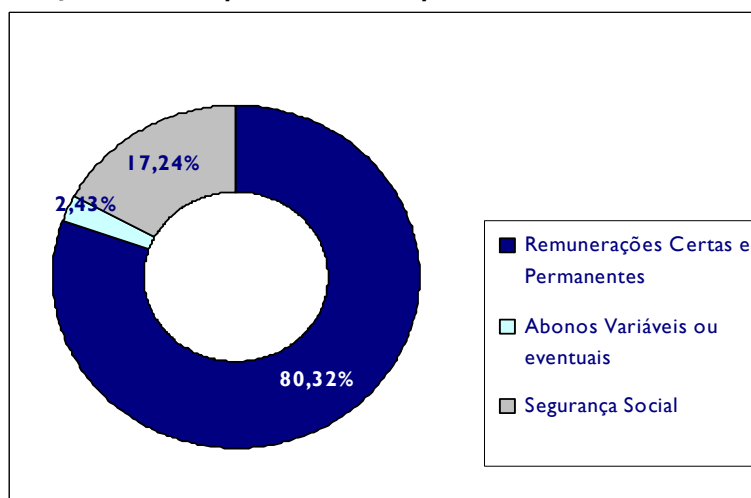


A) DESPESAS COM PESSOAL

Os encargos com o Pessoal constituíram as despesas, de natureza corrente, com maior peso representativo, correspondendo a 45,84% das Despesas Correntes e 26,24% das Despesas Totais.

Durante o ano de 2006 os encargos suportados com o Pessoal ascenderam a €4.537.767,59, dos quais €3.644.959,28 (80,32%) correspondem a remunerações certas e permanentes (vencimento mensal, subsídios de férias e Natal e despesas de representação) dos eleitos locais, funcionários, agentes e prestadores de serviços do município, €782.510,90(17,24%) são referentes a contribuições e encargos patronais com a Segurança Social (subsídios e prestações familiares, assistência na saúde, caixa geral de aposentações, regime geral de segurança social e em termos de seguros com pessoal.

Gráfico n° 13 - Repartição das Despesas com Pessoal



Quadro nº 32 – Despesas com Pessoal

(unidade monetária : Euros)

Designação	2004		2005		2006	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Remunerações Certas e Permanentes	3.217.707,28	82,17%	3.408.913,53	81,46%	3.644.959,28	80,32%
Membros de Órgãos Autárquicos	111.759,98	2,85%	116.242,44	2,78%	130.651,34	2,88%
Pessoal do Quadro	2.120.921,95	54,16%	2.230.476,80	53,30%	2.389.926,82	52,67%
Pessoal Contratado a Termo	18.476,58	0,47%	57.359,00	1,37%	55.173,09	1,22%
Pessoal em Regime de Tarefa/ Avença	300.488,02	7,67%	294.190,47	7,03%	266.122,72	5,86%
Pessoal Aguardando Aposentação	756,03	0,02%	1.775,25	0,04%	584,89	0,01%
Pessoal em Qualquer Outra Situação	38.029,13	0,97%	35.718,93	0,85%	71.301,17	1,57%
Representação	45.334,92	1,16%	50.409,32	1,20%	55.498,56	1,22%
Membros de Órgãos Autárquicos	23.097,00	0,59%	24.617,60	0,59%	29.693,40	0,65%
Pessoal dos Quadros	22.237,92	0,57%	25.791,72	0,62%	25.805,16	0,57%
Subsídio de refeição	183.680,44	4,69%	194.915,35	4,66%	207.901,03	4,58%
Subsídio de Férias e de Natal	390.605,47	9,97%	410.831,07	9,82%	449.656,93	9,91%
Remunerações p/ Doença /Maternidade/Paternidade	7.654,76	0,20%	16.994,90	0,41%	18.142,73	0,40%
Abonos Variáveis ou eventuais	121.450,09	3,10%	137.094,82	3,28%	110.297,41	2,43%
Horas Extraordinárias	70.947,94	1,81%	77.452,34	1,85%	74.052,25	1,63%
Alimentação e alojamento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Ajudas de Custo	11.639,75	0,30%	10.388,08	0,25%	10.211,06	0,23%
Abono para falhas	2.731,84	0,07%	2.349,22	0,06%	1.923,84	0,04%
Outros suplementos e prémios	36.130,56	0,92%	46.905,18	1,12%	24.110,26	0,53%
Segurança Social	576.750,68	14,73%	638.579,23	15,26%	782.510,90	17,24%
Encargos com a saúde	646,75	0,02%	676,75	0,02%	766,95	0,02%
Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	47.945,01	1,22%	49.962,97	1,19%	50.586,64	1,11%
Outras Prestações Familiares	10.438,10	0,27%	28.154,28	0,67%	13.177,51	0,29%
Contribuições para a Segurança Social	491.452,33	12,55%	528.079,51	12,62%	690.565,77	15,22%
Assist. na doença a funcionários públicos	221.364,40	5,65%	234.466,60	5,60%	249.996,65	5,51%
Seg social de funcionários públicos	257.235,08	6,57%	273.729,90	6,54%	401.602,01	8,85%
Segurança social - Regime geral	12.852,85	0,33%	19.883,01	0,48%	38.967,11	0,86%
Seguros	26.268,49	0,67%	31.700,72	0,76%	27.409,03	0,60%
Outras Despesas de Segurança Social	0,00	0,00%	5,00	0,00%	5,00	0,00%
TOTAL	3.915.908,05	100,00%	4.184.587,58	100,00%	4.537.767,59	100,00%

Relativamente ao ano anterior assistiu-se a um aumento de cerca de 8,44% (€353.180,01) em gastos com pessoal, apresentando uma acréscimo superior ao verificado no ano 2006, em 1,58 p.p. O aumento apurado deve-se, fundamentalmente, aos seguintes factores:



admissões de pessoal do quadro realizadas durante o ano 2005 (18 funcionários), que deteve um reflexo bastante significativo no aumento da despesa com pessoal no ano económico de em 2006 ;



admissões de pessoal a contrato a termo realizadas durante o ano 2005 (2 contratos associados ao projecto de Rede Social) , transpondo aumento de despesa para o ano 2006 ;



admissões de pessoal do quadro realizadas durante o ano 2006 (4 funcionários), que se traduzindo num acréscimo aproximado de €41.167,03);



admissões de pessoal a contrato a termo realizadas durante o ano 2006 (1 contrato associado ao Gabinete Técnico Florestal) ;



Progressões e promoções nas categorias e carreiras .



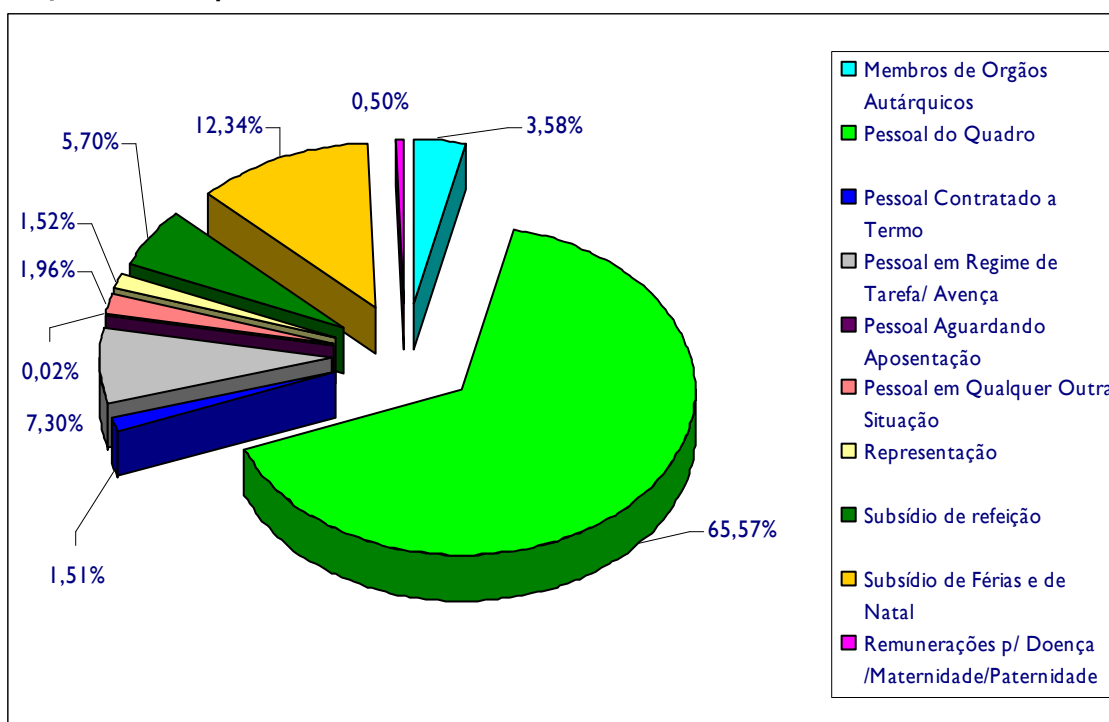
aumento salarial associado a actualização anual das remunerações dos funcionários e agentes da função pública , publicada em Portaria n°229/2006, de 10 de Março, associado à taxa de actualização das remunerações da função pública de 1,5%. O subsídio de refeição atingido um acréscimo de 3,1%,passando a ser de 3,95/dia ;



Aumento da contribuição mensal para a Caixa Geral de Aposentações na ordem dos 3%, no cumprimento do estipulado no artigo 20° da Lei do Orçamento de Estado para 2006 (Lei n°60-A/2005, de 30 de Dezembro (traduzindo um acréscimo real de €127.872,11)

Especificamente quanto à repartição das remunerações certas e permanentes, temos o seguinte configuração em termos percentuais:

Gráfico n° 14 - Repartição de Remunerações Certas e Permanentes



A nível do Pessoal do Quadro, ao longo do ano 2006, se registou o recrutamento de mais 4 funcionários/ agentes, tendo traduzido no seu global a uma despesa acrescida de **€50.004,86** (englobando seguintes acréscimos nas rubricas de subsídio de refeição , subsídio de Natal e Férias , Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e Assistência de Saúde). Os novos recrutamentos inserem-se nas seguintes categorias profissionais:

Quadro n° 33 - Recrutamento de Pessoal do Quadro

Categoria	Data	Venc. Base	Desp Total
Téc. Prof. Biblioteca e Doc.	16-Jan	640,62	7.388,48
Téc. Estagiário Contabilidade	01-Mar	714,66	7.146,60
Téc. Prof. Sist. Inf. Geográfica	01-Mar	640,62	6.406,20
Téc. Sup 2ª Classe -Arquivo	16-Mar	1.280,53	12.258,58
Subtotal		3.276,43	33.199,86
Subsídio de Férias e de Natal			5.857,06
Caixa Geral de Aposentações			4.718,08
Serviços Sociais			2.605,33
Seguro Acidentes no Trabalho			312,46
Abonos e Subsídios			3.312,08
TOTAL			50.004,86

O recrutamento de novo pessoal para o quadro decorre da Implementação do novo quadro orgânico do Município de Estarreja (Aviso n°3998/2004, publicado no DR n°123-II Série de 26 de Maio de 2004- Reorganização dos Serviços, Organigrama e Quadro de Pessoal)

Em termos da nova contratação de pessoal a termo certo, temos o seguinte acréscimo de despesa, sendo de referir que esta contratação está relacionada com a formação do Gabinete Técnico Florestal, subsidiado inteiramente pela Direcção Regional dos Serviços Florestais Social:

Quadro n° 34 - Entrada de Pessoal com Contrato a Termo

Categoria	Data	Venc. Base	Desp Total
Téc. Sup 2ª Classe –En. Florestal	23-Jan	1.287,68	14.545,07
Subsídio de Férias e de Natal			2.468,05
Segurança Social			3.504,70
Seguro Acidentes no Trabalho			136,10
Subsídio de Férias			868,16
TOTAL			21.522,09

No ano 2006, registaram-se duas saídas do quadro por aposentação, traduzindo uma diminuição de despesas de €2.334,07. Em termos de contratos a termo terminaram, no ano 2006, dois contratos traduzindo um decréscimo de €6.113,15. Efectivamente a rubrica económica de Pessoal contratado a termo apresentou em termos líquidos a uma diminuição de 3,81% (€2.185,91), em relação ao verificado o ano anterior.

Numa análise dos contratos de tarefa e avença em vigor no ano 2006 e que geraram despesa, os prestadores de serviços contratados podem se dividir nas seguintes grandes áreas de actividade, sendo de realçar que se assistiu a um decréscimo desta rubrica de despesas de pessoal em 9,54% (€28.067,75):

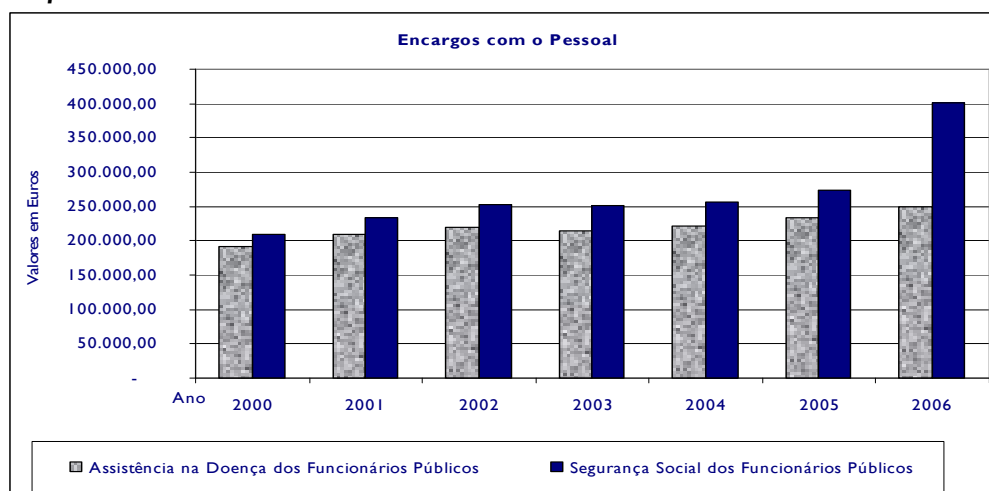
Quadro n.º 35 - Repartição do Pessoal com Contrato de tarefa e Avença

Actividade	Despesa 2006
Medicina do Trabalho	€8.559,36
Advocacia	€14.520,00
Arquitectura	€27.562,20
Contabilidade	€2.420,00
Engenharia Electrónica	€7.260,00
Planeamento regional e Urbano	€8.500,00
Ambiente	€6.000,00
Comunicação Social e Imagem	€7.459,20
Espaço Internet	€17.520,00
Funções Culturais	€12.000,00
Funções Desportivas	€57.845,31
Funções Educativas	€85.599,60
Segurança	€8.000,00
Auxiliar de Limpeza -Mercado	€2.527,05
Diversos - Acompanhamento	€350,00
TOTAL.....	€266.122,72

Quadro n.º 36

	ANO						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Contribuições para a Segurança Social							
Assistência na Doença dos Funcionários Públicos	192.107,47	209.331,23 €	219.427,30 €	215.391,60 €	221.364,40 €	234.466,60 €	249.996,65 €
Segurança Social dos Funcionários Públicos	210.156,09	233.587,22 €	253.281,40 €	250.647,89 €	257.235,08 €	273.729,90 €	401.602,01 €

Gráfico n.º 15



Para efeitos do disposto no Artigo 10º do Decreto-Lei nº 116/84 de 6 de Abril com a redacção que lhe foi conferida pela Lei nº44/85, as despesas ocorridas, durante o ano de 2006, constata-se que o Município de Estarreja respeita os limites previstos no referido diploma legislativo, ou seja :

Despesas efectuadas com o pessoal do quadro ≤ 60 % das Receitas correntes do ano económico anterior

Despesas efectuadas com o pessoal do quadro em 2006	2.990.813,47 €
Receitas correntes do ano económico de 2005	10.111.441,14 €
60 % das Receitas correntes do ano económico de 2005	6.066.864,68 €

Assim:

$$\frac{\text{Despesas efectuadas com o pessoal do quadro}}{\text{Receitas correntes do ano económico anterior}} \times 100 \% = 29,58\%$$

Despesas efectuadas com o pessoal fora do quadro ≤ 25 % dos 60 % das Receitas correntes do ano económico anterior

Despesas efectuadas com o pessoal fora do quadro em 2006	420.218,46 €
Receitas correntes do ano económico de 2005	10.111.441,14 €
60 % das Receitas correntes do ano económico de 2005	6.066.864,68 €
25 % dos 60 % das Receitas correntes do ano económico de 2005	1.516.716,17 €

Assim:

$$\frac{\text{Despesas efectuadas com o pessoal fora do quadro}}{\text{60\% das Receitas correntes do ano económico anterior}} \times 100 \% = 6,93\%$$

B) AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

Os gastos correntes verificados com a Aquisição de Bens e Serviços, representam 41,27% das Despesas Correntes e 23,63% das Despesas Totais.

B.1) AQUISIÇÃO DE BENS

A Aquisição de Bens no ano de 2006 totaliza € 503.039,18, ou seja 12,31% da Aquisição de Bens e Serviços e 2,91% das Despesas Correntes Totais.

De referir, o decréscimo verificado neste tipo de despesas, atingindo uma diminuição de 2,5% em relação ao ano anterior. Praticamente todas as subrubricas enquadram-se nesta tendência de decréscimo.

Quadro nº 37 - Aquisição de Bens Correntes

(unidade monetária : €uros)

Designação	2006		2005	
	Valor	%	Valor	%
Matérias primas e subsidiárias	99.691,34	19,82%	101.185,02	19,61%
Combustíveis e Lubrificantes	165.862,52	32,97%	157.146,56	30,46%
Gasolina	6.673,85	1,33%	5.190,10	1,01%
Gasóleo	85.785,82	17,05%	90.155,23	17,47%
Outros	73.402,85	14,59%	61.801,23	11,98%
Limpeza e Higiene	26.758,92	5,32%	20.844,65	4,04%
Vestuário e Artigos Pessoais	5.691,04	1,13%	11.909,75	2,31%
Material de Escritório	53.563,43	10,65%	57.540,64	11,15%
Produtos Químicos e Farmaceuticos	171,64	0,03%	558,06	0,11%
Material de consumo clínico	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Material de Transporte - Peças	17.340,71	3,45%	25.887,01	5,02%
Outro material - Peças	0,00	0,00%	1.750,82	0,34%
Prémios, Condecorações e Ofertas	36.507,23	7,26%	31.551,84	6,12%
Ferramentas e Utensílios	2.035,27	0,40%	6.943,66	1,35%
Livros e Documentação Técnica	1.379,58	0,27%	1.569,13	0,30%
Artigos Honoríficos e de Decoração	3.281,54	0,65%	1.942,62	0,38%
Material de Educação, Cultura e Recreio	28.848,42	5,73%	55.520,75	10,76%
Outros Bens	61.907,54	12,31%	41.569,58	8,06%
Total	503.039,18	100,00%	515.920,09	100,00%

Dentro da aquisição de bens mais consumidos nesta Autarquia Local, salientam-se os combustíveis e lubrificantes, sendo de referir o consumo de gasóleo, gasolina, óleos e lubrificantes por diversos equipamentos municipais; o consumo de gás natural para o funcionamento da Piscina M^a de Lurdes Breu-Estarreja e do Pavilhão Gimnodesportivo de Estarreja, aquisição de gás propano para a Piscina Municipal de Avanca e outros combustíveis para aquecimento de escolas do concelho e das instalações municipais.

A aquisição de matérias primas e subsidiárias utilizadas em trabalhos de administração directa para obras reparação e conservação do património municipal, representam um peso relativo no computo geral das despesas com aquisição de bens.

Outra das componentes com significativa expressão, neste tipo de despesas, é relativa á aquisição de material/consumíveis de escritório, tendo registado no ano 2006 o valor de €53.563,43 .De realçar que relativamente ao verificado no ano anterior, manteve-se a tendência de diminuição deste tipo de despesas, já registada entre 2004 e 2005, registando-se uma diminuição na ordem dos 6,91%.

O material de educação, cultura e recreio integra fundamentalmente a aquisição de fundos para a Biblioteca Municipal e ainda material didáctico para escolas e material de apoio ao desporto, tendo no ano 2006 assistido a uma diminuição de 48% em relação ao ano anterior.

Uma das despesas que registou aumento foi a de Prémios, Condecorações e Ofertas, tendo-se enquadrado dentro desta rubrica a oferta/doação de equipamento informático a Lares de 3^a idade do Concelho no valor de €6.532,18. Dentro desta rubrica, registaram-se gastos com ofertas associadas a diversos eventos culturais, desportivos e recreativos realizados durante o ano 2006.

Dentro dos bens de limpeza e higiene temos a mencionar consumíveis relacionados com a recolha de resíduos sólidos urbanos, como sacos do lixo para molocks, sacos do lixo para o Mercado Municipal, redutores de PH e produtos para o funcionamento das Piscinas Municipais, digestores de gordura para a rede de saneamento, detergentes e outros produtos para limpeza das diversas instalações municipais e consumíveis de higiene.

Especificando alguns dos artigos adquiridos no âmbito da rubrica “Outros Bens”, temos aquisição de jornais e revistas, material gráfico para exposições, material eléctrico, tampas para saneamento, garrações de água, artigos para jardins e espaços verdes e outros bens duradouros e não duradouros armazenáveis.

B.2) AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

A aquisição de serviços por parte da Autarquia originou despesas no valor de €3.582.687,43, o que corresponde a 36,19% das Despesas Correntes e 20,72% das Despesas Totais. Em relação ao registado no ano anterior, verifica-se um acréscimo em termos absolutos de €1.061.772,39, ou seja, em termos relativos um aumento de 42,12%.

Quadro nº 38 - Aquisição de Serviços Correntes

(unidade monetária : €uros)

Designação	2006		2005		Var. %
	Valor	%	Valor	%	
Encargos de Instalações	211.483,16	5,90%	182.743,03	7,25%	15,73%
Limpeza e Higiene	40.184,47	1,12%	17.895,91	0,71%	124,55%
Conservação de Bens	86.745,90	2,42%	63.999,44	2,54%	35,54%
Locação de Edifícios	6.513,96	0,18%	6.441,72	0,26%	1,12%
Locação de Outros Bens	122.466,89	3,42%	79.880,02	3,17%	53,31%
Comunicações	95.881,63	2,68%	94.460,61	3,75%	1,50%
Transportes	247.361,55	6,90%	230.942,70	9,16%	7,11%
Representação dos Serviços	865,42	0,02%	649,05	0,03%	33,34%
Seguros	58.316,18	1,63%	48.322,74	1,92%	20,68%
Deslocações e Estadas	2.274,52	0,06%	3.361,57	0,13%	-32,34%
Estudos, Projectos, Pareceres e Consultadoria	45.838,14	1,28%	15.364,92	0,61%	198,33%
Formação	22.251,76	0,62%	4.450,69	0,18%	399,96%
Seminários, Exposições e Similares	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Publicidade	61.460,24	1,72%	60.233,05	2,39%	2,04%
Vigilância e Segurança	51.191,69	1,43%	44.156,73	1,75%	15,93%
Assistência Técnica	61.428,05	1,71%	35.339,18	1,40%	73,82%
Outros Trabalhos Especializados	2.244.112,29	66,29%	1.441.211,33	60,94%	55,71%
Serviços de Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos	463.381,86	12,93%	454.484,40	18,03%	1,96%
Serviços de Alimentação	45.639,41	1,27%	35.256,10	1,40%	29,45%
Serviços de Limpeza Urbana	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Electricidade - Iluminação Pública	286.210,12	7,99%	295.983,41	11,74%	-3,30%
Serviços de Tratamento de Saneamento	618.199,10	17,26%	0,00	0,00%	n.a.
Diversos	830.681,80	23,19%	655.487,42	26,00%	26,73%
Encargos de Cobrança de Receitas	131.029,14	3,66%	95.138,93	3,77%	37,72%
Outros Serviços	93.282,44	2,60%	96.323,42	3,82%	-3,16%
Emolumentos	16.446,23	0,46%	12.706,40	0,50%	29,43%
Publicações	5.303,84	0,15%	17.285,51	0,69%	-69,32%
Diversos Serviços	71.532,37	2,00%	66.331,51	2,63%	7,84%
Total	3.582.687,43	100,00%	2.520.915,04	100,00%	42,12%

De referir, que grande parte do acréscimo registado se deve á consolidação do acordo de pagamento de facturas relativas a prestação de serviços de recolha e tratamento de efluentes por parte da SIMRia, tendo-se iniciado o pagamento das facturas (do ano 2006) em termos de valores correspondentes a caudais reais (efectivamente recolhidos e tratados), traduzindo uma liquidação de €618.199,10.

O tipo de serviços com maior contributo nas despesas foram os relativos aos “Outros Trabalhos Especializados”, que correspondem a 66,29% da totalidades da rubrica económica “Aquisição de Serviços”, incluem os, os serviços de tratamento de efluentes prestado pela SIMRia, os serviços prestados pela ERSUC na recolha e tratamento de RSU., serviços de iluminação pública prestado pela empresa concessionária EDP e serviços especializados relacionados com a realização de eventos culturais e desportivos.

São também de alguma relevância as despesas com **transportes**, que incluem as despesas com os transportes escolares (6,90% da Aquisição de Serviços), os **encargos das instalações** que incluem fundamentalmente o consumo com energia eléctrica das instalações municipais (5,90% da Aquisição de Serviços), **locação de outros bens** que engloba aluguer de equipamentos para eventos culturais, para trabalhos de administração directa em termos de beneficiação, conservação e limpeza de infra-estruturas básicas, como arruamentos, rede de abastecimento de água, rede de saneamento (3,42% da Aquisição de Serviços), as **comunicações** que incluem as despesas com a expedição de correspondência, telefones, telemóveis, serviços de acesso à internet (2,68% da Aquisição de Serviços), e a **conservação de bens** que inclui principalmente as despesas com a conservação e manutenção das viaturas e outros equipamentos deste Município (2,42% da Aquisição de Serviços).

O aumento verificado nas despesas com encargos de instalações deveu-se fundamentalmente à abertura ao público do Parque de Estacionamento da Praça do Município, acarretando custos com consumo de electricidade e actualização do tarifário da electricidade.

Em termos da rubrica de limpeza e higiene o aumento deveu-se a contratação de serviços de limpeza para o Cine-Teatro e ampliação da área de desratizações e desinfecções.

A nível da rubrica de locação de outros bens, o acréscimo verificado deveu-se fundamentalmente, ao aluguer dos painéis alfanuméricos no âmbito do projecto PIAR.

Os encargos suportados com os prémios de seguros ascenderam a € 58.322,74, a novos contratos de seguros associados a novos equipamentos e maior abrangência de edifícios que ainda não detinham cobertura.

A rubrica de estudos, Projectos, Pareceres e Consultadoria apresentou um aumento associado a todo o processo inerente a expropriações de terrenos do Eco-Parque empresarial de Estarreja (arbitragens, peritagens).

O acréscimo registado na rubrica de assistência técnica surge de contratos de assistência e manutenção associados a equipamentos electrónicos, informáticos (incluindo aplicações software) existentes nos diversos serviços e edifícios municipais (exemplo: elevadores, bases de dados e sistemas informáticos, fontes luminosas, ar condicionados, Parques Infantis, fotocopiadoras, etc.)

De referir, que na sub-rubrica “Outros Trabalhos Especializados – Diversos” se encontra englobado o pagamento à Associação de Municípios do carvoeiro o fornecimento (€343.935,80) e tratamento de água (€5.841,14), o qual atingiu no ano 2006 os €349.776,94, tendo se registado em 2005 os €353.976,66, em 2004 os €334.433,00 e em 2003 os € 331.750,69. em termo de análise de água, o município gastou aproximadamente €7.845,32.

C) ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA

Analisando o quadro nº 39, conclui-se que os encargos suportados pela Autarquia, com a remuneração de financiamentos contraídos, através de empréstimos de médio e longo prazo, junto do sistema bancário, atingiram, no ano em causa, os €336.621,65 (**DOC - 26 /TC – “Mapa de Empréstimos Obtidos”**).

Na rubrica Encargos Correntes da Dívida encontram-se, também, contabilizados os juros resultantes do financiamento de algumas aquisições de edifícios, equipamento básico e de transporte através de locação financeira (**DOC 26- B/TC**).

Quadro n.º 39 – Juros e Outros Encargos

(unidade monetária : Euros)

Designação	2006		2005	
	Valor	%	Valor	%
Juros da Dívida Pública	336.621,65	87,24%	240.907,96	96,66%
Soc Financeiras - Bancos e Outras Instituições				
Empréstimos a médio e longo prazo	336.621,65	87,24%	238.317,69	95,62%
Adm. Pública Central - Serv e Fundos Autonomos	0,00	0,00%	2.590,27	1,04%
Juros de Locação Financeira	18.521,20	4,80%	7.203,14	2,89%
Material de Transporte	2.767,00	0,72%	327,12	0,13%
Maquinaria e Equipamento	15.754,20	4,08%	6.876,02	2,76%
Outros Juros	30.706,19	7,96%	1.130,87	0,45%
TOTAL.....	385.849,04	100,00%	249.241,97	100,00%

Os juros suportados correspondem 3,9% das Despesas Correntes e 2,23% das Despesas Totais.

D) TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As importâncias retiradas do rendimento corrente da Autarquia e concedidas, por esta a outras entidades, sem qualquer contrapartida somaram €827.247,53, apresentando um acréscimo de €29.163,68 (3,65%), em relação ao verificado no ano anterior.

No **DOC -18/TC – “ Transferências Correntes Despesa”** inserido na parte de Documentos de Prestação de Contas, encontram-se discriminadas, de forma detalhada as diferentes transferências efectuadas por este município no ano económico de 2006.

A atribuição de apoios correntes a entidades e organismos legalmente existentes para a prossecução de actividades de natureza social, cultural, desportivo, recreativo ou outro ascendeu a €426.939,82 (ver documento de prestação de contas **DOC-18/TC**).

Quadro n.º 40 – Transferências Correntes (Despesa)

(unidade monetária : Euros)

Designação	2006		2005	
	Valor	%	Valor	%
Administração Central	132.118,47	15,97%	126.339,90	15,83%
Fundos e serviços autónomos	132.118,47	15,97%	126.339,90	15,83%
Administração Local	216.140,08	26,13%	219.687,32	27,53%
Segurança Social	3.537,63	0,43%	8.319,74	1,04%
Instituições sem fins lucrativos	426.939,82	51,61%	359.859,92	45,09%
Famílias	48.511,53	5,86%	83.876,97	10,51%
TOTAL.....	827.247,53	100,00%	798.083,85	100,00%

Os valores registados em Fundos e Serviços Autónomos, dizem respeito à atribuição de verbas transferidas, no âmbito das competências das autarquias locais, na área da Educação, para os Agrupamentos de Escolas do 1.º e 2.º Ciclo e instituições do concelho de Estarreja para apoio a actividades didácticas por estes promovidas e para comparticipação de refeições servidas a crianças em idade escolar do 1.º ao 2.º ciclo.

Nesta mesma rubrica, são registadas as verbas atribuídas ao Gabinete de Apoio Técnico e a da parte dos Fundos Gerais transferidos do Orçamento de Estado e cativos para a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro.

As verbas inscritas em Administração Local, às quotas anuais da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Associação de Municípios da Ria (AMRia) e às transferências para as freguesias.

As transferências atribuídas a particulares dizem respeito , fundamentalmente a auxílios económicos atribuídos às diversas escolas de ensino básico do concelho no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Expansão da Rede Pré-Escolar e a despesas assumidas pela Câmara na concretização do Programa Ocupacional para Trabalhadores de comprovada Carência Económica.

O total de despesas com transferências de natureza corrente corresponde 8,36% das Despesas Correntes e 4,78% das Despesas Totais.

E) OUTRAS DESPESAS CORRENTES

O total de despesas consideradas como residuais, não classificáveis nas outras rubricas económicas, ascendeu no exercício de 2006 aos €62.930,12. Estas despesas corresponde 0,64% das Despesas Correntes e 0,36 % das Despesas Totais.

No ano económico de 2006, denota-se um acréscimo desta rubrica económica de despesas, na ordem dos 38,08%, correspondendo a uma diminuição de €17.355,86.

Quadro nº 41 – Outras Despesas Correntes (unidade monetária : Euros)

Designação	2006		2005	
	Valor	%	Valor	%
Diversas	1.864,78	2,96%	873,36	1,92%
Impostos e Taxas	1.864,78	2,96%	873,36	1,92%
Outras	61.065,34	97,04%	44.700,90	98,08%
Restituições	185,73	0,30%	270,34	0,59%
IVA Pago	52.034,64	82,69%	36.780,68	80,70%
Serviços Bancários	1.229,88	1,95%	1.750,24	3,84%
Diversas	7.615,09	12,10%	5.899,64	12,95%
TOTAL.....	62.930,12	100,00%	45.574,26	100,00%

Este aumento deveu-se essencialmente ao acréscimo do montante de IVA pago, tendo no a evolução deste imposto a seguinte nos últimos três anos: 2004 - €64.471,60, 2005 - €36.780,68 e 2006 - €52.034,64.

Em sede de IVA, o Município de Estarreja é classificado como um sujeito passivo misto, ou seja, realiza operações tributadas com direito à dedução e operações isentas, que conferem o direito à dedução.

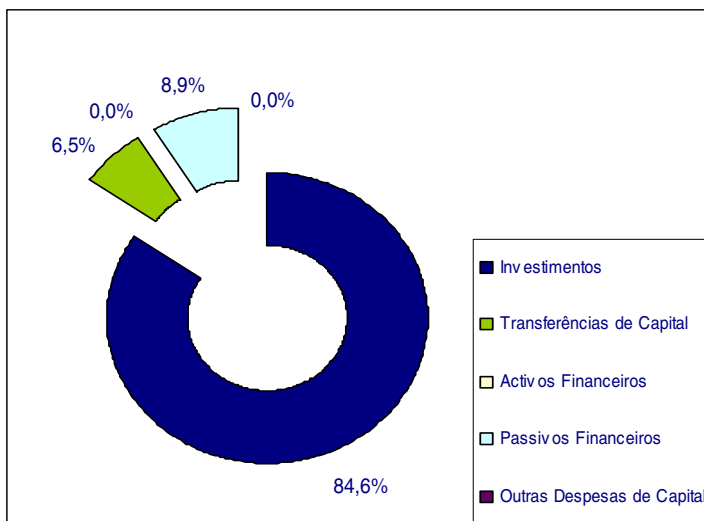
Define o nº1 do artigo 23º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA) que os sujeitos passivos mistos podem deduzir o imposto suportado nas aquisições, na percentagem correspondente ao montante anual de operações que dêem lugar a dedução. O nº2 do já referido artigo 23º do CIVA possibilita que , não obstante o disposto no nº1, os sujeitos passivos mistos efectuem a dedução do IVA segundo a **afecção real** de todos ou parte dos bens e serviços utilizados, sendo esta a situação em que se encontra o Município de Estarreja.

A afecção real pressupõe assim, a possibilidade de deduzir a totalidade do imposto suportado na aquisição de bens e serviços destinados a actividades que dêem lugar a dedução, mas impede, ao mesmo tempo, a dedução do imposto suportado por operações que não conferem esse direito.

DESPESAS DE CAPITAL

A repartição das despesas de capital efectuadas pelo município, no ano 2006, encontra-se descrita no gráfico apresentado de seguida :

Gráfico nº 16 – Repartição das Despesas de Capital



A) INVESTIMENTOS

A parcela de investimentos atingiu os €6.251.643,84, registando uma diminuição de €1.571.000,38 (-20,08%), em comparação com o verificado no ano anterior.

No entanto, as despesas de Investimento continuam a ocupar um lugar de destaque no cômputo geral dos gastos realizados, representando 84,57% das Despesas de Capital e 36,15% das Despesas Totais.

Gráfico nº 17 – Evolução das Despesas com Investimento



Como se pode ver no quadro nº42, foi privilegiada a intervenção nas áreas de Infra-estruturas de Urbanização(comunicações, transportes, viadutos, arruamentos, obras complementares e viação rural), Saneamento Básico (Rede de Esgotos) e manutenção de Escolas e Instalações Desportivas e Recreativas.

A análise mais detalhada da execução da rubrica orçamental “INVESTIMENTOS” encontra-se expressa nos DOC- 8-B/TC – “Execução do Plano Plurianual de Investimentos” inserido nos Documentos de Prestação de Contas.

Quadro nº 42 – Investimento

(unidade monetária : €uros)

Designação	2006		2005		2004		2003		2002	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
TERRENOS	369.571,58	5,91%	515.201,20	6,59%	149.672,06	1,84%	195.349,27	2,40%	228.429,92	2,10%
HABITAÇÕES	112.113,32	1,79%	99.115,77	1,27%	70.865,81	0,87%	58.752,22	0,72%	59.855,75	0,55%
Aquisição	0,00	0,00%	30.000,00	0,38%	64.843,00	0,80%	17.457,93	0,21%	59.855,75	0,55%
Construção	20.000,00	0,32%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Reparação e Beneficção	92.113,32	1,47%	69.115,77	0,88%	6.022,81	0,07%	41.294,29	0,51%	0,00	0,00%
EDIFÍCIOS	628.433,23	10,05%	1.019.082,58	13,03%	1.021.639,92	12,57%	1.573.217,69	19,36%	2.240.308,16	20,58%
Instalações de Serviços	83.515,58	1,34%	56.619,96	0,72%	162.765,52	2,00%	61.960,49	0,76%	48.849,95	0,45%
Instalações desportivas e recreativas	223.035,12	3,57%	185.773,28	2,37%	207.460,03	2,55%	941.784,82	11,59%	1.400.008,42	12,86%
Merc. e Instal. de Fiscalidade Sanitária	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	42,89	0,00%	929,41	0,01%
Escolas	315.015,53	5,04%	617.935,35	7,90%	426.002,86	5,24%	377.711,51	4,65%	606.261,90	5,57%
Outros	6.867,00	0,11%	158.753,99	2,03%	225.411,51	2,77%	191.717,98	2,36%	184.258,48	1,69%
CONSTRUÇÕES DIVERSAS	4.454.877,61	71,26%	5.658.218,95	72,33%	6.238.815,69	76,74%	5.672.819,38	69,80%	8.122.640,25	74,61%
Viadutos, arruamentos obras complementares	978.058,38	15,64%	1.936.582,04	24,76%	3.065.078,62	37,70%	1.955.805,67	24,06%	1.085.609,93	9,97%
Esgotos	1.407.685,93	22,52%	1.639.968,28	20,96%	1.578.266,17	19,41%	2.691.072,92	33,11%	5.861.957,98	53,84%
Estação de Tratamento de Águas Residuais	4.400,55	0,07%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Iluminação pública	283.795,87	4,54%	127.446,54	1,63%	279.797,50	3,44%	247.742,35	3,05%	38.507,35	0,35%
Parques e Jardins	119.563,62	1,91%	29.649,66	0,38%	7.718,38	0,09%	79.002,12	0,97%	82.394,64	0,76%
Instalações desportivas e recreativas	406.464,62	6,50%	1.070.113,84	13,68%	124.264,63	1,53%	4.522,00	0,06%	92.176,60	0,85%
Captação, tratamento e distribuição de água	34.930,86	0,56%	3.334,12	0,04%	20.946,20	0,26%	50.553,33	0,62%	37.424,13	0,34%
Viação Rural	1.153.853,30	18,46%	767.854,36	9,82%	1.063.816,68	13,08%	638.951,96	7,86%	902.482,10	8,29%
Sinalização e Trânsito	66.124,48	1,06%	58.054,89	0,74%	81.186,63	1,00%	5.169,03	0,06%	9.758,73	0,09%
Outras	0,00	0,00%	25.215,22	0,32%	17.740,88	0,22%	0,00	0,00%	12.328,79	0,11%
MATERIAL DE TRANSPORTE	11.777,75	0,19%	8.666,62	0,11%	7.151,27	0,09%	0,00	0,00%	3.273,69	0,03%
Outros	11.777,75	0,19%	8.666,62	0,11%	7.151,27	0,09%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	112.138,67	1,79%	118.011,56	1,51%	92.166,47	1,13%	45.644,76	0,56%	0,00	0,00%
SOFTWARE INFORMÁTICO	149.065,46	2,38%	77.875,70	1,00%	36.956,73	0,45%	23.446,59	0,29%	0,00	0,00%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	129.194,40	2,07%	72.570,84	0,93%	112.326,14	1,38%	182.530,85	2,25%	177.638,85	1,63%
EQUIPAMENTO BÁSICO	124.788,48	2,00%	136.224,28	1,74%	302.798,78	3,72%	222.700,96	2,74%	48.535,78	0,45%
Recolha de Resíduos	9.132,54	0,15%	17.278,80	0,22%	97.987,28	1,21%	130.550,48	1,61%	0,00	0,00%
Outros	115.655,94	1,85%	118.945,48	1,52%	204.811,50	2,52%	92.150,48	1,13%	0,00	0,00%
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	1.046,73	0,02%	6.974,50	0,09%	6.093,36	0,07%	3.875,69	0,05%	3.423,95	0,03%
ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	0,00	0,00%	0,00	0,00%	2.362,50	0,03%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
OUTROS INVESTIMENTOS	15.149,53	0,24%	23.749,01	0,30%	17.083,47	0,21%	32.110,86	0,40%	2.784,15	0,03%
LOCAÇÃO FINANCEIRA	143.487,08	2,30%	86.953,21	1,11%	72.292,35	0,89%	117.174,11	1,44%	0,00	0,00%
Material de Transporte	21.288,15	0,34%	7.587,04	0,10%	39.056,97	0,48%	83.619,49	1,03%	0,00	0,00%
Maquinaria e Equipamento Diverso	122.198,93	1,95%	79.366,17	1,01%	33.235,38	0,41%	33.554,62	0,41%	0,00	0,00%
TOTAL.....	6.251.643,84	100,00%	7.822.644,22	100,00%	8.130.224,55	100,00%	8.127.622,38	100,00%	10.886.890,50	100,00%

B) TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

A atribuição de verbas, pertencentes ao rendimento de capital do município, a outras entidades, sem qualquer contrapartida, totalizou €483.723,28 , traduzindo um acréscimo de cerca 12,18% (€52.518,68), em relação ao verificado no anterior exercício económico.

O valor registado na rubrica Transferências de Capital –Administração autárquica diz respeito á parte de investimento do Município de Estarreja nos projectos de investimento intermunicipais com o Município de Ovar – ..., Neste investimentos Beneficiação da Rua Nova - Válega /Avanca – 2ª Fase ; Ligação de Águas Pluviais em ambos os lados da via férrea ao PK-95+000 – Rua Nova – Válega /Avanca ; Repavimentação da Rua do Seixo - Válega.

Neste investimentos intermunicipais o município de Ovar tomou o “papel” de entidade promotora da execução da obra e do sequente do processo de concurso .

Quadro nº 43 – Transferências de Capital (Despesa)

(unidade monetária : Euros)

Designação	2006		2005	
	Valor	%	Valor	%
Administrações públicas	111.461,28	23,04%	85.533,23	19,84%
Fundos e serviços autónomos	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Administração autárquica	111.461,28	23,04%	85.533,23	19,84%
Administrações privadas	372.262,00	76,96%	345.671,37	80,16%
Instituições particulares	312.492,92	64,60%	281.073,60	65,18%
Famílias	59.769,08	12,36%	64.597,77	14,98%
TOTAL.....	483.723,28	100,00%	431.204,60	100,00%

Na sub-rubrica “Famílias”, registaram-se as comparticipações financeiras atribuídas pelo município a familiares no âmbito do Programa Casa Melhor, que tem por objectivo melhorar as condições de habitação das famílias mais carenciadas.

O enquadramento das transferências de capital atribuídas pelo Município de Estarreja, durante o ano de 2006, encontra-se descrito no **DOC-19/TC – “Transferências de Capital – Despesa”** dos Documentos de Prestação de Contas.

C) ACTIVOS FINANCEIROS

O Município de Estarreja tem participado activamente a nível regional em projectos de implementação de serviços básicos de grande importância para a população do concelho, nomeadamente, projectos relativos ao saneamento, águas residuais, distribuição de gás natural e tratamento de resíduos sólidos urbanos.

Dada a dimensão, complexidade e avultado investimento que envolve a execução e manutenção dos referidos projectos, a solução institucional passou pela constituição de sociedades concessionárias de sistemas multimunicipais, que conjugam capitais privados e públicos, as quais garantem a execução global destes projectos de serviços básicos e a sua gestão dinâmica e eficaz.

Neste sentido, o Município de Estarreja participa no capital social das seguintes sociedades concessionárias de exploração de sistemas multimunicipais, conforme **DOC – 39/ OD**, inserido nos Documentos de Prestação de Contas.

No ano 2006, não existiram despesas com activos financeiros conforme descrito no **DOC – 40/OD** inserido nos Documentos de Prestação de Contas.

D) PASSIVOS FINANCEIROS

Durante o ano económico de 2006, os encargos suportados com o reembolso de capital de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pela autarquia junto de Instituições de Crédito totalizou €656.860,10. (**DOC - 26 /TC – “Mapa de Empréstimos Obtidos”**).

O valor de capital amortizado , no ano de 2006, corresponde a 8,89% das Despesas de Capital e 3,80% das Despesas Totais.

3.4.3. Análise da Despesa na Óptica das Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano traduz-se num instrumento político, corporizando uma sistematização de objectivos e de programas coordenados de acção para os concretizar.

Nas Grandes Opções do Plano encontram-se definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local, e incluem, designadamente, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Actividades Municipais (PAM).

O **Plano Plurianual de Investimentos**, de horizonte móvel de quatro anos, inclui todos os projectos e acções, que implicam despesas de investimento, a realizar no âmbito dos objectivos da autarquia local e explicita a respectiva previsão de despesa.

A execução anual do Plano Plurianual de Investimentos, encontra-se expressa no Documento de Prestação de Contas – **DOC – 8-B/TC – “Execução do Plano Plurianual de Investimentos”**, apresentando a execução deste documento previsional no ano de 2006, destacando o nível de execução financeira anual e global.

O nível de execução financeira (em termos de pagamentos efectuados) do PPI, no exercício económico de 2006, é de 38,19%.

O **Plano de Actividades Municipais**, inclui projectos e acções de índole corrente a realizar durante um dado ano.

A execução do PAM, encontra-se expressa no Documento de Prestação de Contas - **DOC – 8-C/TC – “Execução do Plano de Actividades Municipais”**, apresentando uma execução de 76,28%.

Resumidamente, a execução das Grandes Opções do Plano de 2006, em termos da classificação funcional, é apresentado nos quadros Quadro nº44 e 45.

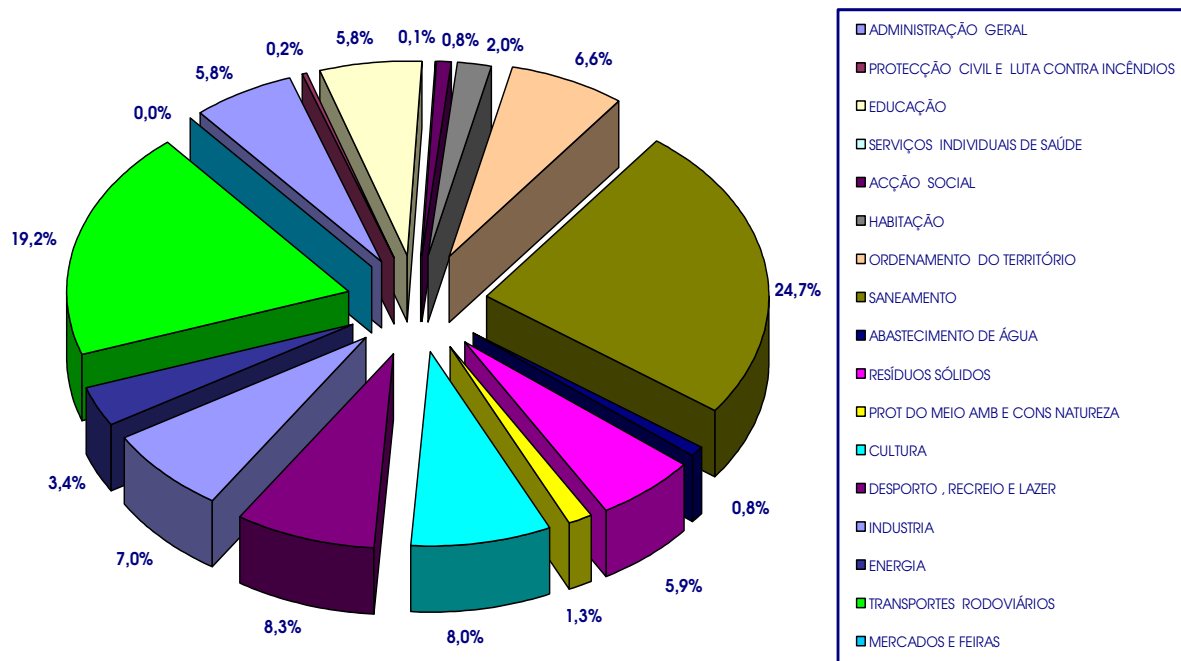
A informação expressa no Quadro nº44, encontra-se reflectida no Gráfico apresentado de seguida (**Gráfico nº 18**).

Quadro nº 44 – Evolução das GOP's

(unidade monetária : €uros)

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	2006		2005	
	Valor	%	Valor	%
Grandes Opções do Plano				
ADMINISTRAÇÃO GERAL	490.968,43	5,8%	256.450,72	3,2%
PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	19.928,90	0,2%	0,00	0,0%
EDUCAÇÃO	489.349,82	5,8%	664.199,75	8,3%
SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	6.867,00	0,1%	158.753,99	2,0%
ACÇÃO SOCIAL	64.194,09	0,8%	1.201,88	0,0%
HABITAÇÃO	172.188,94	2,0%	133.713,54	1,7%
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	554.342,51	6,6%	557.010,69	7,0%
SANEAMENTO	2.075.752,12	24,7%	1.641.396,28	20,6%
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	70.600,13	0,8%	17.267,90	0,2%
RESÍDUOS SÓLIDOS	492.892,85	5,9%	25.912,24	0,3%
PROT DO MEIO AMB E CONS NATUREZA	110.344,08	1,3%	61.520,53	0,8%
CULTURA	674.263,25	8,0%	214.094,92	2,7%
DESPORTO, RECREIO E LAZER	694.399,60	8,3%	1.459.483,43	18,3%
INDUSTRIA	589.649,71	7,0%	1.089.062,02	13,7%
ENERGIA	283.795,87	3,4%	127.446,54	1,6%
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	1.613.758,86	19,2%	1.550.350,07	19,5%
MERCADOS E FEIRAS	0,00	0,0%	0,00	0,0%
TOTAL	8.403.296,16	100,0%	7.957.864,50	100,0%

Gráfico n° 18- Evolução das GOP's



Quadro nº 45 – Execução das GOP's

(unidade monetária : €uros)

Código	Classificação Funcional	GOP 2006				
		Dotação		Execução Valor (c)	Execução	
		Inicial (a)	Final (b)		Exec % (c) / (a)	Exec % (c) / (b)
1	FUNÇÕES GERAIS	1.046.477,00	1.042.791,10	510.897,33	48,82%	48,99%
1.1.0	Serviços Gerais de Administração Pública					
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	998.540,00	1.008.054,10	490.968,43	49,17%	48,70%
1.2.0	Segurança e Ordem Públicas					
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	47.937,00	34.737,00	19.928,90	41,57%	57,37%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	11.663.959,93	10.780.764,77	5.405.194,39	46,34%	50,14%
2.1.0	Educação					
2.1.1	ENSINO NÃO SUPERIOR	797.761,67	664.691,02	489.349,82	61,34%	73,62%
2.2.0	Saúde					
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	168.719,47	123.619,47	6.867,00	4,07%	5,55%
2.3.0	Segurança e Acção Sociais					
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	126.500,00	84.378,09	64.194,09	50,75%	76,08%
2.4.0	Habituação e Serviços Colectivos					
2.4.1.	HABITAÇÃO	276.000,00	292.000,00	172.188,94	62,39%	58,97%
2.4.2	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	2.187.787,13	2.072.867,13	554.342,51	25,34%	26,74%
2.4.3	SANEAMENTO	4.008.848,17	3.721.540,05	2.075.752,12	51,78%	55,78%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	627.000,00	669.203,70	70.600,13	11,26%	10,55%
2.4.5	RESÍDUOS SÓLIDOS	686.800,00	802.138,20	492.892,85	71,77%	61,45%
2.4.6	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	561.500,00	341.700,00	110.344,08	19,65%	32,29%
2.5.0	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos					
2.5.1	CULTURA	1.002.350,00	881.756,26	674.263,25	67,27%	76,47%
2.5.2	DESPORTO, RECREIO E LAZER	1.220.693,49	1.126.870,85	694.399,60	56,89%	61,62%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	7.347.901,20	7.588.287,84	2.487.204,44	33,85%	32,78%
3.2.0	Indústria e Energia					
3.2.1	INDÚSTRIA	2.200.000,00	3.075.000,00	589.649,71	26,80%	19,18%
3.2.2	ENERGIA	350.000,00	320.000,00	283.795,87	81,08%	88,69%
3.3.0	Transportes e Comunicações					
3.3.1	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	4.782.901,20	4.178.287,84	1.613.758,86	33,74%	38,62%
3.4.0	Comércio e Turismo					
3.4.1	MERCADOS E FEIRAS	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL		20.058.338,13	19.411.843,71	8.403.296,16	41,89%	43,29%

Quadro nº 46 – Estrutura das GOP's

(unidade monetária : Euros)

Código	Classificação Funcional	GOP 2006					
		PPI		PAM		Total	
		Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
I	FUNÇÕES GERAIS	402.305,45	6,26%	108.591,88	5,48%	510.897,33	6,08%
1.1.0	Serviços Gerais de Administração Pública	393.831,60	6,13%	97.136,83	4,90%	490.968,43	5,84%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	393.831,60	6,13%	97.136,83	4,90%	490.968,43	5,84%
1.2.0	Segurança e Ordem Públicas	8.473,85	0,13%	11.455,05	0,58%	19.928,90	0,24%
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	8.473,85	0,13%	11.455,05	0,58%	19.928,90	0,24%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	3.547.978,83	55,25%	1.857.215,56	93,72%	5.405.194,39	64,32%
2.1.0	Educação	442.487,30	6,89%	46.862,52	2,36%	489.349,82	5,82%
2.1.1	ENSINO NÃO SUPERIOR	442.487,30	6,89%	46.862,52	2,36%	489.349,82	5,82%
2.2.0	Saúde	6.867,00	0,11%	0,00	0,00%	6.867,00	0,08%
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	6.867,00	0,11%	0,00	0,00%	6.867,00	0,08%
2.3.0	Segurança e Acção Sociais	0,00	0,00%	64.194,09	3,24%	64.194,09	0,76%
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	0,00	0,00%	64.194,09	3,24%	64.194,09	0,76%
2.4.0	Habituação e Serviços Colectivos	2.205.726,39	34,35%	1.270.394,24	64,11%	3.476.120,63	41,37%
2.4.1.	HABITAÇÃO	172.188,94	2,68%	0,00	0,00%	172.188,94	2,05%
2.4.2	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	492.583,82	7,67%	61.758,69	3,12%	554.342,51	6,60%
2.4.3	SANEAMENTO	1.434.822,60	22,34%	640.929,52	32,34%	2.075.752,12	24,70%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	66.093,04	1,03%	4.507,09	0,23%	70.600,13	0,84%
2.4.5	RESÍDUOS SÓLIDOS	29.510,99	0,46%	463.381,86	23,38%	492.892,85	5,87%
2.4.6	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	10.527,00	0,16%	99.817,08	5,04%	110.344,08	1,31%
2.5.0	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	892.898,14	13,90%	475.764,71	24,01%	1.368.662,85	16,29%
2.5.1	CULTURA	240.916,26	3,75%	433.346,99	21,87%	674.263,25	8,02%
2.5.2	DESPORTO, RECREIO E LAZER	651.981,88	10,15%	42.417,72	2,14%	694.399,60	8,26%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	2.471.298,74	38,48%	15.905,70	0,80%	2.487.204,44	29,60%
3.2.0	Indústria e Energia	873.445,58	13,60%	0,00	0,00%	873.445,58	10,39%
3.2.1	INDÚSTRIA	589.649,71	9,18%	0,00	0,00%	589.649,71	7,02%
3.2.2	ENERGIA	283.795,87	4,42%	0,00	0,00%	283.795,87	3,38%
3.3.0	Transportes e Comunicações	1.597.853,16	24,88%	15.905,70	0,80%	1.613.758,86	19,20%
3.3.1	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	1.597.853,16	24,88%	15.905,70	0,80%	1.613.758,86	19,20%
3.4.0	Comércio e Turismo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
3.4.1	MERCADOS E FEIRAS	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL		6.421.583,02	100,00%	1.981.713,14	100,00%	8.403.296,16	100,00%

3.5. Financiamento do Orçamento

3.5.1. Poupança corrente, Investimento Municipal e suas principais Fontes de Financiamento

O princípio do equilíbrio orçamental consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, determina que o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesa correntes.

Esta norma manteve-se presente na execução orçamental desenvolvida pela autarquia, permitindo, assim, a formação da poupança corrente, com vista à sua aplicação na despesa de investimento.

De facto, em termos previsionais corrigidos, ao apresentar-se uma Receita Corrente de €11.691.756,00, e uma Despesa Corrente de 11.232.503,63, está-se a propor uma poupança corrente de €459.252,37. Em termos de execução orçamental, foi possível realizar uma Poupança Corrente de €1.143.970,14, uma vez que se registou uma Receita Corrente de €11.043.491,03 e uma Despesa Corrente de €9.899.520,89

Quadro nº 47– Investimento e suas Fontes de Financiamento

(unidade monetária : €uros)

Designação	2006
	Valor
Investimento (a)	6.735.367,12
I - Receitas de Capital	6.350.458,83
Vens de Bens de Investimento	261.579,68
FGM (Capital)	1.352.231,00
Fundos Comunitários	986.849,67
Outras Transferências de Capital	2.524.733,57
Recurso ao Crédito	1.218.817,41
Outras Receitas de Capital	6.247,50
2 - Poupança Corrente	1.143.971,00
3 - Reposições não abatidas nos pagamentos	2.016,86
4 - Saldo da gerência anterior	199.953,33
Total Fontes de Financiamento(1+2+3+4)	7.696.400,02
Investimento /Fontes de Financiamento	87,51%

(a) Investimento directo + indirecto (transferências de capital para outras entidades)

Pela análise do quadro anterior, podemos verificar que o Investimento absorveu cerca de 87,51% das receitas provenientes das diversas fontes de financiamento, sendo que as Outras Transferências de Capital, o Fundo Geral Municipal e a Poupança Corrente aparecem com os maiores contributos. No entanto, é talvez importante lembrar que o investimento directo e indirecto não traduz a globalidade dos esforços realizados pela autarquia local nesta área, uma vez que não reflecte, nomeadamente as verbas despendidas através de obras de administração directa.

3.5.2. Mapa de Fluxos de Caixa

O mapa de fluxos de caixa funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer das operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos durante a gerência de 2006, aparece descrito no Quadro nº48, verificando-se que as entradas de fundos correspondem a cerca de 18,40 milhões de euros – 17,40 milhões euros provenientes de receitas orçamentais e cerca de 1 milhão de operações de tesouraria, mais 143,74 mil euros do que o ano 2005.

Assim, sendo a Despesa Global (€107.265,75) inferior á receita efectivamente cobrada, e existindo um saldo inicial de €199.953,33, o saldo transitado para a gerência seguinte será de €307.219,08. este saldo decompõe-se em €165.356,00 como saldo de operações orçamentais e €141.863,08 como saldo de operações de tesouraria

Quadro nº 48– Resumo dos Fluxos de Caixa

(unidade monetária : €uros)

RECEBIMENTOS / ENTRADA DE FUNDOS		PAGAMENTOS / SAÍDA DE FUNDOS	
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	199.953,33	DESPESAS ORÇAMENTAIS	17.291.872,44
Da Conta de Execução Orcamental	61.261,72	Correntes	9.899.520,89
Da Conta de Operações Tesouraria	138.691,61	Capital	7.392.351,55
RECEITAS ORÇAMENTAIS	17.395.966,72	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	976.178,66
Correntes	11.021.228,55	SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	307.219,08
Capital	6.372.721,31	Da Conta Execução Orcamental	165.356,00
Outras	2.016,86	Da Conta Oper.Tesouraria	141.863,08
OPERACÕES DE TESOURARIA	979.350,13		
TOTAL	18.575.270,18	TOTAL	18.575.270,18

As Operações de Tesouraria são as cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros. São operações de entrada e saída de fundos à margem do Orçamento, sendo apenas objecto de movimentação no sistema de contabilidade patrimonial (DOC - I/TC).

3.5.3. Contas de Ordem

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar os factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo. São objecto de registo nestas contas : garantias e/ou cauções tituladas a favor da autarquia; as garantias tituladas pela autarquia a favor de terceiros; e a cobrança de receita virtual (os chamados recibos para cobrança).

O Quadro nº49 reflecte os movimentos ocorridos nas contas de ordem, durante o ano em análise.

Quadro nº 49– Resumo das contas de Ordem

(unidade monetária : €uros)

Saldo da Gerência Anterior	70.523,45	Garantias e Cauções Accionadas	0,00
Garantias e cauções	64.315,73	Garantias e Cauções Devolvidas	3.194,56
Recibos para cobrança	6.207,72	Receita Virtual Cobrada	261,58
		Receita Virtual Anulada	44,78
Garantias e Cauções Prestadas	2.394,13	Saldo para a Gerência Seguinte	69.855,38
Receita Virtual Liquidada	438,72	Garantias e Cauções	63.515,30
		Recibos para cobrança	6.340,08
TOTAL	73.356,30	TOTAL	73.356,30



No início do ano de 2006, a autarquia detinha cerca de €6.207,72 recibos de cobrança (receita virtual), a que cresceu durante o ano o montante de €438,72. No entanto, apenas €261,58 foram transformados em receita efectiva e €44,78 foram anulados, pelo que transitou para 2007 um valor de débitos ao tesoureiro que ascende a €6.340,08.

Por outro lado, para 2007 transita um valor de fundos caucionados na ordem dos €63.515,30, resultante de um saldo inicial de €64.315,73, a que cresceu a prestação de €2.394,13, deduzida da libertação de cauções em €3.194,56

4. ANÁLISE PATRIMONIAL

4.1. Evolução da Situação Económica e Financeira

4.1.1. Análise do Balanço

O Balanço é o mapa contabilístico que apresenta a posição financeira e patrimonial da autarquia, apresentando devidamente agrupados e classificados, os activos, os passivos e os fundos próprios da autarquia.

De seguida, procede-se à apresentação da estrutura do BALANÇO em 31/12/2006, comparando-a com a mesma estrutura referente ao exercício 2005.

Quadro nº 50– Balanço

(unidade monetária : €uros)

Designação	2006		2005		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Activo						
Imobilizado	80.839.205,88	89,93%	77.934.160,75	91,87%	2.905.045,13	3,73%
<i>Bens de Domínio Público</i>	37.584.707,11	41,81%	35.636.206,31	42,01%	1.948.500,80	5,47%
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	164.200,12	0,18%	168.598,59	0,20%	-4.398,47	-2,61%
<i>Imobilizações corpóreas</i>	42.490.793,89	47,27%	41.529.851,09	48,96%	960.942,80	2,31%
<i>Investimentos Financeiros</i>	599.504,76	0,67%	599.504,76	0,71%	0,00	0,00%
Circulante	9.054.322,51	10,07%	6.893.479,05	8,13%	2.160.843,46	31,35%
<i>Existências</i>	283.889,10	0,32%	282.251,04	0,33%	1.638,06	0,58%
<i>Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	2.011.273,63	2,24%	0,00	0,00%	2.011.273,63	n.a
<i>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo</i>	6.337.219,77	7,05%	6.292.347,99	7,42%	44.871,78	0,71%
<i>Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa</i>	307.219,08	0,34%	199.953,33	0,24%	107.265,75	53,65%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	114.720,93	0,13%	118.926,69	0,14%	-4.205,76	-3,54%
TOTAL DO ACTIVO	89.893.528,39	100,00%	84.827.639,80	100,00%	5.065.888,59	5,97%
Capital Próprio e Passivo						
Fundos Próprios	36.704.006,08	100,00%	35.724.431,80	100,00%	979.574,28	2,74%
<i>Património</i>	30.809.271,17	83,94%	29.301.581,57	82,02%	1.507.689,60	5,15%
<i>Reservas Legais</i>	489.574,08	1,33%	370.384,65	1,04%	119.189,43	32,18%
<i>Doações</i>	17.057,38	0,05%	14.674,99	0,04%	2.382,39	16,23%
<i>Resultados Transitados</i>	4.102.369,74	11,18%	3.654.002,04	10,23%	448.367,70	12,27%
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	1.285.733,71	3,50%	2.383.788,55	6,67%	-1.098.054,84	-46,06%
Passivo	53.189.522,31	100,00%	49.103.208,00	100,00%	4.086.314,31	8,32%
<i>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	15.564.756,87	29,26%	13.076.830,44	26,63%	2.487.926,43	19,03%
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	8.232.344,43	15,48%	8.681.483,91	17,68%	-449.139,48	-5,17%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	29.392.421,01	55,26%	27.344.893,65	55,69%	2.047.527,36	7,49%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	89.893.528,39	100,00%	84.827.639,80	100,00%	5.065.888,59	5,97%

Gráfico nº 19 - Estrutura do Activo

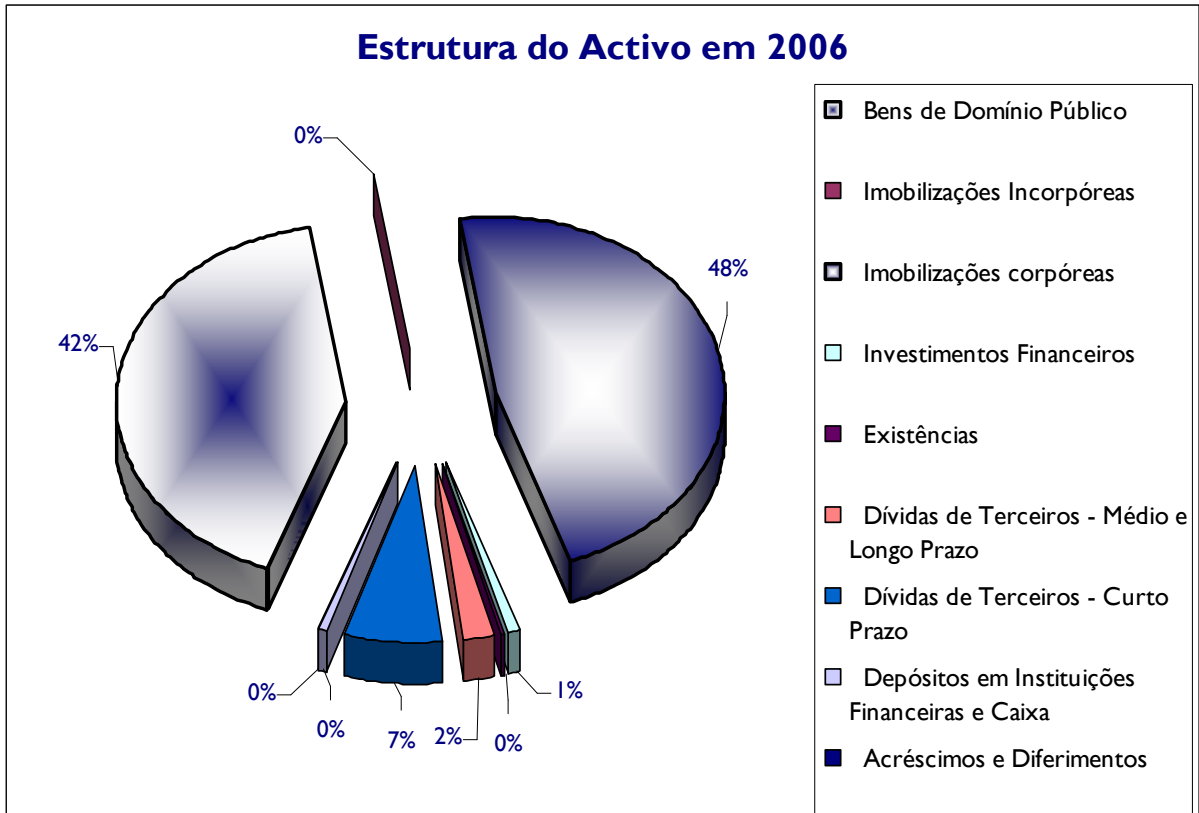
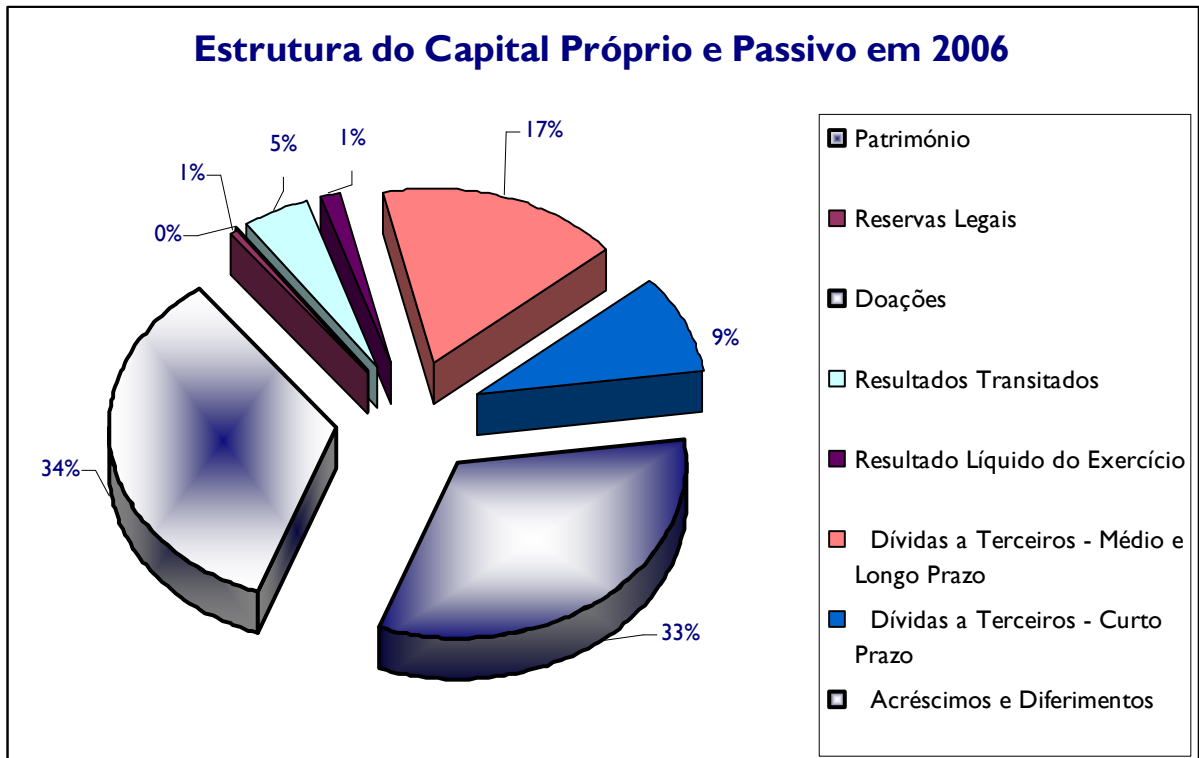


Gráfico nº 20 - Estrutura do Capital Próprio e Passivo



Da análise ao quadro n.º 50, verifica-se que o Imobilizado, no montante total de 80.839.205,88 €, representa, em 31/12/2006, 89,93% do Activo Total, apesar de o valor contabilizado não reflectir, ainda, a totalidade dos bens pertencentes ao Município ou sob a sua administração ou controlo. Esta situação encontra-se exposta na nota 28.1 do DOC-13/TC – “Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados”.

Em relação ao ano 2005, verifica-se um acréscimo de 2.905.045,13€ no valor das Imobilizações (3,73%) resultante, quer da aquisição/ construção de novos bens, quer da contabilização de bens que não foram incluídos no Balanço Inicial da autarquia, aprovado em Abril de 2002.

Os Bens de Domínio Público expressos no Balanço do Município de Estarreja, no valor de 37.584.707,11 €, representam 46,49 % do Imobilizado Total, verificando-se um aumento em relação ao ano 2005, de 1.948.500,80 €.

Verifica-se que o valor das existências em armazém sofreu um ligeiro acréscimo comparativamente ao exercício anterior, na ordem dos 0,58 %.

Em relação ao ACTIVO, é ainda de destacar o valor do “Realizável a Curto Prazo”, que representa 7,05% do Activo Total. Este conceito inclui as dívidas de terceiros de curto prazo, das quais se destacam os compromissos assumidos para com a Autarquia aquando da homologação de candidaturas a financiamentos comunitários, ou da celebração de protocolos de cooperação, que representam 92,2% da rubrica.

Os valores em dívida resultantes de Candidaturas, de Contratos-Programa e de Protocolos de Cooperação celebrados com Entidades Públicas encontram-se expressos na conta 26.8.2 “Devedores de Transferências para as Autarquias Locais”, cujo saldo, em 31/12/2006 ascende a 6.012.689,88 €.

No estudo do passivo, merece especial atenção a análise da dívida do Município (ponto 4 do presente relatório).

Relativamente aos Acréscimos e Diferimentos do Passivo, importa referir que a conta 27.4 “Proveitos Diferidos”, engloba as participações obtidas no âmbito de financiamentos, que se encontram por regularizar.

4.1.2 Análise da Demonstração de Resultados

Até à aprovação do POCAL, os resultados da autarquia, apenas eram avaliados em termos orçamentais, através da conta de gerência: diferença entre os valores arrecadados da receita e os valores acumulados da despesa paga, ou seja, a prestação de contas era analisada, unicamente numa óptica de caixa.

Com a introdução da contabilidade patrimonial, alarga-se a prestação de contas para a óptica económica, sendo a DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, só por si, um bom elemento de estudo do dinamismo da entidade durante o período a que se refere, demonstrando o seu funcionamento, uma vez que traduz, em termos financeiros, a formação dos resultados decorrentes da sua actividade.

De seguida, procede-se à apresentação da estrutura da DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS do exercício económico de 2006.

Quadro nº 51 – Demonstração de Resultados

(unidade monetária : Euros)

Designação	2006		2005		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos e Perdas						
C.M.V.M.C	368.701,57	2,98%	392.282,49	3,69%	-23.580,92	-6,01%
Fornecimentos e Serviços Externos	3.539.794,24	28,61%	2.780.711,01	26,18%	759.083,23	27,30%
Custos com Pessoal	4.590.601,76	37,10%	4.262.219,38	40,13%	328.382,38	7,70%
Amortizações do Exercício	2.126.345,73	17,18%	1.533.467,69	14,44%	592.878,04	38,66%
Provisões do Exercício	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Transferências /Sub Concedidos	824.798,03	6,67%	796.436,70	7,50%	28.361,33	3,56%
Outros Custos e Perdas Operacionais	2.135,66	0,02%	6.693,42	0,06%	-4.557,76	-68,09%
Custos e Perdas Operacionais (A)	11.452.376,99	92,55%	9.771.810,69	92,01%	1.680.566,30	17,20%
Custos e Perdas Financeiras	423.121,12	3,42%	215.700,86	2,03%	207.420,26	96,16%
Custos e Perdas Correntes(C)	11.875.498,11	95,97%	9.987.511,55	94,04%	1.887.986,56	18,90%
Custos e Perdas Extraordinários	498.713,40	4,03%	632.466,66	5,96%	-133.753,26	-21,15%
Total dos Custos e Perdas (E)	12.374.211,51	100,00%	10.619.978,21	100,00%	1.754.233,30	16,52%
Proveitos e Ganhos						
Vendas e Prestações de Serviços	2.313.417,97	16,94%	2.005.872,94	15,43%	307.545,03	15,33%
Impostos e Taxas	3.643.015,84	26,67%	3.387.668,50	26,05%	255.347,34	7,54%
Proveitos Suplementares	18.918,11	0,14%	22.089,64	0,17%	-3.171,53	-14,36%
Transferências /Sub Obtidos	7.064.377,26	51,72%	6.984.121,62	53,71%	80.255,64	1,15%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	187,15	0,00%	19,33	0,00%	167,82	868,18%
Proveitos e ganhos Operacionais (B)	13.039.916,33	95,46%	12.399.772,03	95,36%	640.144,30	5,16%
Proveitos e Ganhos Financeiros	482.503,12	3,53%	470.119,47	3,62%	12.383,65	2,63%
Proveitos e Ganhos Correntes (D)	13.522.419,45	98,99%	12.869.891,50	98,97%	652.527,95	5,07%
Proveitos e ganhos Extraordinários	137.525,77	1,01%	133.875,26	1,03%	3.650,51	2,73%
Total dos Ganhos e Proveitos (F)	13.659.945,22	100,00%	13.003.766,76	100,00%	656.178,46	5,05%
Resultados Operacionais: (B-A)	1.587.539,34		2.627.961,34		-1.040.422,00	
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	59.382,00		254.418,61		-195.036,61	
Resultados Correntes: (D-C)	1.646.921,34		2.882.379,95		-1.235.458,61	
Resultados Extraordinários:	-361.187,63		-498.591,40		137.403,77	
Resultado Líquido do Exercício (F-E)	1.285.733,71		2.383.788,55		-1.098.054,84	
Total dos Custos e Perdas +RLE	13.659.945,22		13.003.766,76		656.178,46	

Gráfico nº 21 - Estrutura dos Custos e Perdas

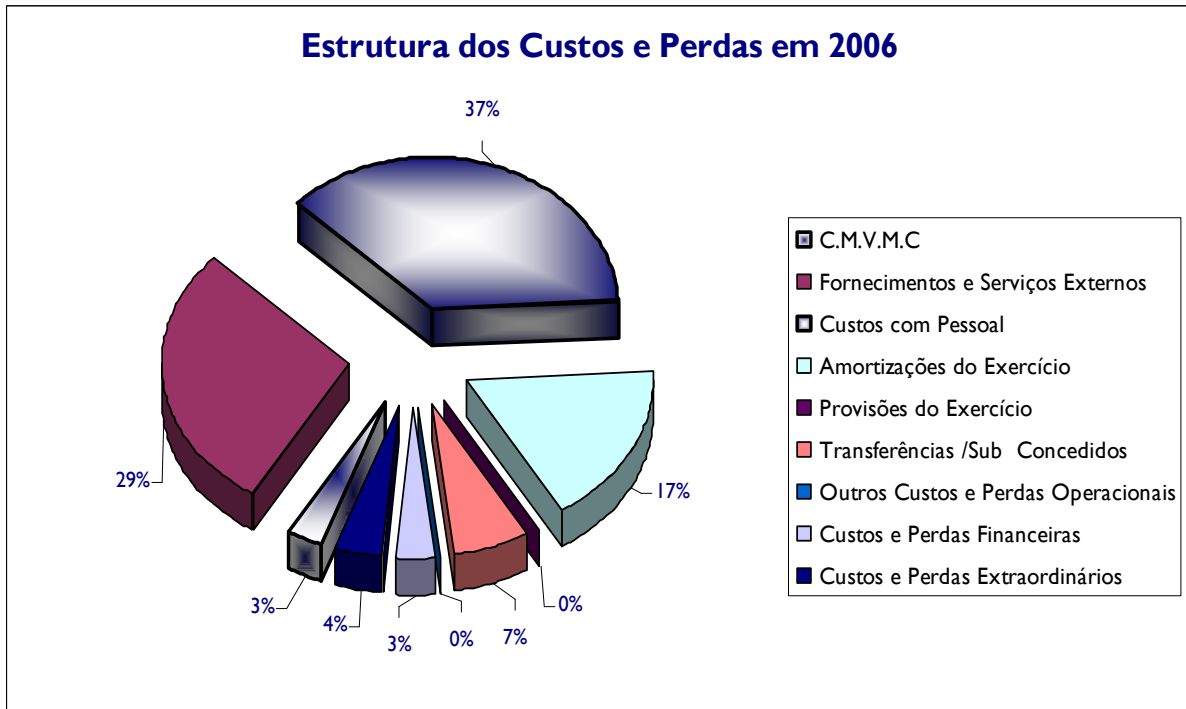
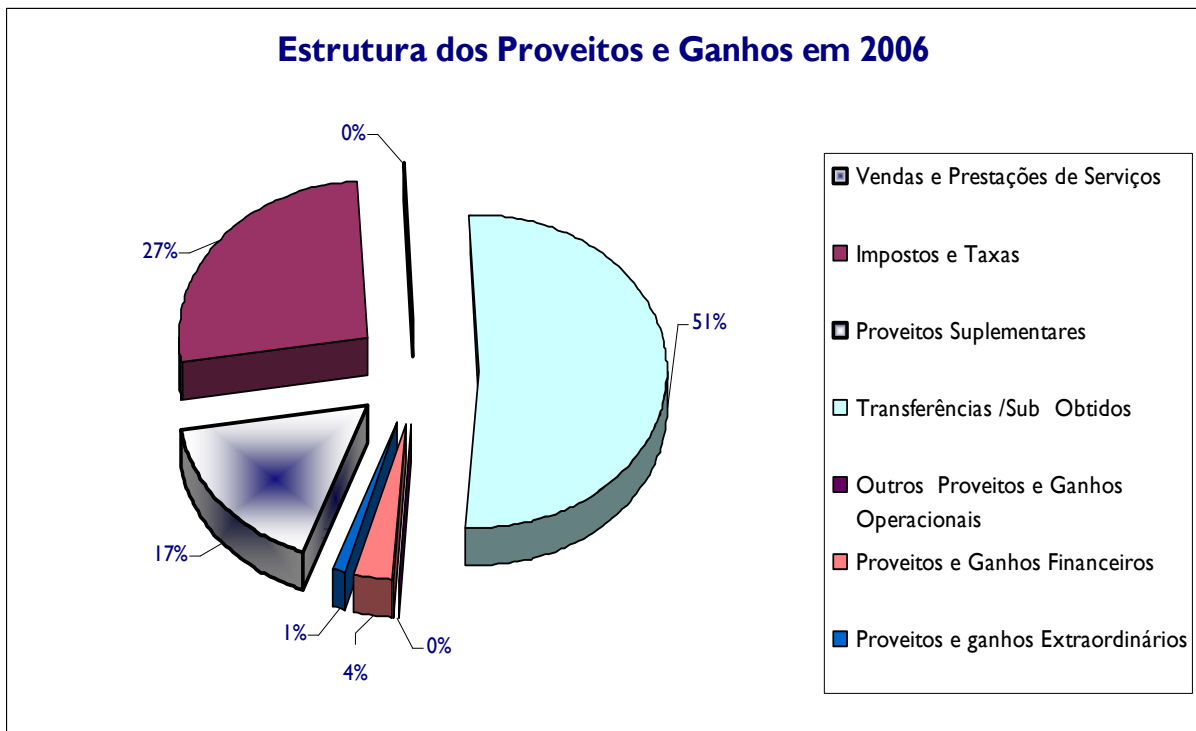


Gráfico nº 21 - Estrutura dos Proveitos e Ganhos





Da análise do quadro n.º 51, podemos constatar que, comparativamente ao exercício económico 2005, se verificou um acréscimo de 17,2% nos custos operacionais. Tal variação positiva, no valor de 1.680.566,30 €, fica a dever-se, essencialmente, à parcela das amortizações do exercício, que aumentou 38,66% devido à contabilização no activo da autarquia, de bens que não foram incluídos no Balanço Inicial.

Ainda no que respeita aos Custos Operacionais, é de referir o enorme aumento de 27,30 % verificada nos Fornecimentos e Serviços Externos.

Relativamente aos Custos e Perdas Extraordinárias, há a salientar a redução de 133.753,26€, ou seja, menos 21,15 % que no exercício 2005.

De referir ainda que o Resultado Líquido do Exercício sofreu uma variação negativa no montante de €1.098.054,84. Esta variação reflecte, principalmente o aumento dos custos, na figura de Fornecimentos e Serviços Externos e Custos com Pessoal, acompanhado de um aumento dos custos em termos de Amortizações do Exercício (592.878,04€).

Novamente é de referir que o facto de, em 31/12/2006, não se incluírem no balanço TODOS os bens pertencentes à autarquia, influenciando em grande medida a análise das demonstrações financeiras.

4.2. Dívida do Município

4.2.1. Evolução da Dívida e do Serviço da Dívida

A informação sobre o nível de endividamento do município de Estarreja, seja resultante de contracção de empréstimos e de outras dívidas a terceiros, encontra-se discriminada nos seguintes documentos :

- **DOC-26/TC** – “Mapa de Empréstimos Obtidos “ ;
- **DOC-26-B/TC** – “Mapa de Locação Financeira “
- **DOC-27/TC** – “Outras Dívidas a Terceiros”

Resumidamente a estrutura de dívida municipal no ano de 2006 é a descrita no quadro apresentado de seguida :

Quadro nº 52– Evolução da dívida do Município (unidade monetária : €uros)

DESIGNAÇÃO	1 de Janeiro 2006	31 de Dezº2006
Dívida de Médio e Longo Prazo	13.076.830,24	15.564.756,67
Fornecedores de Conta Corrente	0,00	2.011.273,63
Fornecedores de Imobilizado	560.439,15	475.935,07
Empréstimos de M/L Prazo	12.452.075,36	13.014.032,67
Outros Credores	64.315,73	63.515,30
Dívida de Curto Prazo	8.656.908,58	8.232.344,43
Fornecedores de Conta Corrente	920.455,58	1.636.428,73
Fornecedores C/C- Facturas em recepção e conferência	0,00	102.161,39
Fornecedores de Imobilizado	7.312.993,31	5.872.255,48
Fornecedores Imob- Facturas em recepção e conferência	0,00	5.477,63
Estado e Outros Entes Públicos	56.080,72	93.372,68
Outros Credores	60.109,97	29.932,72
Adiantamento por Conta de Vendas	307.269,00	492.759,00
TOTAL	21.733.738,82	23.797.101,10

Uma breve análise ao quadro acima apresentado, permite-nos concluir que 54,69% da dívida municipal resulta de empréstimos de médio e longo prazo, correspondendo estes a 83,61%da dívida de natureza de médio e longo prazo.

De referir ainda, que o valor expresso, em 31/12/2006, em “Fornecedores de Imobilizado – Médio e Longo Prazo” - €475.935,07 € é composto pela dívida respeitante aos contratos de locação financeira em vigor, sendo de evidenciar o contrato de locação financeira para financiamento do equipamento do Cine-Teatro de Estarreja.

A parcela correspondente aos Fornecedores de Imobilizado (€5.872.255,48) , representa 24,68% da dívida do município e corresponde a 71,33 % da dívida de curto prazo.

Relativamente, à dívida municipal global constata-se um acréscimo de €2.063.362,28(9,4%), devido, fundamentalmente, ao avolumar da dívida a Fornecedores Conta Corrente, correspondendo, destacadamente, ao reconhecimento contabilístico da dívida à SIMRIA – Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, pela prestação de serviços na área da recolha e tratamento de efluentes .

A SIMRIA,S.A. é uma sociedade anónima de direito privado e de capitais maioritariamente públicos, participada pelas Águas de Portugal, SGPS,S.A., pela IPE- Capital, S.A. e pelos municípios associados à AMRIA : Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Mira, Murtoza, Oliveira do Bairro, Ovar e Vagos, sendo a concessionária do “*Sistema Municipal de Saneamento Integrado dos Municípios da Ria de Aveiro*”

O objecto social da SIMRIA, S.A., consiste na construção, exploração e gestão do *Sistema Municipal de Saneamento Integrado dos Municípios da Ria de Aveiro* para a recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios envolvidos, e atrás referidos.

O objecto da concessão compreende, além da actividade de recolha de efluentes canalizados pelos serviços competentes, a concepção e construção de todos os equipamentos necessários à recolha, tratamento e rejeição de efluentes incluindo a respectiva reparação e renovação de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis.

A articulação entre o sistema multimunicipal de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, explorado e gerido pela concessionária e o sistema correspondente de cada um dos municípios utilizadores será assegurado através dos **contratos de recolha**/fornecimento celebrados entre a concessionária e cada um dos municípios, assinados em 17 de Abril de 2000.

O débito a esta empresa concessionária do serviço público de recolha e tratamento de efluentes somou no final do ano 2006 a quantia de €3.056.552,46.

Relativamente ao débito em causa que o mesmo é decomposto nos seguintes elementos de acordo de regularização de dívidas formalizado em a empresa:

- ✘ **€719.865,82** – facturas no valor de €629.605,47, relativos ao volume de efluente efectivamente entregue na SIMRIA, S.A. até final do ano 2005, acrescido do valor do caudal real da factura de Março/2006 (que ficou pendente de acertos relativos à entrada da DOW no Sistema), no valor €90.260,35 – enquadrados em contrato de *factoring*
- ✘ **€325.413,02** – facturas de Outubro, Novembro e Dezembro de 2006
- ✘ **€2.011.273,63** – O diferencial entre caudais mínimos contratuais facturados e caudais reais, da facturação realizada, o qual será pago, por este município, a médio/longo prazo, por conta dos dividendos a que esta autarquia local tem direito na sua qualidade de accionista da empresa.

O recurso ao endividamento autárquico está sempre dependente de duas variáveis: o nível das receitas arrecadadas e do volume de investimento a realizar.

Apesar da receita ter aumentado, relativamente ao ano transacto, o recurso ao crédito tem revelado uma importância estratégica para fazer face às crescentes despesas de investimento do nosso município.

Quadro n° 53– Evolução do Stock da Dívida

(unidade monetária : €uros)

Designação	2003	2004	2005	2006
1- Dívida a Médio e Longo Prazo	9.189.800,41	8.869.278,09	10.487.989,97	12.452.075,37
2 - Empréstimos contraídos e utilizados no período	330.490,90	2.350.161,80	2.635.487,37	1.218.817,41
3 - Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00
4 - Amortizações do Período	651.013,22	731.449,92	671.401,97	656.860,10
5- Rectificações de anos anteriores			0,00	0,00
Dívida no final do período(1+2+3-4)	8.869.278,09	10.487.989,97	12.452.075,37	13.014.032,68
Taxa de Crescimento da Dívida	-3,49%	18,25%	18,73%	4,51%

Quadro n° 54– Evolução do Serviço da Dívida

(unidade monetária : Euros)

Designação	2003	2004	2005	2006
Juros	266.979,49	209.497,05	238.317,69	336.621,65
Amortizações	651.013,22	731.449,92	671.401,97	656.860,10
Total	917.992,71	940.946,97	909.719,66	993.481,75
Taxa de Crescimento	2,79%	2,50%	-3,32%	9,21%

No que se refere aos juros, este sofreram um acréscimo face a 2005, explicada pela tendência do aumento das taxas de juro durante o ano 2006.

5. INDICADORES DE GESTÃO

5.1. Indicadores Orçamentais

Quadro n° 55– Resumo dos Indicadores Orçamentais

(unidade monetária : Euros)

RÁCIOS DE ESTRUTURA DA RECEITA (%)							
Designação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Imp Directos / Rec Correntes	41,3%	34,8%	32,0%	24,9%	30,4%	29,1%	28,9%
Imp. Indirectos / Rec. Correntes	2,3%	2,3%	1,3%	1,3%	3,1%	2,8%	2,6%
Passivos Finac/Rec Correntes	28,3%	5,6%	41,8%	3,3%	23,2%	26,1%	11,0%
Passivos Finac/Rec Capital	42,3%	7,2%	30,4%	4,6%	32,6%	36,7%	19,2%
Passivos Finac/Rec Totais	17,0%	3,1%	17,6%	1,9%	13,5%	15,2%	7,0%
Rec. Correntes / Rec. Totais	59,9%	56,5%	42,1%	58,5%	58,5%	58,5%	63,5%
Rec. de Capital / Rec. Totais	40,1%	43,5%	57,9%	41,5%	41,5%	41,5%	36,5%

RÁCIOS DE ESTRUTURA DA DESPESA (%)							
Designação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Pessoal/ Desp Correntes	51,7%	51,5%	51,8%	53,0%	49,1%	50,3%	45,8%
Pessoal/ Desp Totais	25,0%	23,3%	18,9%	22,9%	22,4%	24,3%	26,2%
Investimentos / Desp. Capital	83,0%	83,1%	88,9%	87,2%	85,7%	87,6%	84,6%
Investimentos/ Desp Totais	42,8%	45,4%	56,5%	49,6%	46,6%	45,4%	36,2%
Desp Correntes/ Desp Totais	48,4%	45,3%	36,5%	43,1%	45,7%	48,2%	57,2%
Desp. de Capital / Desp Totais	51,6%	54,7%	63,5%	56,9%	54,3%	51,8%	42,8%

RÁCIOS FINANCEIROS (%)

Designação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Pessoal/ Rec Correntes	40,2%	42,7%	42,3%	37,1%	38,6%	41,4%	41,1%
Pessoal/Fundos Municipais	67,1%	64,3%	61,2%	61,0%	60,9%	63,8%	69,1%
Pessoal/FGM+FCM+FBM Correntes	111,8%	113,5%	102,0%	101,7%	101,4%	106,3%	115,2%
Fundos Municipais / Desp. Totais	37,3%	36,3%	30,8%	37,5%	36,9%	38,1%	38,0%
Amort +Juros/ Rec Totais	4,9%	6,6%	4,6%	5,3%	5,6%	5,3%	6,0%
Rec Correntes/ Desp Correntes	128,5%	120,6%	122,2%	143,1%	127,2%	121,6%	111,6%
Rec de Capital / Desp de Capital	80,7%	77,0%	96,5%	77,0%	76,0%	80,4%	85,9%
(Imp Directos+Fundos Municipais)/Rec Total	60,7%	57,2%	42,6%	50,1%	54,8%	55,0%	56,1%
Passivos Financeiros/Investimentos	41,1%	6,7%	33,0%	4,1%	28,9%	33,7%	19,5%
Recursos Próprios/Rec Total	83,0%	96,9%	82,4%	98,1%	86,5%	84,8%	93,0%
Recursos Próprios/Desp Total	86,2%	93,7%	87,2%	103,5%	85,9%	85,0%	93,6%

Da análise dos rácios acabados de expor pode-se tecer os seguintes comentários:

1. A evolução das RECEITAS FISCAIS (Impostos directos e indirectos) que já durante 2005 tinham conhecido um pequeno decréscimo do seu peso no global das receitas correntes, comparativamente com 2004, continuaram no exercício económico de 2006 a diminuição do seu peso em relação às receitas de natureza corrente, principalmente devido à diminuição de arrecadação de receitas do Imposto de Derrama e Impostos Abolidos (Contribuição Autárquica e Sisa).
2. A expressão do recurso a crédito bancário (Passivos Financeiros) nas receitas do município, têm conhecido uma evolução intercalar entre anos, ou seja, apresentando aumentos num dado ano e no seguinte registando uma diminuição de peso nas receitas municipais. No entanto no ano económico de 2006, registou-se uma redução de peso no conjunto das receitas arrecadadas.
3. As RECEITAS DE CAPITAL mantêm a tendência, de decréscimo da sua expressão nas RECEITAS TOTAIS, depois de se ter mantido estável nos últimos três anos.
4. As DESPESAS COM PESSOAL apesar de terem diminuído o seu peso nas Despesas Correntes, continuam a ter grande expressão neste tipo de receitas. Verifica-se, igualmente, a continuidade de expressão das despesas de pessoal no cômputo geral das despesas, tendo no entanto uma tendência diferente ao ver aumentar o seu peso nas Despesas Totais.
5. Os INVESTIMENTOS continuam a ter uma grande expressão quer nas despesas de capital quer nas despesas totais.
6. As Despesas de Investimento, a partir de 2003, retomaram a orientação de redução do seu peso relativo a Despesas Totais, mostrando-se 2002 como um ano extraordinário, quando verificamos o seu peso nas Despesas Totais. Verificamos ainda que no ano económico de 2006, existiu uma diminuição acentuada na representatividade que as Despesas de Investimento tiveram no cômputo das Despesas de Capital.
7. De realçar, que após um decréscimo do peso das Despesas Correntes relativamente às Despesas Totais, verificado no ano 2002, verificou-se no ano de 2003 um aumento, tendo durante os dois anos seguintes mantido índices bastante semelhantes, para neste exercício económico se registar um aumento significativo.



8. O grau de cobertura das despesas com pessoal por receitas de natureza corrente veio diminuindo até 2004, aumentando em 2005, tendo-se registado neste exercício económico uma ligeira diminuição, representando os ENCARGOS COM PESSOAL 41,1 % das receitas correntes arrecadadas, ou seja, 41,1% das receitas correntes obtidas são utilizadas em pagamentos de vencimentos e outros encargos com pessoal.
9. Durante o ano de 2006, os Fundos Municipais Correntes continuaram a não ser suficientes para pagar o valor de Encargos com Pessoal, situação que já se verifica desde o ano 2000. No entanto os Fundos Municipais financiaram 69,1% das despesas com pessoal.
10. Ao longo dos anos, a Autarquia tem constituído uma relevante POUPANÇA CORRENTE, ou seja, as RECEITAS CORRENTES têm financiado DESPESAS DE CAPITAL. De referir, que a cobertura de DESPESAS DE CAPITAL por RECEITAS DE CAPITAL conheceu, nos anos de 2003 e 2004, um pequeno revês. Neste ano económico, o grau de cobertura de despesas de capital por receitas de capital conheceu um aumento, evidenciando uma diminuição de Poupança corrente, situação que ocorre quando as despesas de capital são cobertas por receitas correntes.
11. As receitas oriundas de transferências de fundos do Orçamento de Estado (Fundo Base Municipal+Fundo de Coesão Municipal+Fundo Base Municipal) representam, no ano 2006, 38,0% das Despesas Totais, ou seja, os Fundos Autárquicos permitem suportar cerca de 38,0% das Despesas efectuadas pelo município.
12. A cobertura de despesas de Investimento por receitas originadas por Passivos Financeiros contrariou a tendência de subida verificada nos anos anteriores, registando uma quebra acentuada, tendo o Investimento sido financiado por capital bancário (alheio) em cerca de 19,5%.
13. Decorrente do ponto anterior, relacionado com o aumento do recurso a crédito bancário (recursos alheios), o peso dos Recursos Próprios na Receita Total aumentou, passando a representar 93,0%, contra os 86,5% verificados no ano 2004 e os 84,8% do ano 2005. Consequentemente, a percentagem da Despesa financiada por Recursos Próprios aumentou de 85,0 % para 93,6%.

5.2. Indicadores de Gestão patrimonial

Quadro n.º 56– Resumo dos Indicadores de Gestão Patrimonial (unidade monetária : €uros)

Rubricas	2006	2005
1. Capitais Próprios	36.704.006,08	35.724.431,80
2. Capitais Alheios de Médio e Longo Prazos	15.564.756,87	13.076.830,44
3. Capitais Alheios de Curto Prazo	8.232.344,43	8.681.483,91
4. Capitais Alheios Totais	23.797.101,30	21.758.314,35
5. Passivo Total	53.189.522,31	49.103.208,00
6. Capitais Permanentes	52.268.762,95	48.801.262,24
7. Activo Total	89.893.528,39	84.827.638,86
8. Activo Total excluindo Bens de Domínio Público	52.308.821,28	49.191.432,55
9. Imobilizado Líquido	80.839.205,88	77.934.160,75
10. Existências	283.889,10	282.251,04
11. Vendas , Prestação de Serviços e Impostos	5.956.203,79	5.393.541,44

Indicadores	2006	2005
- Estrutura de Endividamento (3/4)	34,59%	39,90%
- Endividamento (4/1)	64,84%	60,91%
- Solvabilidade (8/4)	219,81%	226,08%
- Autonomia Financeira (1/7)	40,83%	42,11%
- Grau de Cobertura do Imobilizado (6/9)	64,66%	62,62%

Em termos de endividamento do Município de Estarreja, como foi já referenciado no ponto 4 deste Relatório, aumentou significativamente, verificando-se que esta autarquia se financia em capitais alheios na ordem dos 65%(fornecedores e empréstimos).

De referir, que 34,59% dos capitais alheios , são de curto-prazo (fornecedores conta corrente e fornecedores de imobilizado de curto prazo).

O município de Estarreja apresenta um elevado grau de solvabilidade , significando que o seu activo é mais que suficiente para garantir a liquidação do seu passivo. De realçar, que para o indicador se tornar real, dever-se-á retirar do Imobilizado Líquido o valor correspondente aos Bens de Domínio Público, dado que estes bens não são alienáveis .

Outra ressalva a este indicador é o facto de o imobilizado ainda, não se encontrar totalmente avaliado e contabilizado, o que iria aumentar este rácio.

A taxa de financiamento do activo total por capitais próprios é de 40,83%, sendo o restante financiado por capitais alheios.

Novamente é de reforçar, que o valor dos fundos próprios se encontra subavaliado.

O imobilizado líquido é financiado em 64,66% por capitais permanentes (Capitais Próprios mais Capital alheio de médio e longo prazo).

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Com base no Balanço e Demonstração de Resultados, o Resultado Líquido do Exercício de 2006 é de € 1.285.733,71.

A aplicação do Resultado Líquido do Exercício é condicionado pelo definido nos pontos 2.7.3.1 a 2.7.3.5, que referem o seguinte :

2.7.3.1- A aplicação do Resultado Líquido do Exercício é **aprovada pelo órgão deliberativo, mediante proposta fundamentada do executivo.**

2.7.3.2- No início de cada exercício o Resultado Líquido do Exercício anterior, é transferido para a conta 59- “Resultados Transitados”.

2.7.3.3. – Quando houver saldo positivo na conta 59- “Resultados Transitados” o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) reforço do património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

2.7.3.4 – É **obrigatório** o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 – “Património” corresponda a **20% do activo líquido.**

2.7.3.5 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, deve constituir-se o reforço anual da conta 571- “Reservas Legais” no **valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.**

Neste seguimento, apresenta-se de seguida a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício 2006, tendo em conta os seguintes dados:

- Valor da Conta 51 – 30.809.271,17 €
- Valor do Activo Líquido – 89.893.528,39 €
- 20% do Activo Líquido - 17.978.705,68 €

Verificando-se que o valor da conta 51 PATRIMÓNIO reflecte, em 31/12/2006, mais de 20% do valor do activo líquido, propõe-se a seguinte aplicação:

- Transferência de 5% do Resultado Líquido do Exercício para a conta 571- “Reservas Legais”, ou seja, constituição de reservas legais no valor de €64.286,69, mantendo-se o remanescente do Resultado Líquido do Exercício apurado na conta 59- RESULTADOS TRANSITADOS.